



GILBERGUES SANTOS SOARES

Do que ainda Posso falar E outros ensaios

(Ou quanto de verdade ainda se pode aceitar)



Universidade Estadual da Paraíba
Prof^a. Célia Regina Diniz | *Reitora*
Prof^a. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba
Cidoval Morais de Sousa | *Diretor*

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)
Alberto Soares de Melo (UEPB)
Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)
José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)
José Luciano Albino Barbosa (UEPB)
Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)
Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

GILBERGUES SANTOS SOARES

**DO QUE AINDA
POSSO FALAR E
OUTROS ENSAIOS**
(Ou quanto de verdade
ainda se pode aceitar)



Campina Grande - PB
2023



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa (*Diretor*)

Expediente EDUEPB

Design Gráfico e Editoração

Erick Ferreira Cabral
Jefferson Ricardo Lima A. Nunes
Leonardo Ramos Araujo

Revisão Linguística e Normalização

Antonio de Brito Freire
Elizete Amaral de Medeiros

Assessoria Técnica

Carlos Alberto de Araujo Nacre
Thaise Cabral Arruda
Walter Vasconcelos

Divulgação

Danielle Correia Gomes

Comunicação

Efigênio Moura

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

S676d Soares, Gilbergues Santos.

Do que ainda posso falar e outros ensaios : (ou quanto de verdade ainda se pode aceitar) / Gilbergues Santos Soares. – Campina Grande : EDUEPB, 2023.

216 p. : il. ; 15 x 21 cm ; 3,0 MB.

ISBN: 978-85-7879-812-3 (Impresso)

ISBN: 978-85-7879-813-0 (E-book)

1. Ciências políticas. 2. História do Brasil. 3. Democracia. I. Título.

21. ed. CDD 320

Ficha catalográfica elaborada por Ana Patrícia Silva Moura – CRB-15/945

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

*Às Santos Soares, pelo que de mim fizeram.
À Liliann, pelo que fez e faz.
À Dante, pelo que de mim fará.
À Livia, Clara e Vinícius pelo coração novo,
pela vida, por tudo que foi feito.*

“Houve outrora um funcionário chamado ‘lembrete’, um eufemismo para cobrador de dívidas. A tarefa oficial era lembrar às pessoas o que elas gostariam de ter esquecido. A função do historiador é, assim, ‘deixar um lembrete’ sobre aquilo que se costuma fazer questão de esquecer”¹

“Na democracia você pode pedir tudo, inclusive ditadura. Mas, experimente pedir democracia numa ditadura para ver o que te acontece”²

“... contemporâneo é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro. Todos os tempos são, para quem deles experimenta contemporaneidade, obscuros. Contemporâneo é, justamente, aquele que sabe ver essa obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente”³

“Quanta é a verdade que um espírito suporta, quanta é a verdade a que ele se aventura? — Eis o que sempre foi para mim o genuíno critério dos valores. [...] Toda a realização, todo o passo em frente no conhecimento resulta da coragem, da dureza contra si mesmo, da integridade para consigo ... Não refuto os ideais, calço simplesmente luvas diante deles ... Nitimur in vetitum: neste sinal há de um dia a minha filosofia vencer, pois até agora a verdade foi sempre fundamentalmente apenas proibida.”⁴

1 BURKE, Peter. Variedades de história cultural. SP: Civilização Brasileira, 2000

2 Entrevista ao Canal do Cortella, em 9 de julho de 2018, Disponível no Youtube.

3 AGAMBEN, Giorgio. O que é contemporâneo? E outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009.

4 NIETZSCHE, Friedrich. Ecce homo (Como se vem a ser o que se é). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

APRESENTAÇÃO

ESTE LIVRO É UMA COLETÂNEA DE ARTIGOS, ENSAIOS E COLUNAS JÁ publicados em jornais, sites e no meu próprio blog⁵. Aqui, temos uma espécie de balanço do que produzi até agora. Como pretendo seguir escrevendo, faço um apanhado do que já tratei para ver o que ainda posso abordar em futuras produções. Estou me impondo o desafio de seguir escrevendo, com novos elementos, mesmo que não possa deixar de lado o arsenal (de conhecimentos) que pude recolher ao longo de minha vida profissional, acadêmica e pessoal. O título dessa coletânea diz algo sobre essa intenção.

Os artigos trazem a data de publicação e onde foram “postados” pela primeira vez. É o “cacoete” do historiador que precisa contextualizar, para situar-se no espaço/tempo. Assim, questões que me pareciam corretas à época em que foram escritas, soarão absurdas. Já outras parecerão repetitivas e/ou óbvias. A(o) cara(o) leitora(o) me desculpe, mas é que como o “Brasil não é para principiantes”, como diria Tom Jobim, ficamos sempre com a impressão de que não mudamos nada nos últimos dois séculos. No entanto, e de fato, “o passado nunca fica onde a gente deixa”⁶.

No entanto, o analista político desenha cenários, faz projeções. Dessa forma, algumas de minhas hipóteses passadas são, hoje, certezas. São convicções, conjunturais, mas são minhas convicções. Com alguma (in)modéstia recôndita, devo dizer que minhas certezas

5 www.gilberguessantos.blogspot.com.br

6 Frase pronunciada pelo personagem Kari Sorjonen, da série “Bordertown” (2016), disponível na plataforma de streaming Netflix.

frutificaram a medida em que tornei hábito, quase diário, o acompanhamento e a análise de nossa tragicomédia política nacional. Considerando a renitência pela qual trato de alguns temas, devo dizer que as variações existem. Sendo uma coletânea que cobre um espaço considerável de tempo, para o cientista político, não para o historiador, permito-me tratar de temas e assuntos diferentes - aquilo que compõem meu universo.

Como não pretendo cansá-la(lo) com certas formalidades, gostaria, apenas, de lhe dar algumas “recomendações”. Sem querer entrar em detalhes sobre a minha pessoa, mesmo porque nunca soube bem legislar em causa própria, e como a partir de agora é função sua julgar, criticar, analisar, opinar, e mesmo elogiar (se merecido for) evitarei maiores comentários. Apenas, gostaria de dizer que fui articulista de jornais, fiz comentários e análises em programas de rádio e televisão, principalmente nas muitas eleições que tivemos a partir da primeira metade dos anos 1990, sem contar, claro, que sigo como professor do Curso de História da UEPB (Campus I) onde essa produção se retroalimenta.

Nesta coletânea, você verá uma preocupação recorrente, diria mesmo uma obsessão, que os estudos sobre a História do Brasil (principalmente em seu período republicano) e Ciência Política me levaram a ter. Falo de nossa mentalidade pretoriana (autoritária, golpista) que insistimos em preservar, na esperança de que ela nos valha nas variadas e muitas crises que vivemos. Dito de outra forma, o ponto de origem, para onde sempre retorno, é a fragilidade democrática em nosso país. É o fato de não sermos nem termos uma democracia minimamente consolidada e/ou uma cultura política que possa, ao menos, aceitar ideias do federalismo de tipo iluminista, para não falar de ideias político-sociais rubras.

Enfim, estou sempre atento ao oxímoro “democracia autoritária” em que vivemos. É que parte considerável de nossa sociedade se utiliza de procedimentos democráticos (como liberdade de expressão) para pedir o fim da democracia e a implantação de uma ditadura. Tem mesmo razão o escritor Luiz Fernando Veríssimo quando diz “no Brasil, o fundo do poço é só uma etapa”. Esse estado de coisas me preocupa, me inspira, e me leva a fazer análises, buscando

contribuir de alguma forma para o debate. De forma pretensiosa, confesso, o que quero é contribuir para uma saudável polêmica, pois, e como bem disse Berthold Brecht, “em tempos de discórdia, crises e confusão a ausência política é um verdadeiro crime e deve ser combatida”.

Campina Grande, março de 2024.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 7

CAPÍTULO I

**ARTIGOS DE OPINIÃO E CRÔNICAS -
O ACOMPANHAMENTO DA VIDA POLÍTICA NACIONAL
E OUTRAS QUESTÕES, QUANDO FUI APRENDENDO A
OPINAR A PARTIR DE ALGUNS CONHECIMENTOS, 17**

QUE FILME É ESSE, COMPANHEIRO?, 19

Publicado em 07 e 08 de agosto de 1998 no Jornal da Paraíba

A NECESSIDADE DE SE TER INIMIGOS, 22

Publicado em 22 de setembro de 1998 no Jornal da Paraíba

PRETÓRIA UEPB, 24

Publicado em 23 de agosto de 2000 no Jornal da Paraíba

ESTAMOS EM GUERRA?, 26

Publicado em 06 de junho de 2001 no Jornal da Paraíba

A PRAGA DA ESMOLA, 28

Publicado em 20 de junho de 2001 no Jornal da Paraíba

QUE ME VALHA CHICO BUARQUE, 30

Publicado em dezembro de 2005 no www.paraibaonline.com.br

O LEVIATÃ ESTÁ MORTO?, 34

Publicado em junho de 2006 no www.paraibaonline.com.br

ELEIÇÕES 2006 - TODOS GANHAM E NINGUÉM PERDE!, 38

Publicado em agosto de 2006 no www.paraibaonline.com.br

EM DEFESA DA POLÍTICA COMO CIÊNCIA E DE ALGUNS PRINCÍPIOS, 42

Publicado em setembro 2006 no www.paraibaonline.com.br

INTOLERÂNCIAS EM “NOVAS” E “VELHAS” CONSCIÊNCIAS, 46

Publicado em fevereiro de 2007 no www.paraibaonline.com.br

DEBILIDADES DA DEMOCRACIA LATINO-AMERICANA, 49

Publicado em março de 2007 no www.paraibaonline.com.br

O FATOR LULA E O DILEMA DO POSTE, 53

Publicado em setembro de 2008 no www.paraibaonline.com.br

SOBRE ELEIÇÕES, CONTRATOS E DEMOCRACIA, 56

Publicado em outubro de 2008 - www.paraibaonline.com.br

QUERIA TER 40 ANOS EM 1969, 59

Publicado em junho 2009 no www.paraibaonline.com.br

DO QUE NÃO ME UFANO, 64

Publicado em dezembro de 2009 no www.paraibaonline.com.br

UM PAÍS DE TIRIRICAS, 68

Publicado em outubro de 2010 no www.paraibaonline.com.br

DEUS COMO COISA ÚTIL, 71

Publicado em fevereiro de 2011 no www.paraibaonline.com.br

**COM BURCAS NÃO HÁ DEMOCRACIA OU PORQUE REIS
NÃO GOSTAM DE DEMOCRACIA?, 75**

Publicado em maio de 2011 no www.paraibaonline.com.br

PCC DIZ QUE VAI “TOCAR O TERROR!”, 80

Publicado em outubro de 2013 no www.paraibaonline.com.br

A LSN E A SEMIDEMOCRACIA BRASILEIRA, 83

Publicado em outubro de 2013 no www.paraibaonline.com.br

CAMPINA, UM MONUMENTO À MISÉRIA., 86

Publicado em novembro de 2013 no www.paraibaonline.com.br

HOJE, NÃO TE DOU PARABÉNS!, 89

Publicado em março de 2014 no www.paraibaonline.com.br

IDEOLOGIA, VOCÊ TEM UMA PARA VOTAR?, 92

Publicado em setembro de 2014 no www.paraibaonline.com.br

VIVA A DEMÊNCIA COLETIVA, 97

Publicado em março de 2015 no www.gilberguessantos.blogspot.com.br

**52 ANOS APÓS O GOLPE, PAÍS NÃO ACEITA VALOR
UNIVERSAL DA DEMOCRACIA, 101**

Publicado em 01 de abril de 2016 no www.uol.com.br

**CIDADÃOS TEM QUE SE RESPONSABILIZAR PELAS
ESCOLHAS FEITAS NAS URNAS, 103**

Publicado em 10 de maio de 2016 no www.uol.com.br

**CULTURA POLÍTICA AUTORITÁRIA CONTESTA
HEGEMONIA DA DEMOCRACIA, 107**

Publicado em 22 de agosto de 2016 no www.uol.com.br

A “BANALIDADE DO MAL” ENTRE NÓS , 110

Publicado em fevereiro de 2017 no www.gilberguessantos.blogspot.com.br

UMA ESQUERDA QUE A DIREITA GOSTA , 113

Publicado em 15 de novembro de 2020 no www.brasil247.com.br

OS VOTOS NÃO MOVEM MOINHOS, 117

Publicado em 01 de dezembro de 2020 no www.brasil247.com.br

**O “PUTSCH DA CERVEJARIA” DE TRUMP OU QUEM COM
GOLPE FERRE COM GOLPE SERÁ FERIDO, 121**

Publicado em 14 de janeiro de 2021 no www.brasil247.com.br

CAPÍTULO II

ENSAIOS -

**PONTOS DE VISTA E ARGUMENTOS SOBRE QUANDO,
COMO E PORQUE DECIDIMOS QUE NÃO GOSTAMOS DE
DEMOCRACIA, 125**

**ENTULHOS AUTORITÁRIOS NA DEMOCRACIA
BRASILEIRA, 127**

OS ESQUELETOS SE REMEXEM NO ARMÁRIO, 137

DITADURAS DITAM, NÃO PEDEM, 147

VIVANDEIRAS QUEREM GOLPE PARA SALVAR A
DEMOCRACIA, **153**

CAPÍTULO III

COLUNAS -

**QUANDO A NECESSIDADE DE OPINAR, ATRAVÉS DA
ESCRITA, PASSOU A SER UMA ATIVIDADE DIÁRIA,
FALADA NO RÁDIO, 159**

MAS, DE QUAL VERDADE ESTAMOS FALANDO? (QUARTA-
FEIRA, 16 DE MAIO DE 2012), **161**

JOSÉ NÃO QUER APOIAR O CANDIDATO W (QUARTA-
FEIRA, 30 DE MAIO DE 2012), **163**

O PARQUE DO POVO HIGIENIZADO (SEGUNDA-FEIRA, 11
DE JUNHO DE 2012), **165**

MAS, AFINAL, O QUE É A MORTE? (SÁBADO, 02 DE
NOVEMBRO DE 2012), **167**

VIVA A BOSSA NOVA! (QUINTA-FEIRA, 25 DE JANEIRO DE
2013), **170**

FOI ASSIM QUE FICAMOS SEM DEMOCRACIA E SEM
REFORMAS (SEGUNDA-FEIRA, 01 DE ABRIL DE 2013), **173**

HOUVE UMA ÉPOCA EM QUE NOS MOBILIZAMOS
(QUINTA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2013), **176**

O PARTIDO DAS FARDAS VERDES VAI ÀS URNAS (QUINTA-
FEIRA, 13 DE DEZEMBRO DE 2013), **179**

POBRES DE NÓS, QUE NASCEMOS PARA SER GOLEADOS
(QUARTA-FEIRA, 09 DE JULHO DE 2014), **182**

HOJE É A FESTA DA DEMOCRACIA? NÃO, É O DIA DA
ELEIÇÃO! (DOMINGO, 26 DE OUTUBRO DE 2014), **185**

RICARDO, A ANATOMIA DE UMA VITÓRIA (TERÇA-FEIRA,
28 DE OUTUBRO DE 2014), **188**

CÁSSIO, A ANATOMIA DE UMA DERROTA (QUARTA-FEIRA,
29 DE OUTUBRO DE 2014), **191**

COM O MURO, ÉRAMOS SEM GRAÇA (TERÇA-FEIRA, 11 DE
NOVEMBRO DE 2014), **194**

PORQUE NOSSAS LEIS NÃO PEGAM? (QUINTA-FEIRA, 22 DE
JANEIRO DE 2015), **197**

QUANTO VALE A SUA FÉ? (SEGUNDA-FEIRA, 16 DE
FEVEREIRO DE 2015), **200**

CAPÍTULO IV

**POST SCRIPTUM OU SCRIPTUM ANTE -
AS SOBRAS DO “CESTO DEPARTAMENTO”, 203**

O "CESTO DEPARTAMENTO", **205**

O QUE ESPERAR DOS ELEITOS? (1998), **206**

A TV QUE FAZ CHORAR (2000), **208**

FÉ E IOGURTES (2001), **210**

CAPÍTULO I ARTIGOS DE OPINIÃO E CRÔNICAS

O acompanhamento da vida política nacional
e outras questões, quando fui aprendendo a
opinar a partir de alguns conhecimentos



QUE FILME É ESSE, COMPANHEIRO?

Publicado em 07 e 08 de agosto de 1998 no Jornal da Paraíba

INFELIZMENTE, NEM SEMPRE VOU AO CINEMA EM CAMPINA GRANDE, mesmo que seja o Cine Babilônia com suas deploráveis instalações e seu público mal educado, para assistir um filme nacional como é o caso de “O que é isso, companheiro?” de Bruno Barreto. O filme tem excelente qualidade técnica, ótimos atores e concorreu ao Oscar de melhor filme estrangeiro, até porque foi feito para agradar ao mercado norte-americano.

“O que é isso, companheiro?” fala do sequestro do embaixador Charles Elbrick, em 1969, por guerrilheiros do MR-8 e da ALN, ou seja, trata de nossa recente história política, apesar de seu diretor afirmar que “não se trata de um documentário, mas uma interpretação ficcional da realidade”. Acho louvável que se “visite” nossa história para transformá-la em película, que irá atingir milhares de pessoas. Porém, não acho interessante, em nome da 7ª arte e da liberdade de criação, se apropriar da memória de determinados acontecimentos para deturpá-los como nosso diretor hollywoodiano fez.

Bruno Barreto partiu do livro, homônimo ao filme, escrito pelo ex-guerrilheiro e deputado federal pelo PV/RJ, Fernando Gabeira, para fazer o roteiro do filme. A impressão que temos, no livro, é que Gabeira era uma grande liderança de sua organização, o que não é verdade, ele era um militante iniciante que só soube do sequestro quando este aconteceu e dele só participou porque, por motivos diversos, estava no “aparelho” onde seria escondido o embaixador.

Gabeira tenta nos convencer que suas críticas à guerrilha eram feitas no momento em que os fatos aconteciam, quando, na verdade, o livro só foi escrito na volta do exílio em 1979, quando este estava de posse de toda uma análise crítica sobre os fatos. Inclusive, essa análise não é propriedade sua, mas de todos os que estiveram envolvidos nos acontecimentos.

As pessoas que produziram este filme cometeram graves erros. Um, foi reproduzir informações falsas, sobre acontecimentos históricos, que já tinham sido corrigidas muito antes do filme ser feito. Um bom exemplo disso é quando se mostra que foi o guerrilheiro Paulo (Gabeira) quem teve a ideia do sequestro e que redigiu um manifesto dos grupos guerrilheiros. Na verdade, isso foi feito por Franklin Martins, jornalista da TV Globo. Outro erro, grave, é quando se distorce a feição de personagens em nome da liberdade de criação. É o caso de como se retratou a imagem do torturador, a serviço do governo militar, e a do guerrilheiro “Jonas” (o operário Virgílio Gomes da Silva).

O torturador se permite crises existenciais, devido a sua “profissão”, com atitudes que expõem suas dúvidas diante dos fatos, chegando a demonstrar grande sensibilidade quando confessa, entre lágrimas, à sua esposa o que faz para sustentá-la. Já o guerrilheiro é truculento com seus companheiros, não admite divergências, faz intrigas e submete todos a tortura psicológica. Por que tentar, unilateralmente, absolver o torturador e condenar o guerrilheiro? Por que só o torturador tem direito a ter conflitos? Por que só o guerrilheiro é tão bem resolvido?

O que se coloca como “liberdade de criação artística” é, na verdade, um desejo de rever fatos ocorridos sem no entanto incomodá-los, afinal não já tivemos a Anistia ampla, geral e irrestrita e o processo de democratização já não foi concluído? É como mergulhar no mar e não movimentar a areia. Bruno Barreto disse que não queria fazer um filme monolítico, porém em sua ânsia de entrar para o primeiro mundo cinematográfico, recriou o pior dos clichês do cinema – a eterna luta do bem contra o mal. O bem encarnado no guerrilheiro\herói Paulo (Gabeira) que é corajoso, inteligente, bem humorado, crítico e humano e o mal encarnado pelo guerrilheiro\bandido

Jonas (Virgílio) que é violento, autoritário, impiedoso, mesquinho e despolitizado.

Mas, no tempo real, os guerrilheiros representados no filme foram presos e torturados e o “bandido” teve sua cabeça – literalmente – esmagada por “homens em crise de consciência”, leia-se torturadores, a serviço de uma ditadura que muitos insistem em minimizar seus atos, como parece ser o caso de Bruno Barreto que não tenta analisar as características da ditadura militar. Não se pode ficcionar demais em cima de personagens e fatos que realmente existiram e aconteceram. É tudo tão absurdo que se aproxima do ridículo. Como dar crédito a um filme que mostra um sequestrador seguindo a polícia para saber se ela sabe onde se encontra o sequestrado? Em condições reais, ou normais, é a polícia que segue e persegue o sequestrador!

Vi na TV a atriz Claudia Abreu, que faz a guerrilheira Reneé no filme, defendendo que ele serve para atingir pessoas que não viveram a época e\ou não tiveram oportunidade de estudar esse assunto na escola. Nasci 3 meses antes do sequestro e, felizmente, tive e tenho a oportunidade de estudar sobre o tema. Fico arrepiado só em pensar que se não fosse assim estaria condenado a conhecê-lo pela ótica de pessoas preocupadas em fazer sucesso lá fora.

Mas, não deixem de assistir ao filme, até mesmo para que possam tirar suas próprias conclusões. Apenas, não se iludam pelo sucesso e pela exaustiva propaganda sobre ele. Busquem outras formas de informação sobre os acontecimentos, inclusive as que foram feitas por outros ex-guerrilheiros. O que mais precisamos, hoje, não é de heróis e bandidos caricaturando uma situação, mas de analisar seriamente coisas que persistem em não ficar guardadas no passado, em vir à tona nos “incomodar”, num saudável e imprescindível balanço histórico.

A NECESSIDADE DE SE TER INIMIGOS

Publicado em 22 de setembro de 1998 no Jornal da Paraíba

FICO ESTARRECIDO COM A BANALIZAÇÃO DE ALGO TÃO NEFASTO quanto a guerra. Se ela é tão ruim, por que promovê-la? Não já teríamos conhecido todos os malefícios que essa “atividade” produz? Poderíamos apontar irracionalidade, inconsequência e até mesmo altas doses de burrice, como motivos, mas vendo as últimas investidas dos Estados Unidos sobre o Iraque, talvez possamos encontrar outras explicações bem mais plausíveis.

Na Guerra Fria, EUA e União Soviética justificavam suas beligerâncias baseados no fato de que existia um inimigo pronto a destruí-los e que, portanto, era preciso se prevenir. Assim, quanto maior a área de influência que possuíssem mais fortes seriam. Daí as intervenções praticadas em países do 3º mundo. Sem contar que precisava-se investir em armamentos, que geram lucro para quem os fabrica, para sempre se praticar a “arte” da guerra.

Mas, com o fim da Guerra Fria, e com as mudanças nos países socialistas, a situação mudou. A queda da URSS tirou um dos jogadores do tabuleiro e os EUA tiveram que encontrar um novo inimigo, pois como justificariam a seus contribuintes a continua elevação de impostos, para aplicar em gastos com armas, se não mais existia o “perigo vermelho”? Com as conturbadas relações políticas entre os países árabes e a grande quantidade de petróleo que estes possuem, bem que o novo inimigo poderia vir do mundo árabe. A cientista política Chantal Mouffe disse que “faz-se necessário ter-se

inimigos, do contrário, como se justifica atitudes que são quase sempre injustificáveis”.

Foi isto que aconteceu quando Saddam Hussein, outrora aliado dos EUA, invadiu o Kuwait alegando que seu território pertence ao Iraque. Temos que ver Saddam como o que de fato ele é, um ditador. Porém, notemos que este novo inimigo veio em boa hora, por se encaixar bem às necessidades dos EUA. Por isso, Saddam Hussein foi satanizado.

Imagine se, numa entrevista, o presidente Clinton diria “vou invadir o Iraque para pegar o petróleo que tem lá e porque as indústrias bélicas, que bancaram minha campanha, estão exigindo”? “No, of course not!”. Como na Guerra Fria, o sangue derramado tem que ser racionalizado. Quer melhor justificativa do que a de salvar o mundo das garras de um ditador ensandecido? Fouad Ajami, professor da Universidade Johns Hopkins, em Washington, afirma que um dos problemas de Clinton foi ter reconstruído Saddam Hussein: “falaram tanto que construíram um novo Saddam, transformaram-no numa figura maior do que é de fato. E agora precisam lidar com o monstro que ajudaram a criar”. De fato, os EUA não poderiam ter dado tanta centralidade a Saddam, mas era isso ou não se poder fazer a guerra.

PRETÓRIA UEPB

Publicado em 23 de agosto de 2000 no Jornal da Paraíba

NA ROMA ANTIGA, PRETOR ERA O MAGISTRADO ENCARREGADO DA administração e da justiça, sendo pretória sua jurisdição. O pretor tinha poderes excepcionais, uma vez estabelecido em seu cargo. Por isso, uso pretoriano para se dizer que algo ou alguém é autoritário. Vivemos em uma sociedade pretoriana! Os ritos antidemocráticos da ditadura militar ainda estão entre nós. Se os militares governavam através de Atos Institucionais e Decretos-Lei, FHC vale-se das Medidas Provisórias. Os exemplos desse pretorianismo são muitos e podem ser encontrados até mesmo na Universidade Estadual da Paraíba.

Temos, em nossa agenda, o concurso público para professores, que pode garantir melhorias em nosso quadro docente, e que vem sendo protelado, a “Estatuinte universitária”, que pode dotar a UEPB de regimento mais moderno, além das eleições para reitor. Aqui, nosso estatuto prevê que o reitor em exercício não pode se candidatar à reeleição. Porém, ele mesmo solicitou ao Conselho Universitário que aprovasse emenda ao regulamento, para que pudesse ser reconduzido ao cargo, mediante reeleição. Mesmo que não concorde com isso, pois alternância no poder é condição necessária, apesar de insuficiente, para se ter democracia, admito a solicitação, pois ela só se efetuará se a comunidade acadêmica permitisse. O que não se admite é o *modus operandi*!

Dois dias antes do Consuni se reunir, para apreciar a matéria,

o governador do Estado, ferindo nossa autonomia, e ao que tudo indica em comum acordo com o reitor, impôs o Decreto nº 21.209 (02\08\2000) determinando que o “mandato do Reitor e Vice-Reitor será de 4 anos, sendo permitida uma única recondução ao mesmo cargo, para mandato subsequente.” Ao invés de se esperar o Consuni definir as regras do jogo, se impôs algo muito parecido com os decretos-lei da ditadura militar. Lamentável!

De fato, não se respeita os ritos democráticos da UEPB. Ao invés das eleições submeterem-se ao regimento, é este que tem que se adequar a elas. Dito de outra forma, regimento e eleições tem que se submeter aos interesses de um reitor (pretor). Diante disso, como querer atitudes democráticas dos que sempre veem seus direitos sendo negligenciados por pretores instalados em suas pretórias. Não vivemos mais à época da ditadura militar! Atitudes como essa devem ser rechaçadas pela comunidade acadêmica, caso contrário só afirmaremos esta mentalidade pretoriana que tanto mal já nos fez.

ESTAMOS EM GUERRA?

Publicado em 06 de junho de 2001 no Jornal da Paraíba

EXISTE, NO BRASIL, UM GRUPO DE EMPRESAS QUE PRODUZEM E VENDEM material bélico e serviços para as Forças Armadas. É um mercado que movimentará, em 2001, orçamento de R\$ 1,4 bilhão, segundo a Revista Isto É Dinheiro de março. É um setor estratégico que mexe com muitos interesses, por isso a lista das empresas é um segredo bem guardado. Para se ter noção do poder de lucro delas, vejamos o caso Embraer, responsável pela modernização dos aviões Mirage F-5E/E da Força Aérea Brasileira, um projeto orçado em U\$\$ 285 milhões.

E que não se pense que este montante é diminuto, pois apenas 9,4% do orçamento do Ministério da Defesa sofreu cortes este ano. A prova do quanto o governo se preocupa com os militares é que só a agricultura sofreu um corte de 40,7% para 2001. Sem contar que fazemos péssimos negócios. Em 2000, FHC autorizou a compra de um porta-aviões francês, batizado de São Paulo, por US\$ 12 milhões. Nenhum problema, se este brinquedinho de guerras não tivesse sido construídos em 1963. Enquanto esteve incorporado à esquadra francesa, ele serviu em batalhas no Líbano, Bósnia e Kosovo. Mas, o governo francês considerou o São Paulo obsoleto e o Brasil o comprou como se fosse um colecionador de armas antigas.

E já é hora de perguntar porque gastar tanto com um porta aviões se não estamos em guerra, nem entraremos numa? Porque investir em armas, se o Estado brasileiro adota postura pacífica? Basta ver

que FHC assumiu posições pacifistas frente aos conflitos existentes no mundo, inclusive recusou “convites” dos EUA para participar de suas aventuras bélicas. Afinal, porque as Forças Armadas investem tanto em material bélico?

Sempre se poderá dizer que estamos investindo na defesa de nossas fronteiras. Mas, se é assim, por que Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, comportam mais contingentes e mais quartéis do que a Amazônia, que é alvo de interesses estrangeiros, ao ponto de norte-americanos, japoneses e europeus defenderem a internacionalização da Amazônia, alegando ser este o “pulmão do mundo”? A questão é que, enquanto sociedade civil, ainda não efetivamos mecanismos de controle sobre os militares e, por isso mesmo, eles se sentem livres para determinar, utilizando um fenomenal poder de pressão, quanto (e como) gastar com armas, como se estivéssemos nos preparando para entrar em uma guerra secular.

A PRAGA DA ESMOLA

Publicado em 20 de junho de 2001 no Jornal da Paraíba

QUANDO O SOCIOLOGO HERBERT DE SOUZA (BETINHO) LANÇOU A primeira fase da Campanha contra a fome em 1992, que previa a coleta e doação de alimentos para pessoas famintas, teve a mídia a seus pés. Foi manchete nos principais meios de comunicação do país. Mas, quando propôs o início da segunda fase, a geração de emprego e renda para populações carentes, desapareceu dos órgãos midiáticos. Talvez por ressentimento, Betinho voltou a defender que doássemos alimentos, esquecendo o mais importante. Ele propunha a mesma coisa que a elite pós-escravocrata sempre fez: a cultura da esmola.

De repente, todos combatiam a fome. Não mais do que de repente, brasileiros incomodados com a secular miséria do povo passaram a dizer que cada um tinha que fazer a sua parte, doando um pouco de comida. Betinho contava, em um comercial, a estória do passarinho que leva água em seu bico para apagar um incêndio na floresta. Quando indagado que assim jamais apagaria o fogo, respondia: “Eu estou fazendo a minha parte”.

E muitos bons brasileiros colocaram água no bico. Articularam-se e permaneciam às portas dos supermercados para que ricas senhoras doassem quilos de sal e de farinha. Depois, iam para casa dormir, tranquilamente, achando que, no dia seguinte, não mais encontrariam mendigos pelas ruas. Ledo engano! A fome crônica do povo brasileiro não se resolve com esmolas, mas com políticas públicas concretas capitaneadas pelo Estado.

A elite tupiniquim tem uma mentalidade calcada no mais puro assistencialismo, disfarçado de comovente solidariedade. Ela não entende as leis do sistema capitalista que diz adotar; aquela que diz que é melhor ter consumidores do que mendigos. Precisamos de ações políticas concretas. Que tal trabalho que dê ao indivíduo a verdadeira cidadania, aquela que dá dignidade para viver sem precisar esmolar?

Porque não estender o Programa Bolsa Escola para todos os brasileiros carentes? Pois, já se provou os efeitos positivos desse programa sobre a economia de cidades de porte médio, como Campina Grande. Por que não criar postos de trabalho através de linhas de crédito, a pequenos e médios empresários, vindas de Bancos Populares? O que mais precisamos é de vontade política, é de compromisso estatal com o povo brasileiro e não com o Fundo Monetário Internacional. Não precisamos de bonitas campanhas televisivas, que maquiagem a realidade, e fazem com que o brasileiro se sinta o pior dos criminosos por não doar um quilo de sal ou de farinha a uma instituição de caridade.

QUE ME VALHA CHICO BUARQUE

Publicado em dezembro de 2005 no www.paraibaonline.com.br

EM “LEITURA DOS CLÁSSICOS É REMÉDIO CONTRA CRISE”, PUBLICADO no Jornal O Estado de São Paulo em 1994, o historiador Carlos Guilherme Mota afirmava: “Em tempos de crise, voltamos para os clássicos, num recuo estratégico, em busca de perspectivas e alguma paz. Uma pausa para o reencontro de nossa temporalidade perdida ou, como por vezes acontece, nossa sensibilidade enfastiada”.

Mas, o que é um clássico? O clássico pode ser um livro, um filme, uma pintura, uma música, enfim é aquilo que é atemporal, sem ser anacrônico, que agrada gerações, sem mudar sua essência. Clássico é algo que fica! É o que reencontramos sempre para rever, reinterpretar e redimensionar para o momento em que vivemos. O clássico cabe em muitos presentes e não só no em que foi feito. Os buscamos em momentos de crise para descobrir outras dimensões de nossa existência coletiva e/ou individual. O Clássico muda? Certamente não! Mudamos nós, por isso a necessidade de voltarmos a eles.

Falo dos clássicos para poder falar de Chico Buarque, que me estimulou a revisitá-lo, com o lançamento dos seis primeiros DVD’s, que contam aspectos da vida e da carreira de quem e foi apontado por Tom Jobim como o sucessor de Noel Rosa. E eu diria mais: além de sucessor, o continuador do que Noel não pode fazer por ter morrido tão cedo. Chico, com todo o seu virtuosismo literário, musical e letrístico, reencarna e representa Pixinguinha, Lupicínio Rodrigues, Nelson Cavaquinho, Cartola, Ari Barroso, Dorival Caymmi,

responsáveis pela adequação do samba ao que se convencionou chamar de Música Popular Brasileira (MPB). Chico soube recolher elementos no que de melhor tivemos na música, desde os chorões e Chiquinha Gonzaga, passando por Villa Lobos, até Vinícius de Moraes e Tom Jobim, e converter isso tudo numa produção inovadora.

Chico se define como letrista, mas ele é o maior letrista da MPB. Diria que é um caçador de palavras, um arqueólogo dos grandes achados linguísticos. Ninguém como ele para, com as palavras certas, dizer as coisas corretas. Imagine o verso “amo tanto e de tanto amar, acho que ela é bonita”. Pronto, não precisa dizer mais nada, não importa quem seja a mulher, ele a ama e todas as questões se encerram. Chico foge ao óbvio e nos força a buscar conhecer e entender as coisas. Quem mais usaria gelosia ao invés da usual janela?

E pouco importa os que tentam desqualificá-lo por sua auto reconhecida desafinação, pois ele sabe construir belas canções, onde letra e música são melodiosamente unidas. Em “Choro Bandido”, Chico diz que o que interessa é a música: “Mesmo que os cantores sejam falsos como eu / Serão bonitas, não importa / São bonitas as canções / Mesmo miseráveis os poetas / Os seus versos serão bons”.

Chico é o símbolo que se contrapõem, pela qualidade, a tudo que virou moda. Ele está para nossa música, assim como Sérgio Buarque de Holanda, seu pai, está para a historiografia brasileira - inovador, revolucionário, clássico. Se o caro leitor tem dúvida basta ler “Raízes do Brasil”, do pai, e ouvir “Bye, Bye Brasil”, “Construção” e “A Banda”, do filho. Chico consegue antever as conjunturas - antes mesmo de a ecologia virar chavão na boca de nossa intelectualidade desavisada, ele já praticava o ativismo verde. Ouçam a música “Os homens vão chegar” que manda passarinhos tomarem cuidado com nossos desatinos em relação à natureza.

Talvez, já se tenha dito tudo sobre Chico. Acho até que estou sendo redundante. Mas, em tempos de crise, quando a MPB é enxovalhada pelo lixo escatológico vindo das gravadoras - falo dos ritmos “populares” como sertanejo, pagode, “axé music”, funk, forró de plástico, que ignora Jackson do Pandeiro e Luís Gonzaga. Enfim, falo do que dispensa talento para ser feito. O momento é mesmo muito ruim, pois para cada Lenine, Zélia Duncan, Zeca Baleiro, que

surgem, logo aparecem dez ou quinze daqueles que não têm nada a dizer. Ainda mais, quando Caetano Veloso, vendo-se acima do bem e do mal, chancela os resíduos expelidos pela indústria fonográfica.

Sofro vendo Caetano defendendo esses “estilos musicais”, querendo nos convencer de que isso é a “expressão da cultura dos oprimidos”. As vezes penso que Caetano está se divertindo a nossas custas ao dizer que Tati Quebra-Barroco é “a maior revelação da música brasileira dos últimos dez anos”. Até admito que Regina Casé diga que está surgindo uma “nova MPB”, pois o papel dela é mesmo descobrir o que não presta. Mas, porque o autor de Sampa, Podres Poderes, Panis et Circenses, Baby, Trem das Cores, assume tais posições?

Lamentável e paradoxalmente, me vi, dia desses, defendendo a censura. Em um lapso de tempo pensei que a única solução para me livrar da poluição sonora que infecta as ruas, com aqueles carrinhos odiosos, seria a censura. Refeito de minha incorreção autoritária, quis saber como alguém que escreve e publica, ou seja, depende da liberdade de expressão, defende algo tão nefasto? Me vi tão irritado com essa escatologia musical que pensei que para o bem de nossos corações e mentes fosse melhor censurá-la. Mas, sossegue caro leitor, ao contrário dos escatófagos da música ainda sou dotado de suficiente inteligência e sensibilidade para rever meu erro: não quero a censura! Ela é tóxica, nociva, que o diga quem já sofreu seus efeitos. Mas, se não posso censurar, nem quero, estou condenado a ouvir esta música fecalóide?

E pouco me importa que Caetano Veloso e Lobão consideraram essa sedeca um “movimento musical”. Numa entrevista à Revista Imprensa (de setembro), Lobão, editor da Revista Outra Coisa, desandou a dizer asneiras. Pasmem!, ele disse que Chico Buarque é “sinônimo da ditadura militar, que nasceu velho e que suas músicas são depressivas”. Pobre Lobão! Sempre tive atenção pelo seu trabalho. Admirei ele ter criado seu próprio selo, para vender seus discos em bancas de jornal a preços módicos, e para provar que é possível fugir do esquema das gravadoras. Sempre gostei do seu jeito franco, mas dessa vez ele foi longe demais. Na já citada entrevista, um Lobão irreconhecível desatinou ao dizer que prefere a tal “Lacraia” a Edu Lobo e que “Elis Regina, Tom Jobim e Chico Buarque são o que há de pior

na nossa música”. Não sei o que causou tamanho estrago, mas torço para que Lobão se recupere.

Alguém me disse (SIC) “essa música toca direto porque o povão não sabe escolher, escuta o que for colocado”. Se for assim, então além de Sertanejo, Pagode, Axé, Forró Eletrônico e outras “comercialidades” do ramo, porque não tocar MPB, Jazz, Blues, Rock in Roll e Música Clássica na rádios? Porque não “impor” ao povo Tom Jobim, Elis Regina, Djavan, Leila Pinheiro, Beatles, Ray Charles, Miles Davis? Se o “povão não sabe escolher”, então que seja “obrigado” a ouvir Beethoven e Tchaikovsky.

O “povão” “não sabe escolher” porque não teve oportunidade de estudar, de recolher subsídios e elementos que lhe permitam optar ao invés de aceitar. Muitos não escolhem porque não tem poder político, econômico e cultural para decidir. Quem faz isso é a mídia corporativa, controlados pelos que veem na diarreia musical uma forma de lucro. O mercado se fia na equivocada visão de que não importa o estilo, mas sim se ele está “tocando direto” e se está “na moda”, e no fato de vivermos em sociedades consumistas, que privilegiam a simplificação em detrimento da elaboração. Recuso-me aceitar que valores culturais nossos, como a MPB, se reduzam à valores comerciais. Não quero ver a “calcinha-não-sei-lá-das-quantas” como protagonistas do cenário musical.

É por tudo isso que ouço, agora mesmo, canções feitas quando Chico expressava toda sua sensibilidade para falar da ditadura militar. Em “Vai Passar”, “Cálice” e “Roda Viva”, ele faz da política, poesia. Recorro a Chico como um clássico para me valer das “modas” da música. É por isso que eu o “prescrevo” como remédio para a crise. Parodiando o próprio, indico: beba Chico, cheire Chico, fume Chico, use Chico, injete Chico na veia; não tem contraindicação – pode se viciar nele, só vai fazer bem a você.

O LEVIATÃ ESTÁ MORTO?

Publicado em junho de 2006 no www.paraibaonline.com.br

ALGUÉM JÁ DISSE QUE “VIVEMOS SOB A DITADURA DOS FATOS”. Já muito se disse, também, que vivemos em um Estado democrático e de direito. Concordo com a primeira assertiva, pois os eventos irrompem sem pedir licença. Mas, discordo da segunda pelo que a nossa realidade apresenta. Não temos um Estado e uma sociedade democráticos, pois ter eleições periodicamente não nos torna uma sólida democracia. É que eleição é condição necessária, porém insuficiente das democracias.

Para sermos uma democracia estável, precisaríamos não ver a maior cidade do país conflagrada. Em São Paulo, cidadãos, policiais e bandidos foram mortos, os bens públicos e privados depredados, prisões transformadas em arenas de terror, a segurança pública deixou de existir. Foram cenas de uma guerra civil de proporções alarmantes e isso me faz constatar que o Estado de direito está mesmo ameaçado.

A impressão, falsa espero, é que voltamos ao estado de natureza demonstrado por Thomas Hobbes em “O Leviatã”, onde os homens não se submetem às regras, valendo apenas a “lei do mais forte”. É o homem em seu estado natural, sem razão, dotado apenas de instinto, se submetendo a reações que levam indivíduos a lutarem para se manterem vivos, mesmo que para isso precisem matar.

No Estado de Direito ninguém está acima da lei, as instituições políticas devem exercer o poder e a autoridade por meio da norma, e

devem, elas próprias, submeterem-se aos constrangimentos impostos pelo ordenamento jurídico. Em um Estado, regulado por uma constituição, que prevê uma pluralidade de órgãos dotados de competência distinta e explicitamente determinada, os cidadãos devem se dispor a obedecer às leis, ou seja regras e regulamentos. Se assim não for, voltamos à barbárie, o homem em seu estado bruto, primitivo, enfim tudo isso que vimos acontecer em São Paulo.

Vive-se em um Estado de Direito pleno quando o cidadão confia que seu lar não será invadido pela polícia, sem ordem judicial, ou por bandidos; que seu filho terá uma vaga na escola e que sua família terá tratamento em bons hospitais públicos; que seu salário estará garantido no fim do mês. Este mesmo cidadão deverá ter certeza que não será preso sem um devido processo legal, que seu nome não será utilizado sem a sua devida autorização e que um bem seu não será alienado sem seu expresso consentimento.

O cidadão não tem, por obrigação, que conhecer todas as leis e nem tem que saber citar artigos dos Códigos Civil ou Penal. Mas, precisa compreender que existe uma série de instrumentos normativos que asseguram que ele não precisará entrar em conflito todas as vezes que buscar seus direitos. Se a pessoa vê bandidos fuzilando um policial em plena luz do dia, pode se sentir encorajado a burlar as normas, pois entenderá que o Estado não lhe assegura direitos e deveres. Esta situação cria o hábito de desrespeitar as regras e contribui, sobremaneira, para uma cultura pretoriana que nos leva em muitos momentos a buscar saídas de força para os nossos impasses, sejam eles institucionais ou não.

Prova cabal da fragilidade do nosso Estado de Direito foi o governo de São Paulo ter ido dialogar com as lideranças do PCC, como se eles estivessem reivindicando algo legítimo que merecesse uma negociação. Ao decidir dialogar com o crime organizado, o governo sinalizou em fortes cores de como é frágil à democracia que representa. Em entrevista, o governador de São Paulo, Cláudio Lembo, afirmou que era cedo para colocar o Exército nas ruas. Ele tentou ser categórico ao afirmar que “forças de segurança têm o controle da situação pública no Estado”. Enquanto isso a cidade era alvo de ataques e uma onda de rebeliões insurgia pelos presídios. Talvez por

desconhecer a realidade gritante das ruas, o governador pediu à sociedade que colaborasse efetivamente e demonstrasse tranquilidade. Óbvio, não disse como se faz isso diante de um tiroteio cerrado!

Lembrei, então, que por causa de três míseros fuzis, o Exército ocupou as ruas no Rio de Janeiro. Sendo assim, já não teríamos razões suficientes para soltar tropas federais nas ruas de São Paulo? A crescente onda de ataques criminosos não já estaria configurando grave ameaça à ordem pública? Não seria necessário decretar estado de defesa e\ou intervenção federal em São Paulo? Porque no Rio de Janeiro tem intervenção e em São Paulo não? Teríamos, aqui, condicionantes eleitorais?

Erro grosseiro do governo paulista foi não ter demonstrado à população (e ao crime organizado) que dispunha de instrumentos dentro do Estado Democrático de Direito para reagir. Claudio Lembo afirmou que não poderia tomar determinadas medidas pelo fato de vivermos em uma democracia. Esqueceu-se que medidas de forças devem servir, sim, a democracia, inclusive para mantê-la. Não é à toa que a Constituição Federal estabelece a figura do Estado de defesa, via que decreto presidencial,.

Estado e sociedade estavam sendo agredidos. Urgia tomar medidas! Precisava-se de elementos regulamentares que possibilitassem um maior poder de investigação e repressão ao aparelho coercitivo do Estado, bem como mobilidade suficiente para tomar decisões que permitissem uma resposta imediata à ação criminosa. O governo teria que ter reagido em relação ao problema gerado pelo uso dos celulares dentro dos presídios, pois isso poderia ter sufocado o comando das ações criminosas. O Estado de defesa existe para resguardar os limites do Estado Democrático de Direito. O nome já diz tudo, são medidas tomadas para defender o Estado ameaçado.

Esse tal Estado de defesa não pode durar por tempo indeterminado, nem ser confundido com o Estado de sítio. Ele serve para que se possa lidar com ameaças internas ou catástrofes naturais e, mesmo assim, em locais previamente delimitados dentro do território nacional. Já o Estado de sítio justifica-se pela ameaça externa e tem que ser adotado em todo o território nacional. Como afirmam os constitucionalistas, deve-se respeitar os princípios jurídicos da razoabilidade

e da proporcionalidade para que os excessos sejam coibidos e para que se evite que decretos ou intervenções federais deem ao Estado instrumentos para agir de forma autoritária.

É fundamental nunca esquecer que esta foi (ou é) uma exceção dentro de uma sociedade que adota ritos democráticos. Temos que lembrar que, historicamente, convulsões sociais, como a que vimos, justificaram medidas de força e a usurpação do poder por grupos que não tinham legitimidade democrática para fazê-lo. A gravidade da situação não pode justificar excessos. Um erro não deve justificar o outro e não se pode confundir autoridade com autoritarismo.

ELEIÇÕES 2006 - TODOS GANHAM E NINGUÉM PERDE!

Publicado em agosto de 2006 no www.paraibaonline.com.br

NA PRIMEIRA PESQUISA FEITA PELO IBOPE, APÓS O INÍCIO DO HORÁRIO eleitoral, o presidente Lula (PT) aparece com 49% das intenções de votos, dois pontos a mais do que no último levantamento feito antes do início do guia. Já Geraldo Alckmin (PSDB) obteve 25% na pesquisa pós-guia eleitoral, um ponto a mais em relação à pesquisa pré-guia. Heloísa Helena (PSOL) aparece com 11% na pesquisa pós-guia e 12% na pesquisa pré-guia. Em quarto lugar temos Cristovam Buarque (PDT) com 1% nas duas pesquisas. Luciano Bivar (PSL), José Maria Eymael (PSDC) e Ruy Costa Pimenta (PCO) aparecem com menos de 1% em cada uma das pesquisas.

O Datafolha simulou possível 2º turno entre Lula e Alckmin. O petista venceria com 55% dos votos e o tucano ficaria com 36%. Enquanto a taxa de rejeição do presidente vem diminuindo a do ex-governador só aumenta. Em junho, 31% dos entrevistados afirmavam que não votariam em Lula, mas em agosto esse percentual cai para 26%. Em contrapartida, a rejeição de Alckmin, que em junho era de 19%, aumentou para 24% neste mês de agosto. A rejeição a Heloísa Helena era de 21% em junho e julho, e em agosto oscilou entre 23 e 24%. Buarque, Eymael, Bivar e Rui Costa atingem algo em torno de 23% de rejeição, cada um.

O governo Lula é aprovado como “ótimo” ou “bom” por 52% dos brasileiros; já os que o classificam como “regular” caiu de 36% para

31% e os que acham “ruim” ou “péssimo” foi de 18% para 16%. Essa não é só a maior taxa de aprovação, já obtida por Lula desde sua posse, como o maior índice de aprovação já registrado por um presidente desde 1990. Assim, a possibilidade de Lula ganhar no 1º turno aumenta, posto que seu principal adversário vem caindo, mesmo com a exposição no horário eleitoral.

Esse débil desempenho faz com que Alckmin sofra de “cristianização” - termo cunhado nas eleições de 1950, quando o PSD lançou Cristiano Machado à Presidência, mas apoiou oficiosamente Getúlio Vargas, que tinha vitória certa. Na Paraíba, aliados de Alckmin, pragmáticos que são, se afastam e colam em Lula. Cássio C. Lima e José Maranhão, os dois mais bem colocados na disputa pelo governo do estado, esforçam-se em demonstrar boas relações com Lula. No Ceará, o candidato do PSDB, Lúcio Alcântara, utilizou imagens de Lula em seu guia e evita falar em Alckmin. No Rio Grande do Sul, só na terceira semana do guia eleitoral é que a candidata a governadora, pelo PSDB, Yeda Crusius fez breve referência a um certo Geraldo. Certo, o que aqui é o velho instinto de sobrevivência dos políticos brasileiros.

A tarefa hercúlea de Alckmin é convencer o eleitorado a não reconduzir à presidência um candidato cujo mandato tem sido bem aprovado. O PSDB não mais consegue fazer com que o escarcéu mensalista tire pontos percentuais de Lula, que atua como o time de futebol que pode perder a final do campeonato por dois gols de diferença e ainda assim ser campeã.

A candidatura do PSDB nasceu de um imbróglio. Alckmin foi escolhido candidato em março, após intrincado episódio entre caciques tucanos, superando José Serra que seria o único em condições de bater Lula. O PSDB não investiu para ganhar e sim para perder! Como assim? Pragmatismo, caro leitor! O PSDB sabe o que é enfrentar uma reeleição, conhece as amplas vantagens que um presidente-candidato possui. FHC, Tasso Jereissati, Aécio Neves, Serra e Alckmin desenharam o cenário correto e evitaram entrar na disputa 2006, entendendo que o verdadeiro embate será em 2010, sem Lula candidato.

Privilegiaram suas eleições regionais, pois Serra não queria

acrescentar ao seu currículo mais uma derrota. O que levou Alckmin aceitar conduzir essa nau fadada ao soçobro? Mais uma vez, pragmatismo! Mesmo derrotado, ele termina a eleição conhecido em todo o Brasil, gabaritado para as próximas pelepas. E é esse o cálculo de Heloisa Helena e de todos os outros. Como se vê, todos ganham e ninguém perde!

Outra questão é que quando Alckmin fala em desenvolvimento econômico, cortes de gastos e eficiência administrativa, brandindo dados da economia paulista, não contesta a política econômica do governo Federal. Quando obteve de Lula, em 2002, o compromisso da manutenção da política econômica de FHC/Malan, o PSDB enredou-se em sua própria teia. Resultado? Perdeu os direitos autorais dessa política e ficou sem discurso. Como Alckmin não aponta para mudanças, o eleitorado fica com o que tem.

Se Lula e Alckmin não se diferenciam tanto, para que mudar? Os dois assumiram um padrão civilizado na prática política e utilizam os termos universais da democracia, assim como postulam os mesmos paradigmas da economia de mercado. A diferença? Lula tem carisma e visão social apurada, coisas inexistentes em Alckmin. A campanha gira em torno das tentativas dos candidatos em dar claras demonstrações de eficiência como gestores. Ambos tentam demonstrar, através de suas realizações como governantes, que podem desempenhar bons papéis e isso é salutar.

Quanto a recorrente pecha do mensalão, Lula parece ter conseguido a fórmula mágica para que ela não o atinja mais, pois tem conseguido se descolar do seu partido. Se antes tínhamos “Lula do PT”, agora temos “Lula do povo brasileiro”. A população associa o mensalão ao PT e preserva a imagem do presidente, caso contrário ele não teria uma aprovação de 52%. Lula transcendeu o petismo, encarnando a imagem do “salvador da pátria”. O nosso “Sasá Mutema” barbudo, seguindo a tradição getulista, supera mazelas do pragmático mundo político e segue firme para se tornar um fenômeno eleitoral.

É preciso lembrar que os programas sociais, que transferem renda, contribuem para essa crescente popularidade juntos aos pobres, que de tão pobres contentam-se com pouco. Estes programas não criam dificuldades para as metas traçadas na política econômica, até

porque estão presentes na relação de itens que o Banco Mundial recomenda como forma de compensar os tais “*efeitos reducionistas da política de ajuste fiscal*”. Política esta que quase todo o espectro político brasileiro é laudatório.

Um ponto positivo é que, até agora, Lula e Alckmin se negam a descer à vala comum do denunciamento, fugindo das agressões e do vale-tudo televisivo, mesmo porque se começarem a se acusar mutuamente chegaram a um resultado de soma-zero, onde ninguém ganha e todo mundo perde. E como vimos, os atores políticos pretendem, pragmaticamente, ganharem com essa eleição, mesmo aqueles que não serão eleitos.

EM DEFESA DA POLÍTICA COMO CIÊNCIA E DE ALGUNS PRINCÍPIOS

Publicado em setembro 2006 no www.paraibaonline.com.br

INTERESSANTE O FÓRUM DE DISCUSSÕES, NA SESSÃO DE OPINIÕES, pois nós (os colunistas) podemos ter um retorno das ideias que apresentamos. Agradeço aos comentários e ao fato de os leitores apontarem aquilo que percebem de positivo e/ou negativo nos artigos, isso me incentiva a tentar escrever mais e melhor. Uma leitora afirmou que fui imparcial sem ser tendencioso, pois quem trabalha com temas polêmicos como os que aqui exploro, corre sempre muitos riscos. Óbvio, meu compromisso é com a busca do conhecimento, através de um processo produtivo que leva em consideração leituras sistemáticas e a contínua busca de dados e informações. Isso, claro, com a perspectiva de colaborar para um consequente processo informativo dos nossos leitores.

Por ser um fórum livre, pessoas podem se expressar da forma que bem quiserem. Mas, essa liberdade embriaga alguns que, como bêbados trôpegos pelas calçadas, cambaleiam nas palavras, nos conceitos, nos meandros da língua portuguesa e até em metáforas por mim utilizadas. É temerário utilizar esse valioso espaço para fins outros. Fins acusatórios e desprezíveis, fins que, enfim, nunca são esclarecidos. São sempre maquiados de uma verborragia que ignora tacitamente os significados dos termos e conceitos da linguagem usual da Ciência Política, que por motivos óbvios utilizo.

Não me interessa tratar das mesquinhas, avarezas e miudezas

daqueles que não aparecem à luz do sol e ficam nas catacumbas urdindo desditas. Comentários que vi na sessão de “opiniões” me fez lembrar Aristófanes, o dramaturgo grego, que nos deixou a seguinte pérola: “A juventude envelhece, a imaturidade é superada, a ignorância pode ser educada e a embriaguez passa, mas a estupidez dura para sempre”. Como professor de uma Universidade pública tenho a dizer que é graças a um processo que vem sendo trilhado já algum tempo que hoje me dou “ao luxo” de atuar em duas áreas correlatas: a História e a Ciência Política.

A Ciência Política é uma área de conhecimento como outra qualquer sem a aura e a pecha que alguns tentam lhe atribuir. Também, não se propõe as pretensas “revoluções pós-estruturalizantes-individualizadas” à moda foucaultiana e alhures, apenas dedica-se ao estudo dos fenômenos políticos das sociedades atuais, calcada em sólida base metodológica de pesquisa. A expressão Ciência Política pode ser usada em um sentido amplo (e não meramente técnico) para indicar qualquer estudo dos fenômenos e das estruturas institucionais políticas. Este estudo deve ser apoiado num amplo e cuidadoso exame dos fatos expostos, com argumentos racionais. Afinal de contas, e como já afirmava Webber, a ciência nos proporciona método e alguma previsibilidade.

Mas, o que significa ocupar-se cientificamente da política? Expressa não se render ou acomodar-se a opiniões e crenças vulgares, demonstra, ainda, não formular juízos com base em dados imprecisos ou mesmo inverídicos. Para começar, faz-se necessário estudar o poder, essa força ancestral que induz os homens às guerras e a criação do instrumento que os domina chamado Estado (ou “O leviatã” hobbesiano). Estudar a organização da *polis*, significa olhar para os Estados reais e não imaginários.

De nada adianta pensar o poder político, e as instituições políticas, como gostaríamos que fossem, mas como realmente são. E aqui, então, o estudioso encontrará a elaboração maquiaveliana, não maquiavélica, note-se bem. Para Nicolau Maquiavel, a política tem ética própria, direcionada para conceitos amplos, como as Razões de Estado, que escapam à moral das convicções humanas e podem justificar conflitos e guerras. A Ciência Política contemporânea herdou

do mestre florentino essa racionalidade.

O estudo da política leva ao entendimento das formas de organização humana e o melhor modo de iniciá-lo é pelos clássicos. Maquiavel, Hobbes, Burke, Locke, Montesquieu, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Rousseau, os Federalistas, tentaram entender as complexas relações políticas e sociais. A elaboração deles formatou a ordem política da qual o Estado-Nação é ainda o melhor resultado.

A Ciência Política não se enquadra como sub área de qualquer outra disciplina, pois apresenta objeto próprio como os estudos sobre o poder e as elites; o Estado, a nação e a soberania; a sociedade civil e os dilemas da participação\representação; os poderes e sua separação; os partidos políticos e as eleições; Forças Armadas e relações civil-militar; políticas públicas (sociais) e a constituição da autoridade democrática.

Cerca de oitenta anos após sua inserção formal na academia, a Ciência Política é hoje um campo de estudo acadêmico consagrado, com universo conceitual e discurso científico próprios, além de amplo acervo de conhecimento e com uma agenda de pesquisa futura promissora. Cientistas políticos brasileiros se preparam, agora, para as análises da problemática da reforma política, que promete ser o centro das atenções após as próximas eleições. A Ciência Política brasileira tem contribuído nos estudos teóricos e nos baseados em evidências empíricas. Temos trabalhos, com novos tratamentos, sobre temas como a natureza e o funcionamento das instituições democráticas; os condicionantes políticos do sistema econômico e de sua reforma; a formação e a implementação das decisões de governo; a interação dos governos e atores sociais na produção de políticas públicas. Muitos trabalhos trazem análises relevantes sobre a política normativa: os fundamentos do poder, as condições da ordem política, as distintas concepção do justo, as tensões entre liberdade e igualdade, as relações entre ética e política, a produção do conflito e da cooperação em escala mundial.

Cientistas Políticos sérios não articulam “estratégias de campanha e discursos para figurinhas de postura ética e pública extremamente questionáveis, envolvidas em escândalos de corrupção”, como disse uma leitora que me honrou com sua arguta percepção. Essa

função deixamos aos marqueteiros maquiadores de candidaturas.

O problema que se apresenta para nós, os cientistas políticos, é em relação à quantidade. Qualidade, digo sem falsa modéstia, temos, mas ainda precisamos crescer numericamente. Porém, esse crescimento não deve se dar a qualquer custo. Precisamos que nossos alunos, espalhados pelos mais variados cursos de graduação, se dediquem mais a leitura dos clássicos da política, de todo conceitual da filosofia contratualista que foi sólida base para o iluminismo e as revoluções burguesas. Insisto, estamos voltados para o estudo da problemática da democracia no Brasil e para o funcionamento das Instituições Políticas, pois quando falamos em democracia inevitavelmente terminamos tratando de ditaduras e autoritarismos de toda a sorte.

Mas, é preciso ter cuidado com a forma como se emprega os termos e conceitos. Uma coisa é falar em ditadura, como oposto daquilo que ainda queremos para a nossa sociedade, outra é utilizar-se das normas regimentais de uma Instituição para cumprir ou não tarefas. O nosso exercício diário é contribuir para irmos construindo uma cultura política democrática em nossa sociedade e não para reafirmarmos, através de uma prática pretoriana, uma realidade histórico-política das mais perversas. Como bem disse outra leitora, citando Rosa Luxemburgo, “ser democrático com quem pensa igual é fácil; difícil é ser democrático com quem pensa diferente”.

INTOLERÂNCIAS EM “NOVAS” E “VELHAS” CONSCIÊNCIAS

Publicado em fevereiro de 2007 no www.paraibaonline.com.br

CENAS DE INTOLERÂNCIA, DESRESPEITO E AGRESSÃO FORAM VISTAS no Encontro para a Nova Consciência (edição 2007) em Campina Grande. Vimos, estarecidos, jovens evangélicos patrocinando cenas horrendas em frente ao Teatro Municipal. Eles pronunciaram agressões verbais, atearam fogo em objetos e tentaram impedir que pessoas adentrassem ao recinto das palestras. Esses alheados jovens tentaram, também, atrapalhar, com apitos, um ato ecumênico no anfiteatro do Parque Evaldo Cruz, no domingo - 18/02. Ironia das ironias, o ato era em defesa da paz e da pluralidade religiosa.

Ano após ano situações como essas tem se repetido sem que as autoridades tomem quaisquer providências. Até onde irá a disposição desses apedeutas em ofender e melindrar as suscetibilidades alheias? Onde querem chegar? Desejam que o evento deixe de acontecer? Aspiram realizar amplo processo de conversão dos que consideram hereges? Na verdade, exercitam a autoritária e odiosa intolerância religiosa tautologicamente pregada à exaustão por alguns dos pastores desse rebanho de ecúleos. Reproduzem a velha mentalidade pretoriana que grassa nossa sociedade, onde é quase impossível aceitar como normal aquilo que nos é diferente.

Sobre Nova Consciência se dispensa maiores comentários a não ser o fato de que, goste-se ou não, lá é bem-vindo todo aquele que queira participar, independente de crenças, ideologias ou visões de

mundo. Concorde-se ou não, as pessoas que participam desse evento estão gozando de direitos constitucionais como o de ir e vir. A Constituição Federal em seu Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais), Art. 5º § VII, consigna que “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos”. Ou seja, atos como estes descumprem a lei. Portanto, as autoridades instituídas devem cominar as devidas penalidades aos seus descumpridores.

O Encontro para a Nova Consciência é democrático em sua essência, pois defende como princípio inalienável que todo e qualquer crente pratique à convivência e o diálogo com outras confissões religiosas. Quem se der ao trabalho de ir às suas atividades verá que lá existe uma forte tendência a se aceitar os vários modos de pensar e agir dos indivíduos ou de grupos políticos e religiosos. Mas, terá que se despir de superstições e crendices, deixar de lado suspeições, intolerâncias, ódios irracionais e/ou aversões xenofóbicas a outras raças, credos e religiões.

E já é hora de perguntar: porque evangélicos podem realizar seu enorme evento em um espaço público (é bom lembrar), sem serem importunados, e os esotéricos não? O que aconteceria se, por exemplo, seguidores do Hare Krishna resolvessem adentrar à gigantesca arena montada pelos evangélicos, no Parque do Povo, entoando seus cantos? Um *jihad* às avessas?! Uma verdadeira guerra santa em nome de Jesus?! E é preciso que se diga que alguns seguidores, dessas Igrejas evangélicas, não possuem estatura moral para questionar as religiões esotéricas, pois há muito são alvos de desconfianças, questionamentos e até processos judiciais.

Como não tenho nenhum tipo de compromisso (espiritual, material que seja) com esta ou aquela religião, posso\devo considerar absolutamente necessário se ter profundo respeito por tudo que consideramos diferente de nós e que não concordamos. Este artigo é, antes de qualquer coisa, meu mais profundo repúdio aos atos aqui descritos. Durante muito tempo não tínhamos liberdade de expressão em nosso país, agora que temos é preciso saber lidar com esse direito de forma responsável sob pena de voltarmos a perdê-lo. O respeito à diferença é também um dos itens necessários para que a

democracia passe a ser um hábito nosso, e não um evento determinado pelo calendário eleitoral.

DEBILIDADES DA DEMOCRACIA LATINO-AMERICANA

Publicado em março de 2007 no www.paraibaonline.com.br

JÁ DIZIA CHICO BUARQUE QUE “NÃO EXISTE PECADO DO LADO DE baixo do Equador!”. Nós, latino-americanos, somos quase imunes aos acessos falsos moralistas anglo-saxões, mas, não somos afeitos à organização do mundo capitalista-presbítero. Aquela ética protestante e o tal espírito capitalista weberianos chegaram até nós atrasados e distorcidos.

Foi assim que o modelo toquevilliano de democracia, onde igualdade e liberdade são complementares e não excludentes, nos chegou desvirtuado e mal-ajambrado. Acontecimentos políticos de mais de um século demonstram isso: ditaduras e autoritarismos de toda sorte; repúblicas coronelísticas e militarizadas, populistas e/ou nacionalistas; democracias tuteladas e não consolidadas, sofrendo os malefícios causados por um pretorianismo ancestral.

Ancorado nisso tudo, Hugo Chávez foi reeleito com mais de 61% dos votos, em que pese na Venezuela ele não ser obrigatório, para um mandato que vai até 2013. Ele fez uma campanha pedindo ao povo para não ter medo do socialismo, afirmando que vai “*aprofundar a revolução bolivariana*” e criar um “*sistema de comunas*” - projeto que acabaria com as 335 prefeituras e 24 estados, substituindo-os por conselhos comunais locais ligados ao Executivo.

Chaves propôs a reeleição indefinida, para se perpetuar no governo, desconsiderando que a alternância no poder é uma das condições

para se ter democracia. Ele tem uma visão utilitarista das instituições e das normas que regem as relações diplomáticas entre nações. Controla imprensa, judiciário, parlamento, partidos. Parece querer *fugimorizar* a Venezuela – fechando instituições com o argumento (factível) de que elas agem contra os interesses do povo. Inclusive, sugeriu a criação de um “partido único da revolução”. Chávez encaminhou à Assembleia Nacional o projeto da Lei Habilitante que lhe permitirá governar por decreto por 18 meses. Tendo quase todos os deputados ao seu lado, pois a oposição boicotou as eleições de 2005, alegando manipulações no sistema eleitoral, não terá problemas para aprová-la. Assim, o parlamento permitirá a Chávez legislar sobre tudo ou quase tudo.

Justificando os motivos para a concessão de tantos e ilimitados poderes a um só homem, o texto da lei diz que os decretos que tratam das questões econômico-sociais objetivam “*transformar o paradigma econômico capitalista atualmente hegemônico*”. E mais: demonstrando o quão subserviente tornou-se ao poder executivo, o parlamento concedeu regime de urgência para aprovar o novo instrumento e, pelo projeto, os deputados só conhecerão as leis decretadas quando elas já tiverem sido publicadas no Diário Oficial. Chávez vai encarnar o próprio poder legislativo, passando por cima deste quando bem lhe aprouver. Seria uma espécie de poder moderador?

Transformações econômicas e sociais são necessárias neste capitalismo arcaico e subserviente existente na América Latina. Mas, porque tem que ser ao custo da democracia política? Isso lembra a forma como os militares lidavam com o parlamento brasileiro durante nossa última ditadura. A diferença? Eles eram de direita e Chávez é de esquerda. A similaridade? A visão autoritária na condução do processo político. Convém não esquecer que Chávez tem profunda inserção nos meios militares, até por ser originário deles. E bem sabemos por que presidentes latino-americanos tentam manter boas relações com os militares. Já dizia Jânio Quadros: “*Só tem uma coisa pior do que depender dos militares é não tê-los por perto quando necessário*”.

Chávez é carismático, populista, pretoriano, falastrão, debochado e militarizado. Mas, tem uma preocupação com as condições de vida

do seu povo e quer seguir pela via cubana onde questões sociais são sempre prioritárias. Criou o Fundo de Desenvolvimento Nacional, com orçamento de US\$ 6 bilhões, para promover “crescimento endógeno” e iniciou a estatização de empresas de telecomunicações e energia. Vai, ainda, criar uma companhia aérea estatal e aumentar o financiamento para as cooperativas que terão preferência nas compras e contratos do governo. Obvio, nacionalizará investimentos de extração de petróleo e gás na bacia do rio Orinoco. Sendo a Venezuela o 5º maior produtor de petróleo do mundo, seria pouco inteligente negligenciar esta área estratégica.

Ele parece esperar (ou desejar) um conflito, pois tem gastado quantias significativas do PIB com equipamentos bélicos e garante que vai armar o povo para que este se autodefenda de ameaças estrangeiras. No seu discurso de posse, afirmou que restam duas alternativas para a Venezuela: socialismo ou morte. O povo deve querer a primeira alternativa, tanto que o elegeu, mas será que aceitará ir pela segunda alternativa?

Hugo Chávez almeja suceder a Fidel Castro na liderança da esquerda latino-americana. Já se vê comandando Evo Morales (Bolívia), Rafael Correa (Equador), Tabaré Vasquez (Uruguai), Daniel Ortega (Nicarágua) em uma cruzada contra os EUA. Parece ter desistido das investidas sobre Lula e busca as boas graças com Néstor Kirchner (Argentina) e Michelle Bachelet (Chile). Importa, ainda, que Chávez explique o que pretende quando se reúne com Mahmoud Ahmadinejad (Irã) e Kim Jong-il (Coreia do Norte), homens que brincam com artefatos nucleares enquanto comandam seus países.

Chávez premedita suas atitudes. Chegando ao Rio de Janeiro, para a cúpula do MERCOSUL, disse (SIC) “*ser o único capaz de descontaminar a América latina da doença mortal do neoliberalismo*”. Precisava agradar a plateia que foi lhe saudar como se fosse um Fidel Castro rejuvenescido. Para a imprensa, disse que vai construir o “socialismo do século XXI” e aprofundar o combate às desigualdades sociais. Ele tenta atualizar o discurso revolucionário de Che Guevara, propondo uma última guerra de independência na América Latina contra os EUA, e retoma a elaboração trotskista da revolução permanente.

O socialismo chavista é capenga - deseja anular, ao invés de

aprofundar, os canais da participação e representação popular. Concebe ampla transformação social, que vá inibindo os altos níveis de pobreza, mas prevê o fechamento dos canais democráticos da participação. Chávez recoloca o velho (falso) dilema: para se ter reformas sociais, é preciso renunciar às liberdades políticas. Dito de outra forma: só se vive na igualdade sem a liberdade. Retoma a estratégia da esquerda dos anos 1960 por não aceitar que ter igualdade, sem liberdade, é como amputar um membro do próprio corpo.

Mas a demanda relevante de nosso tempo é lidar com os dilemas da democracia política, com os mecanismos, instituições e práticas associados a formas de decidir políticas que interessem a sociedade. É preciso valorizar e conviver com as práticas e normas que regem a vida dos partidos e organizações ou com as atitudes que marcam a relação entre estes e as instituições e entidades políticas da sociedade. Não adianta lutar contra a dominação imperialista, acabando com o oxigênio político de uma sociedade: a participação. Este foi o caminho que os bolcheviques russos tomaram e bem conhecemos o resultado: a instalação da ditadura de um partido e depois de um homem só.

Segundo o Instituto Latinobarômetro existem cerca de 140 países no mundo vivendo sob regimes democráticos. No entanto, só em cerca de 60 pode-se considerar que há uma consolidação da democrática. Em menos da metade as possibilidades de haver reverses autoritários reduziram-se quase a zero. Muitos governos eleitos democraticamente apresentam acentuada tendência a manterem sua autoridade com métodos não democráticos. Utilizam-se de vários expedientes: modificam as constituições de seus países para benefício próprio, intervêm nas eleições, restringem a independência dos outros poderes, além de não exercerem controle sobre os militares.

A democracia não pode ser reduzida ao ato eleitoral, em que pese ele ser condição necessária para se tê-la. Ela requer eficiência, transparência e equidade na atuação das instituições políticas. Exige, também, uma cultura política que aceite a legitimidade da oposição e que reconheça os direitos de todos. Não será negando estas condições, em nome da melhoria de vida do povo, que vamos abater as debilidades das democracias latino-americanas.

O FATOR LULA E O DILEMA DO POSTE

Publicado em setembro de 2008 no www.paraibaonline.com.br

A IRONIA É BEM-VINDA - NUNCA NA HISTÓRIA DESTES PAÍSES HOUVE UM presidente tão popular! Ibope, Datafolha, Vox Populi e CNT/Sensus atestam a mesma coisa: a popularidade de Lula continua nas alturas. Hoje, ele é o grande cabo eleitoral do Brasil. Bem dito, ele é cabo eleitoral de si mesmo, pois está de olho em 2010.

A próxima eleição ajuda a redesenhar o mapa político-eleitoral. É, por isso, que o embate PT X PSDB em São Paulo deve ser acompanhado. E é assim que surge Dilma Rousseff como a preferida do presidente. Suponho que Lula não queira um 3º mandato a iniciar-se em 2011, que prefira a ministra no seu lugar e uma volta triunfante em 2014. Preservaria sua biografia e teria estatura moral para criticar interesses continuístas de adversários e aliados mais afeitos ao poder.

Lula segue sobrevivendo às intempéries. Enfrentou crises em graus diversos de complexidade. Tivemos o mensalão e as sanguesugas, o dinheiro na cueca dos aloprados, o dossiê com as despesas de FHC e agora a crise dos grampos. Mas, Lula passa por tudo incólume. Em 2006, quanto mais Alckmin batia, mais forte ele ficava. Sempre se poderá dizer que a tentativa, desastrosa, de compra do dossiê contra José Serra causou o 2º turno. Mas, tivéssemos um 3º ou 4º turnos e ainda assim Lula seria reeleito.

Pesquisa da CNT/Sensus traz a popularidade do presidente em 77,7%. Em abril era 69,3% e dizia-se que não mais subiria. Subiu! E, admitamos, a força dos programas sociais do governo é incontestável.

75,3% afirmaram que vão votar nos candidatos do governo para a continuidade deles. Mas, variações dessas condições podem fazer a popularidade despencar. Sarney e Collor foram do céu ao inferno em menos de um ano. Convém, por exemplo, não descuidar da inflação. O monstro que corrói salários e popularidades presidenciais.

Em julho de 2003 Lula tinha popularidade de 77,6%. Estava em lua-de-mel com o eleitorado, os aloprados do PT não tinham lançado sua sanha contra adversários e o “Bolsa Família” estava em fase de implantação. Ao contrário de FHC, que viu sua popularidade pulverizada pela crise econômica de janeiro de 1998, a de Lula nunca caiu, variou, mas sempre acima dos 50%. No 1º mandato e até aqui, metade do 2º, ela continua no cimo. Agora, é a mesma do início do 1º mandato, i.e., após a nação conhecer os defeitos e qualidades de Lula, ele continua popularíssimo. A constatação é só uma: para 77,7% da população Lula tem mais qualidades do que defeitos.

Estes índices têm efeito dominó. Lula empresta sua boa estampa ao governo e a população o avalia positivamente. No Brasil, não se diferencia a imagem do presidente da do governo. Se os candidatos se escondem de um presidente impopular, no caso contrário, querem aparecer ao lado dele. Pode ser numa fotomontagem para os menos poderosos das cidades menos importantes ou em comícios para os mais poderosos das cidades mais relevantes. Até os opositores querem ser próximos do presidente. Tentam convencer os eleitores que pelo bem do país superam divergências.

Prova incontestável do fator Lula, nesta eleição, é o caso de Silvio Mendes, candidato à reeleição em Teresina, que usou a imagem de Lula em sua campanha. Nada a estranhar, se ele não fosse do PSDB. Seu adversário, Nazareno Fonteles (PT) acionou o tucano na Justiça Eleitoral. Lula mira em 2010, deixa de favorecer candidatos do PT para apoiar os de partidos aliados. No Rio de Janeiro, Marcelo Crivela (PRB) tem apoio em detrimento de Alessandro Molon, que contestou judicialmente o que chamou de uso indevido da imagem de Lula. Em Fortaleza, a prefeita Luizianne Lins não conta com o apoio do presidente, pois este empresta a Patrícia Saboya (PSB). Fiquemos com estes exemplos, eles são suficientes para provar que o lulismo suplantou o petismo.

Como cabo eleitoral, Lula retroalimenta sua popularidade. Ao tempo em que pede votos para seus aliados, aumenta sua exposição, fala de suas realizações e turbina sua popularidade. Em campanha eleitoral, sem ser candidato, Lula faz o que mais gosta que é falar de si mesmo. A mãe de todos os testes para esta popularidade será em 2010. Conseguirá Lula transferir para Dilma Rousseff seu capital eleitoral? Enquanto Lula é bem avaliado, a performance da ministra, nas simulações para 2010, deixa a desejar. O seu melhor desempenho foi de 12,3%, mas num cenário em que José Serra não era citado. Sua média, em quatro simulações, ficou em pífios 9,82%.

Se ela é ungida por Lula, para sua sucessão, se é a gestora do PAC (que lhe dá visibilidade altissonante), se o presidente a leva pelos palanques e plataformas de petróleo, se aparece nos guias eleitorais, e mesmo assim não decola, falta-lhe algo. Ela não tem o carisma de Lula e seu perfil técnico é útil para gerenciar programas sociais, mas na seara política pode ser um empecilho. Não desconsideremos que em 20 das 26 capitais os candidatos lulistas aparecem em 1º lugar nas pesquisas. Em 2004 apenas 11 venceram o pleito municipal. Na pesquisa CNT/Sensus, 44,1% admitiram votar no candidato apoiado por Lula. Desses, 15,5% declararam que o candidato de Lula é “o único em quem votariam”. O fator Lula tem mesmo uma função relevante.

Se o que vemos não é algo conjuntural, Dilma Rousseff pode começar a pensar na roupa de sua posse. Mas, se a popularidade de Lula é pessoal (e intransferível), se é algo que a população dá a ele e somente a ele, aceitando, apenas, que ele indique candidatos a cargos que jamais ocupará, então das duas uma: ou muda-se a candidata ou muda-se o eleitorado. O problema não é se o presidente transfere ou não votos. O enigma a ser decifrado é: quanto ele consegue transferir e se isso faz até um poste ser eleito. Daí que o(a) candidato(a) tem que se mostrar viável e crível aos olhos do eleitorado. Querer ser eleito(a) por uma força motriz, de tipo Lula, pode ser uma subestimação da capacidade de escolha do eleitor, mas pode ser, também, o claro entendimento que o dilema do poste já foi devidamente resolvido.

SOBRE ELEIÇÕES, CONTRATOS E DEMOCRACIA

Publicado em outubro de 2008 - www.paraibaonline.com.br

EM 1976 O GOVERNO MILITAR REALIZOU ELEIÇÕES PARA LASTREAR A abertura lenta e gradual, capitaneada pela dupla Geisel/Golbery. Assim, alterou a propaganda eleitoral na televisão. Se antes o candidato tinha um minuto para verbalizar sua mensagem, com a “Lei Falcão” amordaçou-se a disputa, pois só se mostravam fotografias e uma voz lacônica cantilenava o currículo do postulante. Nada mais! Eram campanhas enfadonhas, sem forma e conteúdo. Finda a ditadura, a legislação eleitoral mudou e as campanhas ganharam muito na forma, em que pese continuarem pobres de conteúdo. Na verdade, as eleições se tornaram grandes espetáculos e isso merece ser analisado.

Veja-se que o promotor eleitoral de mídia em Campina Grande, Herbert Targino, propôs o fim das carreatas, pois (SIC) “causam turbulências no tecido social e têm alto custo”. Tateando o humor partidário, sugeriu uma reflexão sobre a possibilidade de as carreatas serem suprimidas. Os atores políticos se posicionaram. O deputado Ruy Carneiro defendeu o fim delas, devido aos acidentes causados e aos altos custos. Para o deputado Vital Filho, elas mostram o engajamento e sentimento popular e devem ser reguladas e fiscalizadas. Mas, algumas coligações não aceitam o seu fim.

Usará a Justiça Eleitoral suas prerrogativas e proibirá esses eventos ou pelo menos os regularizará e fiscalizará para impedir que o “tecido social se esgarce”? As eleições são recorrentemente tratadas

como a “festa da democracia”. Temos comícios, passeatas, carretas, festas, corpo-a-corpo. As aparições públicas dos candidatos são acompanhadas de música, fogos, bandas, artistas, trios elétricos - tudo para chamar a atenção do eleitor. Um atento observador tem dificuldades de ver e ouvir com nitidez o candidato, pois o que está em seu entorno causa tumulto, desordem e alvoroço.

Estranha-me que os debates, na televisão principalmente, sejam hermeticamente controlados, com regras muito bem definidas pela Justiça Eleitoral, pelos candidatos e por quem os promove. Já assisti a um debate em que os candidatos tinham (pasmê!) quinze segundos para perguntar e um minuto para responder. Eles não podiam nem se referir diretamente um ao outro, sob argumento (frágil) de manter o nível da discussão, em respeito ao telespectador. Neste momento, a imprensa e analistas políticos pisam em ovos ao se referirem aos candidatos e as questões político-eleitorais, pois tudo parece ser passível de reprimendas e processos.

Os debates são ideais para os candidatos se mostrem por inteiro aos eleitores. Na Paraíba, um péfio desempenho na alteração já contribuiu para que se perdesse uma eleição. Sim, devemos inquirir o candidato inseguro, que não é objetivo nas respostas, que gagueja e lancina a língua portuguesa, que foge dos temas espinhosos e que, de tão maquiado, mais parece um ator de novelas. Imagem é importante, mas sem conteúdo, não passa de dissimulação.

Se os debates têm tantas regras, porque os momentos em que o candidato aparece para sorrir, acenar, abraçar, beijar, também não? Porque permitir passeatas, pelas principais ruas da cidade, que transtornam nossas vidas? Porque permitir tanto barulho, tantos fogos, tantas pessoas e carros nas ruas nos horários onde o trânsito já é normalmente complicado? Para quê transformar uma campanha eleitoral em um espetáculo que se arrasta por mais de três meses? Qual o real sentido de se insistir nas carreatas e passeatas se elas são tão caras?

O que faz alguém seguir em uma imensa fila de carros, por horas a fio, num barulho ensurdecedor? Seriam “bônus” distribuídos para que se preencha os tanques de combustíveis dos carros, em geral no posto de gasolina de um aliado do candidato? Lembrando que

sempre existem trocas de favores e a imposição a muitos de irem às atividades de campanha sobre pena de perderem benesses dadas e/ou prometidas. As carreatas são, ainda, uma opção de lazer. É um passatempo, uma festa que embriaga e alivia dos estresses semanais. Os próprios eleitores exigem dos seus candidatos que façam as carreatas, e estes não seriam insanos de negarem. Afinal, os políticos só dão pão e circo porque tem quem receba.

As carreatas são eventos que nada dizem do candidato que as promove. Elas não aferem engajamento ou popularidade do candidato, pois ele é tão somente uma das atrações. Com elas multiplicam-se acidentes e tantos outros problemas advindos do uso indiscriminado de bebidas alcoólicas. A poluição sonora campeia através dos carros que, com suas malas abertas, conspurcam a cidade. Carreatas permitem tão somente uma fugidia alegria que logo acaba.

Muitos não entendem que eleição é um contrato em que poucos representam muitos. Os contratantes (eleitores) devem fiscalizar os atos dos contratados (eleitos) após estes tomarem posse em seus cargos. Transformar uma eleição em uma festa só contribui para mascarar os problemas e deficiências de um candidato. Se ele dispõe de meios que permitem que sorria muito e pouco fale, poderá vender seu produto adulterado que depois tantos problemas causará.

QUERIA TER 40 ANOS EM 1969

Publicado em junho 2009 no www.paraibaonline.com.br

FAÇO 40 ANOS COMO SE DEGUSTASSE UM VINHO RARO, SORVENDO sua essência. Aos 40 não se é mais jovem, imprudente, mesmo que ainda não se ganhe lenços e meias. Sinto-me bem, os cabelos brancos não me incomodam e o colesterol está em 166. Tenho esposa e filhos, que me amam, um mínimo de experiência, já fiz algumas coisas boas, e outras nem tanto, e ainda não penso na aposentadoria. Nasci em 1969, o ano maldito em oposição a 1968, que para muitos não terminou. Se um não findou, o outro não pode ter começado. Já li que 1969 começou na fatídica 6ª feira, 13\12\1968, quando o AI-5 foi decretado. Nessa excêntrica visão, fatos parecem não se processarem, acontecem de forma randômica. Se '68' mudou vidas, '69' fez o quê? Meu apreço por este ano se dá pelo que nele aconteceu e não porque nele nasci. Farei uma seleção, arbitrária, claro, de fatos que queria ter visto *in loco*, não importando se bons ou ruins, pois a realidade é assim, diferente do ideal. Veremos que o "museu de grandes novidades", do qual nos falava Cazuzu, começou aqui.

Em 1969 "Butch Cassidy & the Sundance Kid", com Paul Newman e Robert Redford, foi lançado, com bela trilha sonora. O 6º filme de James Bond, "007 a serviço de sua majestade", saiu com George Lazenby – pior, só Daniel Craig que desconhece a psique *bondiana*. Tivemos ainda clássicos como "Satiricon", "Macunaíma", "Meu ódio será sua herança", "Perdidos na noite", "Easy Rider", "Z" de Costa-Gravas e "O dragão da maldade contra o santo guerreiro" de Glauber

Rocha.

Meus heróis, The Beatles, fizeram “Abbey Road” - arte em forma de disco. Nasci embalado por Something, Come Together, Here Come the Sun, Golden Slumbers, Octopus’s Garden. Eles se apresentaram pela última vez, no telhado da Apple Records, em Londres. O show foi encerrado pela polícia, eles riram e John Lennon sentenciou: “the dream is over”. Lennon disse que era só mais uma banda de rock que acabava, pois havia uma nova realidade. Era “apenas” uma banda de rock, mas que banda! Azar meu, cheguei quando eles iam embora.

Pink Floyd lançou “Ummagumma” – experimentação e psicodelismo levados as últimas consequências. The Who, com Daltrey & Townshend drogadíssimos, lançou a ópera-rock “Tommy” e em “Led Zeppelin II” o rock era como tinha que ser: guitarras pesadas e distorções. Caetano Veloso lançou seu “álbum branco”, os Mutantes fizeram seu segundo disco com versos como “*a vida é um moinho/é um sonho o caminho*” e Gal Costa surgiu com seu primeiro disco. Brian Jones, do Rolling Stones, apareceu morto numa piscina. Fiéis ao lema “pedras rolantes não criam musgo”, os Stones lhe dedicaram o show do Hyde Park, em Londres, três dias após a tragédia. Simon & Garfunkel fizeram a turnê “Bridge Over Troubled Water”. Quinze anos depois, saiu “Live 1969”, que comprei e ouvi até que minha mãe implorasse para parar.

Chico Buarque foi para a Itália e lançou um disco com músicas em italiano. Lá ficou, pois a obtusidade militar não o pouparia. Ficou seu alônimo Julinho da Adelaide que gravou “Acorda Amor”, mostrando como era o Brasil de 1969. Dizia Julinho: “*se eu demorar uns meses convém, às vezes, você sofrer; mas depois de um ano eu não vindo, ponha a roupa de domingo e pode me esquecer*”. Caetano e Gilberto Gil foram presos, humilhados e exilados, mas Gil deixou “Aquele Abraço”.

O IV Festival Internacional da Canção e o V Festival da MPB aconteceram, polêmicos como queria a época e ricos em talentos, apesar de “Dom & Ravel”, o Chitãozinho e Xororó da época, só que pior e a serviço da ditadura. Surgiu o tablóide “Pasquim”, irreverente e debochado, que vendeu 200 mil cópias com Leila Diniz na capa.

Enquanto isso, Vinícius de Moraes casava-se pela 5ª vez, tomava seu cachorro engarrafado e compunha, com Tom Jobim, belas canções. Vera Fisher foi eleita Miss Brasil e entrou para o show business. E teve o festival de Woodstock - um desbunde geral, regado a sexo, drogas & rock and roll. Imagine ver Joe Cocker cantando “A Little Help From My Friends”, com aquele vozeirão de bluzeiro do meio-este americano?!

Tivemos as estréias do Concorde, do Boeing 747, da ArpaNet, embrião da Internet, e se isolou um gene. Nada como Neil Armstrong pisar em solo lunar e dizer a tal frase que, acho, não foi de sua lavra. Os soviéticos não vacilaram e a Soyuz 6 foi dar uma voltinha no espaço. Foi à primeira transmissão de TV via satélite para o mundo. Contava minha mãe que assistiu aquilo tudo, emocionada, enquanto eu resumia 1969 ao precioso líquido que jorrava do peito dela. Para o bem e para o mal, estreou o Jornal Nacional da Rede Globo, com Cid Moreira, que já tinha cabelos brancos, e Jackie Stewart foi campeão na Fórmula 1. Com o alterego de Edson Arantes do Nascimento, que fez seu milésimo gol, o Santos foi campeão e meus times, Campinense e Flamengo, não ganharam nada – resguardavam-se para me alegrar no futuro.

Nos EUA, Charles Manson mandou os fanáticos de sua seita assassinarem a atriz Sharon Tate e a imprensa usou o fato para desviar a atenção das atrocidades que o exército cometia no Vietnã, como o massacre de *My Lai* em 1968. Nixon entrou na Casa Branca e foi lépido e fagueiro até o desastre da guerra. 250.000 pessoas marcharam em Washington pedindo o fim da Guerra do Vietnã. Na Líbia, Kadhafi tomou o poder com um golpe e teve sólida carreira de ditador. O Congresso Nacional Palestino apontou Yasser Arafat como líder da OLP e Charles de Gaulle renunciou à presidência devido às ebulições do “maio francês”. Prova que 1968 acabou e foi sucedido por 1969, goste-se ou não disso. O processo histórico é assim mesmo.

A VPR, de Lamarca, e a ALN, de Marighella, sequestraram o embaixador Elbrick. Puderam, por momentos, emparedar a ditadura. Mas, ela deu o troco e fuzilou Marighella no final do ano. Morria um ícone da esquerda. Já Lamarca desertou do quartel onde servia e foi à luta armada, fez uma imperceptível cirurgia plástica e namorou

a musa da revolução, Iara Lavelberg. Tudo em 1969, não dava para perder tempo, logo ele, também, seria morto.

Achando o AI-5 limitado, Costa e Silva decretou 11 Atos Institucionais e outorgou uma Constituição, incorporando atos e decretos desde o golpe de 1964. A ditadura era legalista, o suprassumo do autoritarismo era disposto em lei. Pródiga em crises institucionais, teve uma séria quando Costa e Silva teve trombose e afastou-se. Assumiu uma junta de três militares, logo alcunhada de “3 patetas”, que impediu o vice (civil) Pedro Aleixo de assumir para ele aprender a não ser “do contra”, pois tinha se recusado a assinar o AI-5. Os “patetas” baixaram o AI-14, instituindo a Lei de Segurança Nacional – que previa pena de morte, prisão perpétua e banimento. A linha dura bancou a candidatura de Médici, tido como o pior dos ditadores, mas outro qualquer seria igual, era a lógica da época. Para moldar a geração que viria (a minha) o Decreto-Lei nº 869 pôs “Educação Moral e Cívica” no sistema educacional. E ainda teve Paulo Maluf assumiu a prefeitura de São Paulo, iniciando eficiente carreira de predador do Estado.

Sinto inveja de Benjamin Button, o personagem de Scott Fitzgerald que nasce velho e morre bebê. Poderia ter nascido em 1929 com 80 anos. Regredindo, em 1969 teria 40 anos e veria os fatos aqui descritos. Assistiria a um show de Chico Buarque, refletindo sobre as canções, ao invés de ir para os shows de hoje onde se pede ²prá tirar o pezinho do chão e jogar a mãozinha prá cima². Ouviria lançamentos da época: Abbey Road, Led Zeppelin II, Tommy, Ummagumma, discos de Chico, Caetano e Gil, ao invés de ter que aturar o excremento que a indústria musical atual produz. Acompanharia as lutas e fatos políticos da época, ao invés de assistir a pasmaceira previsível que se tornou a política atual. Me preocuparia com o “pequeno” passo de Armstrong, ao invés da gripe suína, do aquecimento global e da corrupção no Brasil. Gostaria de ter 40 anos em 1969 e acompanhar tudo *in loco*. Mas, assim, tal qual Button, hoje eu teria dois meses de vida e seria inane. Como diria Lennon & McCartney, let it be...

Dedico este artigo a minha “Daisy” (eterna namorada). “No curioso caso de Benjamim Button”, Daisy (Cate Blanchett) é sua paixão. Enquanto ele rejuvenesce, ela envelhece, mas o amor deles

resiste a tudo, principalmente ao tempo. Em meu caso, minha Daisy não envelhece. Com seu amor, ternura e alegria oxigena minha vida, impedindo que eu mesmo envelheça. Assim, nosso amor nos eterniza!

DO QUE NÃO ME UFANO

Publicado em dezembro de 2009 no www.paraibaonline.com.br

NA COPA DO MUNDO DE 1958, O TÉCNICO DA SELEÇÃO BRASILEIRA era Vicente Feola. Conta-se que na véspera do jogo contra a União Soviética, “seu” Feola insistia que bastaria fazer a bola chegar aos pés de Garrincha que a vitória estaria garantida. Foi quando “mané” perguntou: “Seu Feola, já combinou isso com os russos?”

Nossos governantes se esqueceram de combinar com os “russos” ao trazerem para o Brasil a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016). Ao abateram um helicóptero da polícia carioca, os traficantes estavam dizendo que faltou combinar também com eles. Claro que é inadmissível que as instituições fiquem a mercê de criminosos, mas o Rio é uma cidade conflagrada, com o crime organizado dominando áreas cada vez maiores.

Como eventos desse porte podem ocorrer em centros urbanos onde as instituições coercitivas são combatidas com armamento pesado? Pior, quando não demonstram condições de reverter a situação. A solução? Dar poder de polícia ao Exército. Na verdade, quem deve ter poder de polícia é a própria polícia. Esperar que as Forças Armadas garantam a segurança pública é temerário, posto não serem talhadas para isso, mesmo tendo prerrogativas constitucionais, egressas da ditadura militar, e a Doutrina de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), utilizada cada vez mais em operações urbanas.

Devo me gozizar por que o Rio de Janeiro foi escolhido sede das Olimpíadas? Devo me envaidecer, pois nem Barack Obama impediu

que o Rio fosse eleito? Não, não vejo motivos para nos jactarmos. Os governantes devem se blasonar, pois Olimpíadas vitaminam projetos eleitorais. Como se impedirá que traficantes atrapalhem a organização do evento caso entendam que este trará prejuízos aos “negócios”? Se podem derrubar um helicóptero, o que não farão com todo o resto? Como tamanho evento acontecerá com uma polícia corrompida, cooptada e minada pelo crime organizado?

Definido o Rio como sede, a polícia subiu o morro. Queria tomá-lo dos traficantes e lá ficar até as Olimpíadas? Instalaram as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em alguns morros e, ato contínuo, os traficantes atacaram para garantir territórios. O governador do Rio afirmou que a segurança será reforçada próximo aos eventos e o comando da PM disse que as UPPs aumentarão a segurança nas favelas, pois forçarão os traficantes a agirem longe das instalações olímpicas, i.e., a preocupação não é combater e acabar com o poder deles, mas estabelecer uma coexistência pacífica. O prefeito do Rio disse que Londres, após ser escolhida sede olímpica sofreu atentados terroristas mais graves do que os fatos no Rio. Apenas não disse que desde então lá não houve mais atentados. Já no Rio eles acontecem sempre. Por isso mesmo, não tenho do que me ufanar.

Enfim, o que se quer saber é como se retirará os traficantes de seus domínios, forçando-os a depor armas. O monopólio delas, pelo Estado, é requisito essencial para que a população possa sentir-se segura. A polícia tem que fazer o trabalho de inteligência e efetivar políticas de segurança visando o bem-estar do cidadão, além de armar-se para poder fazer frente ao aparato bélico dos traficantes. Simples assim. Tudo o mais é verborragia político-eleitoral.

Também, não serão as promessas de medalhas em profusão que me farão esquecer os acontecimentos na organização do Pan-2007. O tal legado social do PAN não existiu (nunca existirá) e o que ficou foi déficit operacional, dívidas gigantescas e denúncias variadas de malversação do dinheiro público. Tendo desperdiçado as oportunidades trazidas pelo PAN, aproveitaremos as duas próximas? Temo que não, pois não temos instituições republicanas. A Copa do Mundo é um negócio privado comandado pelo inefável Ricardo Teixeira, através de sua possessão, a CBF. As Olimpíadas terão Carlos Arthur Nuzman,

posseiro único dos haveres, bens e cabedais do esporte olímpico brasileiro, como aquele que ditará todos os procedimentos.

Como sediaremos uma Copa do Mundo, se os projetos para a construção e reforma de aeroportos estão parados? Existem problemas financeiros e as empresas e os governos estaduais não demonstram como pagarão os empréstimos contraídos junto ao BNDES; inexistente controle institucional sobre o fornecimento de insumos para as obras; há desperdício de material e ameaças ao meio ambiente; e pululam pelos tribunais contestações aos processos de licitação de obras feitas.

Se nas férias o tráfego aéreo vira um caos, o que dirá num evento que deve trazer cerca de 500 mil pessoas ao país? O governo quer mudar o status da Infraero – de estatal passaria a sociedade anônima de capital fechado para que não se submetesse à fiscalização alguma, i.e., o governo quer transformar a questão estratégica dos aeroportos em um negócio livre de controle – quer desrepublicanizar a já frágil gestão aeroportuária no Brasil.

Estima-se que só a Copa do Mundo custará ao país algo entre 80 e 150 bilhões de reais. Como esses montantes serão auditados? As transferências de recursos públicos para a iniciativa privada, para que se construam estádios, serão críveis? Ou se farão na base de “para os amigos tudo, para os inimigos os rigores da lei”? Pergunto-me, pasmo, como se pode escolher o Brasil se não temos, hoje, um único estádio em condições de receber jogos em nível do evento.

Poderia sim ufanar-me se tivesse a certeza de que, com os eventos, teríamos obras que contribuiriam para que problemas crônicos (segurança, transporte, moradia, saneamento, poluição) de nossas cidades fossem sanados. Vestiria uma camisa verde-amarela se visse que isso fortaleceria a capacidade competitiva do Brasil mundo afora. Colocaria uma bandeira em minha varanda se soubesse que esses eventos trariam um consistente legado para a qualidade de vida das pessoas. O ministro das Cidades, Márcio Fortes, afirmou que no dia seguinte à Copa cada empreendimento terá que ser um legado verdadeiro, funcionando sem déficits operacionais ou subsídios do governo. Certo! Concordo. Mas, como isso acontecerá? Sugiro primeiro passar o Pan-2007 a limpo e só depois pensar-se em legados

futuros. Assusta saber que centenas de atletas continuarão a minguar até 2016 e que um ou dois serão pinçados para as vitórias e que ao ganharem uma mísera medalha, não a terão para si mesmo, fruto do seu próprio mérito, mas para o “Brasil-sil-sil!!!!”.

UM PAÍS DE TIRIRICAS

Publicado em outubro de 2010 no www.paraibaonline.com.br

EIS NOSSA 21ª ELEIÇÃO DIRETA PARA PRESIDENTE. EM 121 ANOS DE história republicana tivemos, em média, uma eleição a cada seis anos. Mesmo com os desrespeitos sofridos por nossas instituições, há 22 anos elegemos governantes e parlamentares para os três entes da federação. Assim, com tantas eleições, achamos que “nossa democracia está amadurecida, pois o sistema eleitoral brasileiro é modelar para o mundo inteiro”.

Seria alvissareiro ter tido tantas eleições, não fossem os quinze militares presidentes; os quatro presidentes empossados e depostos, os três que renunciaram e dois que, eleitos, não foram empossados, além de sete que governaram sem ter votos. Foram nove eleições indiretas (com votações no Congresso Nacional) e quatro golpes de Estado bem-sucedidos, para não falar das tentativas. Nosso processo eleitoral evoluiu manquitolando. Em 1960, última eleição antes do golpe de 1964, 6 milhões de eleitores votaram. Na seguinte, 29 anos depois, foram 120 milhões de eleitores. Crescíamos quantitativamente enquanto desaprendíamos a votar.

Lidamos com a democracia em termos quantitativos e não cuidamos de sua qualidade, pois não atentamos para o fato de que eleição é condição necessária, porém insuficiente das democracias. Há tanto exercendo o sufrágio, o que sabemos sobre a representatividade? Ao ver o palhaço Tiririca eleito, com mais de 1 milhão de votos, a resposta é pouco, quase nada! Seguimos sem saber o real significado de

contratar a representação política pelo sufrágio.

Useiros e vezeiros na “arte” da representação nos blasonamos dos números exacerbados, mas não da qualidade. Ufanamo-nos da eficiência do sistema eleitoral com suas urnas eletrônicas e a rapidez com que saem os resultados, i.e., valorizamos a forma, não o conteúdo. Tivéssemos uma essência democrática, Tiririca não seria sequer candidato. Mas, porque ele não poderia ser candidato? Por que é semianalfabeto? Em hipótese alguma! Em tempo, no Dicionário Aurélio, o verbete Tiririca possui três significados: (1) erva daninha que invade terrenos cultivados ou caule tuberculoso que dificilmente se erradica; (2) pessoa furiosa; (3) punguista, batedor de carteiras.

Tiririca não existe, é criação de Francisco Oliveira Silva – um imigrante nordestino que, tendo ido tentar a sorte em São Paulo, resolveu fazer graça de sua miserabilidade econômica, social e intelectual e fez-se famoso por (des)graça da indústria do entretenimento que transforma o nada em tudo. Votou-se neste tal Francisco ou em um palhaço? Quantos votaram conscientes? Quantos votaram para protestar ou desvalorizar o sistema eleitoral?

Tiririca não tem méritos para reivindicar uma cadeira no parlamento. A forma risível como se apresentou diz muito do que pretende. O escárnio como trata a instituição que fará parte justificaria não obter votos. Seus bordões de campanha retratam o descompromisso para com *res pública*. Ao dizer “vote em Tiririca, pior não fica”, avisa que o tipo de representação que temos é ruim e que vai piora. Ao zombetear: “Você sabe o que faz um deputado federal? Eu não sei, mas vote em mim que eu te conto”, sinaliza que pretende se locupletar do erário. Os que elegeram Tiririca não pensaram na qualidade da democracia, nem no que ele pode fazer em nome da representação. Claro, o que quer que ele faça é responsabilidade, também, de todos os “tiriricas” que nele votaram.

A revista Época trouxe matéria mostrando que pouco se sabe das funções de um deputado. Em uma pesquisa, 60% dos entrevistados afirmaram que um parlamentar serve para arrumar empregos, ajudar aliados em negócios com o governo e promover eventos de lazer. A lógica é tacanha mesmo - o deputado não serviria para aprovar leis ou fiscalizar os atos do governo, ele seria a mão invisível que retira

do Estado benesses (e outras coisas mais) para si e para seus aliados. Tiririca dizia que queria ser deputado para ajudar os miseráveis, a começar pelos seus parentes.

Agora, a dúvida é em qual das três categorias, dispostas no Aurélio, ele se encaixará. Será uma erva daninha dificilmente erradicável? Um deputado furioso? Será um contumaz punguista das finanças públicas? Ou as três coisas juntas? Aguardemos, o tempo nos dirá. Mas, por favor, não façamos apostas, pois as três opções são péssimas.

Resta-nos o *Jus esperniandis* – o direito de protestar ex-post facto. Tiririca, os ex-jogadores de futebol, os cantores escatológicos e os néscios de toda sorte dizem a mesma coisa: “Quero me eleger para me dar bem”. Foram eleitos por um sistema que quase tudo aceita e que se recusa a fazer uma reforma política que impeça que a palhaçada se instale no Congresso Nacional como erva daninha. Esses tiriricas expuseram a face mais ridícula, antidemocrática e cruel de uma sociedade que costuma fazer pouco caso de suas instituições.

Em 1953 Robert Dahl cunhou o termo *poliarquia* para denominar um tipo de democracia representativa. Um sistema político dotado de instituições democráticas, com funcionários eleitos, eleições livres, justas e frequentes, onde liberdade de expressão, fontes de informação diversificadas, autonomia para associação e cidadania inclusiva sejam de fato e de direito. Esta *poliarquia* não poderia preceder desses elementos e a falta de um deles deixaria o conceito capenga. Como se vê, estamos bem longe de sermos uma *poliarquia*. Com tantas tiriricas a solta, empestando as instituições como ervas daninha, nosso sistema político mais parece uma “palhaocracia”.

DEUS COMO COISA ÚTIL

Publicado em fevereiro de 2011 no www.paraibaonline.com.br

A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO REQUER ESPAÇOS PARA ANUNCIAR suas novidades, curiosidades e produtos. As redes sociais, os blogs e os sites são outdoors virtuais onde se diz o que bem quer. Mas, parece pouco, pois vemos automóveis anunciando de tudo. Vemos para-brisas declarando que o casal proprietário do carro está “CASADO PARA SEMPRE”. Desconhecem que relações, assim como carros, se sujeitam as ações corrosivas do tempo. E tem os que trazem os nomes de sua prole. Então, vemos Danniellys, Thaysys, Davysons, Francyellys - grafados ao bel prazer e à revelia da nossa detratada língua portuguesa.

Têm autos com frases jocosas: “ANDO NESTE CARRO, MAS DEUS ME DARÁ UM CROSS FOX NOVO.” Além do bom humor, ela transparece que a pessoa só se vê feliz em um carro novo e que espera que Deus lhe dê um. Nunca vi um adesivo com o desejo de se ter um carro pela via do trabalho. Por que Deus daria um Cross Fox a seja lá quem for?! Se pudesse pedir um carro a Ele quereria um Aston Martin (igual ao do James Bond), mas duvido que Ele atendesse logo quem tem lá suas reservas para com as religiões que falam em Seu nome.

A questão é esperar que Deus e/ou o Estado dê aquilo que se poderia obter pelo trabalho. Formados pela égide do escravismo, encaramos o trabalho como um pesado fardo. Assim, esperamos de outrem aquilo que podemos conseguir pelo esforço próprio. Em artigo

na Folha de São Paulo, Hélio Schwartzman, fala de como pessoas, categorias profissionais e empresas tentam “*sequestrar a autoridade do Estado para impor-se a todos e garantir ‘o seu’*”. O fato é que muitos veem o Estado como um butim a se conquistar e Deus seria uma “coisa útil” da qual se aproximam para tirar proveito.

Vejo frases que exprimem da repulsa aos políticos, passando pelas locuções subliminares que lançam candidaturas em períodos não eleitorais, até os desejos de “PAZ PARA O MUNDO”. E temos as assertivas emprestadas dos pára-choques de caminhão: “SUA INVEJA É A VELOCIDADE DO MEU SUCESSO”. Mas, nada se iguala aos dizeres em que crenças são proclamadas. Temos menos a convicção de cada um e mais, muito mais, o fenômeno em que fé, religião e Deus são tratados de forma utilitária. As pessoas vão abraçando ramos do cristianismo para obter benesses. A mais vista das frases é a que atribui a Jesus uma fidelidade a toda prova – “JESUS É FIEL”. Mas, a quê ou a quem Jesus é fiel? Não seriam seus seguidores que teriam que restituir lealdade a seus ensinamentos? Mas, serei justo, vi uma frase em que se estabelece uma via de mão dupla para com ele: “JESUS É FIEL... E VOCÊ?”.

No entanto, temos aquela que recupera a via de mão única: “ATÉ AQUI NOS AJUDOU O SENHOR”, i.e., Jesus tem como função única ajudar seus seguidores. E os prosélitos de Jesus auxiliam em quê ou a quem? Nesta mesma linha temos: “DEUS CUIDA DE MIM”, onde Ele é privatizado e tem a função de tratar de uma só pessoa. Vi uma frase que é o cúmulo da prepotência: “TODOS ME SEGUEM, SÓ DEUS ME ACOMPANHA”. O indivíduo se vê como o centro, todos o seguem e Deus o acompanha por onde quer que vá. Mas, segundo o Dicionário Aurélio, “ir em companhia de” é a mesma coisa de seguir. Assim, até mesmo Deus marcha, caminha, persegue este motorista encarcerado em seu complexo de superioridade.

E existem as simplificações conformistas: “ORA QUE MELHORA”. Simples assim! Não precisa fazer mais nada. Basta orar e ficar sentado (ou ajoelhado) que tudo vai melhorar. O bom emprego (público, de preferência), o carro novo, a casa própria, o consumismo desenfreado, numa palavra, a boa vida, acontecerão para o devoto do crente automaticamente. Quisera fosse assim! Mas, é bom não

esquecer, as benesses divinas só são alcançadas mediante pagamento do dízimo, pois, segundo interpretações e/ou deturpações as “graças” só são alcançadas mediante pagamento, i.e., é dando que se recebe! E quem se utilizar de tal frase pode, constatando que a vida melhorou, afixar o seguinte em seu possante: “COM DEUS SOMOS MAIS QUE VENCEDOR”. Não deveria ser vencedores? Até nessa hora a língua portuguesa é achincalhada.

Em outra frase a preocupação gira em torno do eu: “SE JESUS VOLTASSE HOJE COMO EU ESTARIA?”. Não importa a volta dele e sim como estará o fiel, pois o retorno de Jesus só deve significar algo para ele próprio. Sem contar que sendo Deus onipotente, onipresente e onisciente tornar-se-ia desnecessário Seu regresso. E vamos às frases onde Deus é mero instrumento para saciar interesses materiais. As mais famosas são: “PRESENTE DE DEUS”; “ESSE FOI JESUS QUE ME DEU”; “PROPRIEDADE EXCLUSIVA DE DEUS”. Por que Deus sairiam por aí distribuindo carros? Imaginemos quanto inverossímil é um deus que se preocupa em dar carros para seus seguidores.

A racionalização disso mostra que se adere a esta ou aquela Igreja para poder “ganhar” um carro, numa relação mercantil. É isso que se coloca para os futuros crentes – venha para nossa Igreja e terá tudo o que quiseres. Você quer um carro novo? Assim seja! Mas, não esqueça, se não pagares o dízimo, cometerás o maior de todos os pecados. Uma abnegada colaboradora recolheu a seguinte frase: “RASTREADO POR JESUS”. Teria Jesus um GPS para rastrear seus fiéis mais fiéis? Também me brindou com a pérola: “DEUS QUANDO QUER FAZ ASSIM”. Assim? Como? A frase tenta, implicitamente, provar que Deus só faz maravilhas para alguns poucos iluminados que creem cegamente nele.

Li certa vez, não lembro onde e nem o autor, que *“acreditar é mais fácil do que pensar, daí, existirem mais crentes do que pensadores”*. Eis outra mensagem subliminar, não pense, não reflita, apenas creia cegamente e você será “divinamente” recompensado. Vão longe os tempos em que os fiéis queriam “apenas” o reino dos céus. Hoje, eles se “contentam” com um carro novo. Todos querem o reino de Deus, a salvação e seja lá mais o que for, mas é preciso lembrar que antes

existe um período probatório aqui mesmo na terra. No dia do “juízo final” não importará ter um Cross Fox vermelho, mesmo que tenha sido dado por Deus. Na hora de “acertar as contas” com o Todo Poderoso serão os atos e as palavras distribuídos aqui na Terra que vão definir quem vai para o “Nosso Lar” e quem vai para o “Umbral”.

COM BURCAS NÃO HÁ DEMOCRACIA OU PORQUE REIS NÃO GOSTAM DE DEMOCRACIA?

Publicado em maio de 2011 no www.paraibaonline.com.br

A QUESTÃO POLÍTICA NO ORIENTE MÉDIO É COMPLEXA O BASTANTE para ser explicada brevemente. São as tentativas vãs de interpretá-la que dificulta e mistifica o entendimento. Interessa o essencial e das aparências só se pode mesmo esperar o que se mostra à primeira vista. Verifiquemos se o que está acontecendo pode ser chamado de “onda de democracia” ou o “esgarçamento de ditaduras renitentes”. Vejamos onde acontecem lutas em prol da democracia e onde se intenta mudanças pontuais para depor ditadores.

Importa entender o comportamento dos países desenvolvidos em relação ao Oriente Médio. Existe o propósito de defender a democracia e seus valores ou interessa apenas as tais “Razões de Estado” maquiavelianas? A mesma França que ajuda a bombardear a Líbia foi a que recebeu de braços abertos Muammar al-Gaddafi dois anos atrás. Os EUA têm contumaz hábito de transformar aliados em inimigos, sendo a recíproca verdadeira. Fiquemos com dois exemplos: Osama Bin Laden e Saddam Hussein! Tenho uma hipótese. Os protestos objetivam deter anacrônicos ditadores e não está claro se reivindicam um sistema democrático. Luta-se para que procedimentos democráticos (eleições, sim; liberdade de culto e expressão, não) se unam a regimes que mesclam, quando não sobrepõem, poder religioso e poder político.

Ainda precisamos considerar que: (1) a democracia, como sistema e cultura política, é cara ao ocidente, e assim mesmo onde as revoluções burguesas vingaram e ditaduras totalitárias serviram como contraste; (2) a democracia tem valor universal, do contrário a luta pelos direitos humanos não se daria, por exemplo, no Irã; (3) cultura não é variável independente, com papel central no mapeamento de dois conjuntos, ela não explica (muito menos justifica) tudo, se assim fosse a democracia seria inviável, inclusive na Europa; (4) o arcabouço jurídico de um Estado pode afiançar ou cercear a lei que tanto pode servir as democracias quanto as ditaduras; (5) se no ocidente liberdade é um conceito político-filosófico, no léxico árabe-islâmico ela é “a condição (econômica) de quem não é escravo”.

Ainda, precisamos de aporte teórico, pois se fala em democracia, mas não de seus significados. Por isso se diz que ela está chegando ao Oriente Médio. Sem conceituar, apegamo-nos as aparências, pois democracia tem várias definições – façamos escolhas. Ontologicamente, Alexis de Tocqueville, em “A democracia na América”, diz que democracia é o somatório, em doses iguais e sem hierarquias, de liberdade e igualdade. Realisticamente, serve a descrição “minimalista procedural” do cientista político Scott Mainwaring que, em “Classificando Regimes Políticos na América Latina”, diz que a democracia é o regime que promove eleições competitivas, livres e limpas; pressupõe cidadania adulta e abrangente; protege liberdades civis e direitos; onde governos eleitos de fato governam e militares são controlados pelos civis.

O cientista político Ian Shapiro, em “Fundamentos morais da política”, diz que democracia é o sistema onde “legitimidade dos Estados relaciona-se ao grau de preservação ou enfraquecimento das liberdades que podem (ou querem) promover”. Se um desses modelos for replicável às realidades que descreverei, então, sim, a democracia bate às portas do Oriente Médio. Do contrário, e isso não me anima, a hipótese se comprova.

A renúncia de Hosni Mubarak (Egito) e a queda de Abidine Ben Ali (Tunísia) fez a imprensa ocidental crer que a democracia estaria por lá aportando. A que se notar a mistura de governos autoritários e revoltas populares gerando conflitos, a presença indelével do

componente religioso, além do petróleo que faz potências intervi-rem. Mas, a natureza dos protestos me faz cético sobre uma onda democrática. Vejamos.

No Marrocos fala-se em reformas democráticas, mas, na prática se reivindica menos poderes para o Rei Mohammed VI (12 anos no poder). A questão é que a democracia só convive com reis se eles tiverem reduzido ou nenhum poder. Na Argélia se quer a deposição do Presidente Abdelaziz Bouteflika (12 anos no poder) e reformas econômicas e sociais. Aqui temos um histórico de golpes e ditadura e uma dolorosa luta pela independência da França. Os manifestantes vão se contentar com a queda do presidente ou quererão ir adiante? Não se sabe, só o tempo dirá. Na Tunísia o presidente Zine Ben Ali (no poder por 24 anos) foi deposto. Um caso clássico de esgarçamento de uma recalcitrante ditadura. Se isto redundará num sistema político democrático não se sabe, pois se pedia apenas a saída do ditador.

Na Líbia protestos levaram a guerra civil para a deposição de Kadafi (no poder desde 1969). Mesmo com demandas por reformas democráticas, a Líbia está destruída institucionalmente. O judiciário é manietado por Kadafi, não existe parlamento ativo e imprensa livre. A única instituição forte é a guarda pessoal do ditador – por aí se vê o quão longe a Líbia está da democracia. No Egito lutava-se pela deposição de Mubarak (30 anos no poder) e por reformas democráticas. Mubarak deixou o poder, mas ficaram instituições fragilizadas. Hoje a grande (simples) questão é: quem governa o Egito? Na Jordânia fala-se em reformas e diminuição dos poderes do Rei Abdullah II (12 anos no poder). Em Omã se pede aumentos salariais e reformas democráticas. O presidente Qaboos bin Said (41 anos no poder) diz aceitar as reivindicações desde que permaneça no poder. Ele aceita a democracia, desde que possa tutelá-la.

Interessa ver que houve uma onda (na década de 1980) que levou parte destes ditadores ao poder, agora temos outra onda demandando que eles saiam ou que tenham seus poderes diminuídos. A democracia não deve tergiversar, pois um ditador não se torna bom governo com poderes reduzidos, e não deve aceitar conviver com os entulhos do sistema autoritário que a precedeu. No Iêmen fala-se em

reformas e na deposição do presidente Ali Abdullah Saleh (33 anos no poder). Mas existe demanda por secessão que pode levar a uma guerra civil. No Bahrein luta-se pela deposição do rei Hamad al-Khalifa (oito anos no poder) e por reformas políticas. O Bahrein não chega a ser um Estado-nação, mais parece um sultanato, diria mesmo a propriedade do Rei Hamad e sua família. No Irã temos protestos contra o regime dos Aiatolás e de Mahmoud Ahmadinejad, mas o Estado é infenso a democracia. Uma recente eleição foi fraudada e se tornou alvo de protestos. Muitos foram presos e sentenciados. A imagem do jovem, algemado e cabisbaixo, indo à força depois de condenado por participar de manifestações diz muito. Eis um sintoma da precária situação: tanto o sequestro seguido de morte como crimes políticos são punidos com pena capital. A forma como a mulher é tratada lá mostra uma cultura política autoritária que mantém o chefe supremo religioso como chefe político.

A democracia não é alternativa crível para os dilemas do mundo árabe-islâmico. Uma possibilidade é a entronização da Irmandade Muçulmana no poder e assim teríamos mais alguns Estados teocráticos. Dá para conciliar um Estado religioso com a democracia? Um regime de liberdades só é possível se houver uma forte laicização da sociedade, como de fato ocorreu em muitos países do mundo ocidental e como, fato também, ainda não ocorre no Oriente Médio. Como em muitas revoluções, o povo foi às ruas sem bem saber o que quer, mas sabendo o que não mais queria. A dúvida é: onde se encontra a democracia para estes povos, na lista de coisas que querem ou na lista de coisas que não querem?

O historiador e islamólogo Bernard Lewis afirma que a importação de modelos eleitorais ocidentais pode levar ao poder movimentos islâmicos fundamentalistas, bem organizados e com forte inserção nas sociedades árabes. O que pode acontecer com países que, não tendo familiaridade com a cultura política democrática, utilizem sazonalmente procedimentos democráticos como eleições? Um cenário não desprezível são os chefes religiosos sendo guindados ao poder político pela força do voto. No limite, podemos ver as urnas legitimando o terrorismo de Estado.

Luiza Nagib Eluf, procuradora do Ministério Público de São

Paulo, apontou a contradição de sociedades que falam em democracia e negam os direitos humanos. Diz ela que “acharão normal que passada a revolução e atingido o objetivo de derrubar ditadores, as mulheres voltem para casa e se recolham ao cárcere domiciliar (...) com burcas não pode haver democracia”.

PCC DIZ QUE VAI “TOCAR O TERROR!”

Publicado em outubro de 2013 no www.paraibaonline.com.br

NOS ÚLTIMOS DIAS O “PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL”, MAIS CONHECIDO POR SUA SIGLA PCC, mandou avisar ao Comando Geral da Polícia Militar de São Paulo que (SIC) “vai tocar o terror na Copa do Mundo do ano que vem”. Líderes do PCC se deixaram flagrar, em conversas telefônicas, para que a justiça soubesse que ordenariam novos ataques caso fossem transferidos para o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), na penitenciária de Presidente Bernardes, no interior de São Paulo. Vejam a porca miséria em que vivemos.

A escuta telefônica (que só pode ser utilizada com a devida autorização judicial) passou a ser um mecanismo de comunicação entre o crime organizado, que manda e desmanda nos presídios, e as autoridades policiais, que seguem sem saber com lidar com ele. Funciona assim: quando os líderes do PCC querem se fazer ouvir, deixam-se pegar pelas escutas que o serviço de inteligência da Polícia Militar utiliza e vão repassando suas demandas, reivindicações e ameaças. Ou seja, o próprio Estado termina disponibilizando, para o crime organizado, o instrumento que deveria servir para combatê-lo. Promotores do Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado (GAECO/SP) repassaram ao Comando Militar do Sudeste o resultado de suas investigações, pois o Exército terá importante papel na segurança durante a Copa. Parece que os promotores não acreditam na eficiência da PM quando o assunto é PCC.

Marcos Willians Camacho, o Marcola, é o chefe supremo do

PCC. Foi ele quem começou com as ameaças ao saber que o Ministério Público (SP) havia pedido sua transferência para o RDD de Presidente Bernardes. Em 2012 o PCC ordenou uma série de ataques no interior e na capital de São Paulo para mostrar força e para se vingar de uma série de prisões. Na ocasião, 106 agentes da Polícia Militar foram assassinados. Agora, o PCC ameaça “tocar o terror” porque teve acesso, através de advogados, aos detalhes da investigação, que vem sendo realizada a mais de três anos, que revela que a estrutura organizacional do PCC é muito bem elaborada. O serviço de inteligência da PM de São Paulo viu que o PCC tem uma estrutura hierárquica para o caso de a cúpula ser isolada no RDD. Cada líder, como Marcola, tem uma espécie de vice que assume o lugar do titular caso ele morra ou vá para o RDD. Dessa forma, a administração da organização e o negócio do tráfico não sofrem solução de continuidade.

Os líderes fizeram as autoridades saber que não mais aceitarão que novos membros da organização sejam levados para o RDD e avisaram que querem ter trânsito livre nos pátios dos presídios, ao invés de ficarem trancafiados em suas celas, como é praxe no RDD. Ainda disseram que se, e quando, a ordem de tocar o terror for dada, os presídios comandados por oficiais da PM terão suas atividades paralisadas independente de qualquer comunicado. Pior, se Grupo de Intervenção Rápida ou a Tropa de Choque entrar em presídios, onde os chefões estão, os atentados nas ruas se iniciam sem que alguma ordem expressa seja dada.

O Estado se queda diante de um PCC que faz ameaças em represália ao fato de a justiça paulista estar analisando dois recursos do Ministério Público contra decisões de juízes que negaram a transferência da cúpula do PCC para o RDD. O fato, é que o PCC é ciente do alto poder de barganha que possui para negociar com o Estado. Com que cara ficaremos se o PCC tocar o terror em plena Copa? O que diremos ao mundo se tivermos policiais e turistas sendo mortos pelas ruas enquanto o evento acontece?

Mas, o que fazer? Negociar com o PCC, esperando a boa vontade de Marcola? Será que o Estado tem condições de enquadrar o PCC? Se o tiro sair pela culatra, as manifestações de julho e as bandalheiras dos “black blocs” vão ser mera diversão frente ao PCC tocando o

terror sob a sociedade. Talvez não seja tarde, ainda, para que as instituições coercitivas estudem a fundo a organização criminosa que tanto nos ameaça. Aliás, o PCC sabe bem como agir frente ao Estado, porque o conhece bem. Marcola, por exemplo, é um estudioso da Teoria Geral do Estado. Quando não está cuidando dos negócios, lê obras de Maquiavel, Thomas Hobbes, John Locke, enfim, filósofos que elaboraram as bases do nosso sistema político.

O sociólogo José de Souza Martins, professor da USP, diz que o “PCC criou uma sociedade paralela, com regras que parecem as nossas, mas que funcionam ao”. O PCC não dispõe do aparato legal que governos e instituições coercitivas têm, mas leva a incrível vantagem sobre o Estado de poder agir na clandestinidade e de não precisar respeitar as normas e procedimentos democráticos, já que está à margem do Estado de direito. Assim, pode transformar a simples delinquência numa atividade empreendedora, que atinge altos níveis em termos de competência empresarial.

O PCC modernizou a atividade criminosa tornando-a gerencial. O delinquente isolado e amador é coisa do passado. O crime, para o PCC, é uma atividade racional como outra qualquer, como uma empresa, um banco, uma rede de lojas ou de supermercados. Da cadeia, o PCC administra empresarialmente a atividade fim, que é o tráfico de drogas, e dá conta de um sem número de atividades, que vão do suborno a agentes públicos corrompidos, passando pelos assassinatos e chegando a proteção de seus associados. O fato é que de nossas estranhas surgiu essa anomalia que foi se fortalecendo e que age, como um Estado paralelo, para que não acreditemos nas instituições e no próprio sistema democrático que temos. A impressão que fica é que voltamos ao Estado de natureza onde a lei que vale é a do mais forte.

A LSN E A SEMIDEMOCRACIA BRASILEIRA

Publicado em outubro de 2013 no www.paraibaonline.com.br

O CARO LEITOR, QUE AQUI ME ACOMPANHA, JÁ DEVE TER LIDO QUE o sistema democrático brasileiro é instável e que nossas instituições políticas são frágeis, na medida em que nós mesmos não acreditamos na efetividade delas. Também, já leu que nosso sistema é uma zona cinzenta entre democracia e autoritarismo. Na verdade, vivemos em uma semidemocracia. Um sistema híbrido que mescla procedimentos democráticos com elementos do autoritarismo. Não deveríamos, mas aceitamos conviver pacificamente com eleições e liberdade de expressão e com o que chamo de entulhos autoritários, presentes, inclusive, em nossa Constituição. Não é difícil perceber isso em nosso entorno, pois costumamos recorrer a esses entulhos autoritários na tentativa de resolvermos problemas gerados na própria democracia.

As manifestações que assistimos desde junho têm gerado mais custos do que benefícios para a sociedade brasileira. É triste constatar que manifestantes, sem liderança aparente e com agendas nebulosas, deram lugar aos “black blocs” ensandecidos. Existe uma coisa em comum entre esses vândalos abilolados e as instituições coercitivas (leia-se polícia, militarizada) quando entram em choque nas ruas. Eles não acreditam na democracia! Para ambos, só existe a linguagem da força. Se o meio para se manifestar é uso da força sem limites, e fora da lei, a forma para se reprimir é o uso da força acima da lei. É como se a cada novo protesto se abrisse um portal que levasse manifestantes e polícia para os tempos da ditadura militar.

No dia 07 próximo passado um casal de namorados participava de mais uma dessas manifestações quando acabou preso. Até aí nada demais, pois os manifestantes iriam tratar a prisão como um troféu. Mas, a justiça paulista radicalizou e indiciou a estudante de moda Luana Bernardo Lopes, 19 anos, e o artista plástico Humberto de oliveira Caporalli, 24 anos, com base na Lei de Segurança Nacional. A LSN prevê pena de três a dez anos para quem “praticar sabotagem contra instalações militares, meios de comunicação, estaleiros, portos, aeroportos, entre outros”. O crime é inafiançável, por isso que o casal já foi enviado para o Centro de Detenção Provisória. A LSN era o principal instrumento coercitivo da ditadura e foi criada para pôr em prática a Doutrina de Segurança Nacional que definia que o inimigo interno deveria ser identificado e eliminado. Inimigos eram todos os que questionavam o regime ditatorial.

Luana e Humberto saíram de Mogi-Guaçu, a 164 km de São Paulo, para participar das manifestações na tarde/noite do dia 07 no centro da capital paulista. Os protestos foram violentos, como pudemos ver pela televisão, com “black blocs” alucinados depredaram propriedades privadas e bens públicos. A polícia prendeu várias pessoas, dentre elas Luana e Humberto - um casal de jovens, como outro qualquer, querendo expressar sua rebeldia incontida. Segundo a polícia, o casal portava latas de spray, uma bomba de gás lacrimogêneo e uma cartilha de como se portar em protestos. No boletim de ocorrências consta que eles picharam prédios, incitaram a violência e ajudaram a virar um carro da polícia.

Mas, porque o delegado, que preside o inquérito, enquadrou o casal com base na LSN se pichar prédios, incitar a violência e depredar bens públicos são crimes previstos no ordenamento que temos? Por que se recorrer a um instrumento da ditadura para processar os que cometem crimes em tempos de democracia?

Não que eu ache que os atos de Luana e Humberto devam ser perdoados, caso eles realmente sejam culpados. Se temos uma lei, feita a partir de procedimentos democráticos, que ela seja aplicada. Por outro lado, devemos entender que os instrumento autoritários aí estão para serem usados, não como meras peças decorativas. É como a pessoa que anda armada e que, ao se envolver numa confusão, se

pergunta por que não usar sua arma. A questão é: o que esse entulho autoritário segue fazendo em nosso ordenamento jurídico? O fato é que nós não acreditamos em nossas instituições democráticas. Acreditamos, isto sim, na força da exceção autoritária para resolver nossos problemas. Hoje, nós até aceitamos viver nessa democracia eleitoral, desde que nossos entulhos autoritários estejam ali, ao alcance da mão, para os momentos em que não sabemos bem o que fazer com tantas leis e com tanta liberdade.

CAMPINA, UM MONUMENTO À MISÉRIA.

Publicado em novembro de 2013 no www.paraibaonline.com.br

HÁ UNS DIAS ATRÁS PAREI NO SINAL VERMELHO, QUASE AO LADO DE onde a Prefeitura Municipal está construindo um monumento em comemoração aos 150 anos de emancipação política de Campina Grande. E, tive um susto, pois não vi o Açude Velho, nosso cartão postal. Eu estava só no carro, mesmo assim disse em voz alta: “onde está o Açude?!”. O nosso Açude Velho, claro, continua onde sempre esteve. A diferença, agora, é que temos uma edificação monumental que está sendo erguido ali a esmo, como se não houvesse outro lugar melhor para fazê-lo. É já é hora de perguntar se não haveria um lugar mais apropriado para se por este símbolo que mais parece um mausoléu de uma tradicional família da cidade?

Ter aquele mastodonte bem ali, roubando a visão do Açude Velho, incomoda. É estranho que a prefeitura tenha tido a ideia de erguer um ícone à nossa história política, logo ali, tomando a vista de nosso símbolo maior. O problema é que nada mais pode concorrer com aquele edifício que tem a função de marcar uma data. Claro, o monumento dos 150 anos vai ser marca da gestão Romero Rodrigues. Sim, uma marca, mas duvido que se torne um marco.

Como a visão do lado esquerdo incomodava, redirecionei o olhar para o lado direito, e o que era inoportuno se tornou desgosto. É que bem ali, onde eu parara, em frente ao tal monumento, havia uma criança pedindo esmolas. Uma menina, com seis ou sete anos, aproveitara o sinal fechado para pedir algumas moedas para, por certo,

comprar algo que lhe saciasse a fome estampada em seu rosto. Eu me revoltei e, também em voz alta, me perguntei que espécie de cidade é essa que deixa suas crianças abandonadas na rua enquanto ergue, como diria Chico Buarque, uma estranha catedral?

E vai ser assim mesmo! A faraônica pirâmide dos 150 anos ficará ali, confrontando nossa triste realidade social. Porca Miséria essa em que vivemos! Constrói-se uma obra surreal, mas não se retira aquela menina da triste situação em que se encontra. Enquanto houver uma criança, que seja, abandonada, nenhuma administração poderá se gabar de absolutamente nada. Se um governo não consegue prover bem estar aos seus cidadãos, que se esqueça todo o resto, inclusive as belas obras, totens, monumentos, belas praças, viadutos e seja lá mais o que for.

Nós, os campinenses, nos orgulhamos de nosso passado glorioso e falamos de um futuro que pensamos ser brilhante. Adoramos lembrar nossa vocação para o trabalho e para o desenvolvimento. Gostamos de pensar que somos a cidade que não para de crescer, que tem quase 500 mil habitantes, que tem muitos prédios bonitos e belo Shopping Center, em expansão. Tudo balela! Tudo falso, pois aceitamos que nossas meninas e meninos fiquem jogados ao léu.

Sempre trafego pela Avenida Canal e sempre vejo um senhor, de idade avançada, pedindo esmolas. Sabe o que mais me chama atenção? É que ele não pede simplesmente. Em troca de algumas moedas, profere frases provocativas. Dia desses, ele me disse, após lhe dar o pouco dinheiro que dispunha em minha carteira, que “não adianta viver de ostentação, pois dessa vida não se leva nada”. Outra vez, assolada por uma miséria sem fim, ele me falou que “os maiores idiotas do mundo são os políticos por se acharem espertos”. Fico imaginando que função o titânico monumento teria para esse senhor ou para aquela menina que pode estar, nesse exato momento, no mesmo sinal a pedir esmolas? Qual o sentido de erguer algo tão horroroso, quando temos tantas prioridades sociais?

Vi uma reportagem na TV sobre a educação em Campina Grande. Na Escola Adalgiza Amorim, a repórter perguntou a uma aluna o que ela gostaria que fosse providenciado para sua escola. Imaginei que ela pediria, ao prefeito, que entregasse, de uma vez por todas,

os tablets prometidos ainda na eleição de 2012. Tive uma surpresa, pois a aluna pediu que colocassem um vaso sanitário no banheiro da escola. Simples assim! A aluna da escola Adalgiza Amorim não está pensando em grandes recursos tecnológicos, ela quer um simplório vaso sanitário!

Na placa afixada, junto ao monumento, se diz que a obra custará R\$ 1.459.177,22. Daria para comprar muitos vasos sanitários e para propiciar vida digna para a menina que pede esmolas em frente ao tal monumento. Inclusive, numa propaganda, que fala dos grandes feitos da prefeitura campinense, se diz que obra custará 2 milhões e 200 mil reais. Seria preciso, então, verificar como está a questão orçamentária da obra e qual o seu real custo.

O fato é que o monumento desagrade aos que têm senso estético e sensibilidade social. O Ministério Público da Paraíba chegou a suspender a obra, pois ela infringe normas de preservação ambiental e a prefeitura a teria iniciado sem consultar quem quer que seja e sem ter apreciação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba. O Conselho do Patrimônio Cultural de Campina Grande condenou a obra por ela prejudicar a visibilidade do espelho d'água no local e obstruir a paisagem do sítio histórico do Açude Velho. Nada disso foi argumento suficiente para que a prefeitura deixasse de tocar a obra, mesmo que não tenha conseguido cumprir o prazo para sua inauguração, que seria exatamente o dia 10 de outubro próximo passado, o aniversário da cidade.

Eu não sou contra aos monumentos, históricos ou não, até acho graça neles. Mas, me preocupa saber que eles sejam construídos por cima de nossa realidade social. Que se construam os monumentos, mas só depois que nossas crianças estiverem devidamente protegidas.

HOJE, NÃO TE DOU PARABÊNS!

Publicado em março de 2014 no www.paraibaonline.com.br

HOJE É AQUELE DIA EM QUE NOS SENTIMOS OBRIGADOS A PARABENIZAR todas as mulheres. É que com o passar do tempo, o Dia Internacional da Mulher foi deixando de ser um dia de lutas para ser um dia de festas. Cada vez mais o papel político desse dia vai sendo substituído por um dia destinado a homenagear as mulheres, com aquelas mensagens que, em geral, servem para escamotear a realidade em que vivemos. Hoje, mulheres vão receber flores, declarações de amor e mensagens que as enaltecem. Em apenas um único dia a mulher será tratada como se não tivesse defeitos, como se não fosse um ser humano normal. Mas, é só por hoje. Amanhã, mulheres de todas as etnias, credos, classes sociais, ideologias, profissões, voltarão a ser desrespeitadas em seus direitos e bastante cobradas em seus deveres.

As empresas gostam de promover uma efeméride. Vi um folder alusivo à data onde não havia nada que lembrasse o papel político do oito de março, pois não se aludia ao fato dessa data ser consagrado às mulheres pelas lutas que elas travaram ao longo da história. O folder enfatizava que a mulher é “raiz da sensibilidade, tronco da multiplicidade, folha da serenidade, essência da natureza humana”.

O fato, é que o oito de março foi consagrado à mulher em reconhecimento às lutas por ela empreendidas. Foi em 8 de março de 1857 que operárias de New York ocuparam uma fábrica têxtil, onde trabalhavam, para reivindicar redução na jornada de trabalho, equiparação de salários com os homens e tratamento digno dentro do

ambiente de trabalho. As manifestantes foram violentamente reprimidas. Elas foram trancadas na fábrica, que foi incendiada. Cerca de 130 tecelãs morreram carbonizadas. Em 1910, numa conferência na Dinamarca, se convencionou o oito de março como o “Dia Internacional da Mulher” em homenagem àquelas que, como as têxteis, lutavam por seus direitos. Em 1975, a ONU oficializou a data.

Assim, e pelo mundo afora ao longo do século XX, o oito de março ficou sendo usado para que mulheres se manifestassem e lutassem pelos seus direitos. A data passou a ser o símbolo da luta das mulheres contra opressão, violência, preconceito e pelos direitos sociais. É por isso que, hoje, não é um dia para se dar parabéns às mulheres. Hoje não é o dia ideal para você ofertar flores para sua amada. A melhor coisa a dar a ela hoje é RESPEITO. Diga a ela, com sinceridade, claro, que a respeita pelo que ela é, pelos valores e opiniões que ela têm.

Se você é daqueles que costuma violentar física e/ou emocionalmente a mulher que diz amar, aproveite o dia de hoje para refletir. Já que o oito de março é uma homenagem às mulheres que se levantaram contra a opressão. Use o dia de hoje para prometer a sua amada que nunca mais vai oprimi-la. Quando chegar o dia do aniversário dela, ou o Dia dos Namorados, ou ainda o aniversário de casamento de vocês, aí sim, você solta a imaginação. Declara-se para ela, manda flores, dá os parabéns, recita poemas, manda mensagens apaixonadas.

Hoje, é um dia para as mulheres se manifestarem politicamente e para reafirmarem seus direitos, mesmo que algumas reavaliem se valeu a pena lutar tanto para entrar no mercado de trabalho e ter os mesmos direitos e deveres dos homens. O movimento feminista não fez a luta completa. Deveria ter lutado para que a mulher fosse para o mundo do trabalho, com os mesmos direitos dos homens, e para que estes assumissem as tarefas de casa. Nessa luta as mulheres saíram perdendo na medida em que passaram a ter a dupla jornada de trabalho e os homens seguiram tendo a jornada de sempre, mesmo que muitos sejam bons donos de casa.

Outra coisa que fugiu do roteiro foi o fato de que a mulher entrou pela porta dos fundos na política institucional. Vejam que deputadas,

vereadoras e prefeitas da Paraíba (e do Brasil) são, com raras exceções, meras extensões dos interesses de seus maridos, pais ou irmãos. Mas, elas tiveram conquistas fabulosas, como a de não mais precisar adotar o sobrenome do marido após o casamento. É que antigamente os senhores cravavam no gado, nos escravos e em suas esposas a marca que carregavam, como símbolo de poder. O fato é que não adianta, hoje, parabenizar a mulher, apontando as qualidades dela, e passar o resto do ano desrespeitando-a em seus direitos. Eu mesmo, hoje, não vou dar parabéns para minha esposa e para minhas filhas. Eu vou, na verdade, reafirmar todo o respeito que tenho por elas.

IDEOLOGIA, VOCÊ TEM UMA PARA VOTAR?

Publicado em setembro de 2014 no www.paraibaonline.com.br

DATAFOLHA TROUXE PESQUISA COM INTENSÕES DE VOTOS PARA presidente da República. A aferição veio acompanhada de dados que nos ajudam a entender a cabeça do eleitor. Na pesquisa, Marina Silva, que ainda não enfrentou de verdade os dissabores de suas contradições, ameaça Dilma Rousseff. A presidenta aparece com 35% e a ex-senadora com 34%. Aécio Neves vem em 3º lugar com seus 14% e a “nanicada”, animada como sempre, soma 4%. Datafolha vê acomodação nas intenções de votos para Marina, aquele crescimento vertiginoso parece não mais acontecer, pois esmorecem os efeitos da catarse pós-morte de Eduardo Campos.

Com o crescimento nas pesquisas, Marina virou alvo dos adversários e suas contradições e equívocos começaram a aparecer, a exemplo da dubiedade de opiniões em relação à “criminalização da homofobia”, da questão da camada pré-sal e da autonomia do Banco Central. Vejamos como Datafolha simula a eleição no 2º turno. Na última semana de agosto, Marina tinha 50% das intenções de voto contra 40% de Dilma. Na primeira semana de setembro, a diferença caiu 7 pontos percentuais. Marina tinha 48% contra 41% de Dilma. Não tínhamos, ainda não temos, uma eleição definida, mesmo que os “marineiros” mais empedernidos queiram acreditar no contrário. Mas, aqui, interessa ver a preocupação do Datafolha com o perfil ideológico dos eleitores de Dilma e de Marina.

A princípio se viu Dilma mais bem votada entre eleitores de

esquerda e centro-esquerda e Marina ganhando entre eleitores de direita e centro-direita. Aqui, temos dados qualitativos para que não esqueçamos que ideologias existem, mesmo que tenhamos que lembrar que, quando o assunto é ideologia política, o eleitor brasileiro não sabe muito bem o que é e nem o que quer. Nunca fomos dados a cultivar ideologias do jeito que nos chegaram, tampouco fomos capazes de criar uma. O federalismo iluminista e liberal, da independência dos EUA, foi, aqui, sendo transformado nesse republicanismismo escravocrata nada republicano. Os ideais socialistas foram expropriados por setores de nossa sociedade, ganhando formas e cores das mais diversas.

Em outro artigo, tratei das colorações ideológicas nas eleições desse ano. Em nosso cardápio temos Levi Fidelix, José Maria Eymael e o Pastor Everaldo representando ideias de uma direita conservadora e autoritária. Representando concepções de uma esquerda, com viés mais liberal, mesclado com o ambientalismo, temos Eduardo Jorge. E temos, também, a esquerda revolucionária, dita bolivariana, também autoritária, representada por Zé Maria, Luciana Genro, Mauro Iasi e Rui Costa. Certo, até aqui tudo bem. Mas, e Dilma Rousseff, Marina Silva e Aécio Neves? Onde colocá-los? Aécio pode ficar numa centro-direita, com tendências liberalizantes, em que pese os pendores fisiológicos do PSDB.

Datafolha detectou que quanto mais a direita estiver o eleitor, melhor o desempenho de Aécio. Detectou, também, que uma crescente direita colocou Marina em vantajosa situação. Ao mesmo tempo, viu que quanto mais à esquerda estiver o eleitor, mais cresce potencial de votos de Dilma. Nos eleitores, tidos como de esquerda, Marina fica 9 pontos percentuais atrás de Dilma. Na simulação para o 2º turno, no mesmo universo de eleitores de esquerda, Dilma aparece com 50% e Marina com 43%. Já quando se inverte a situação, para se lidar com eleitores de direita, Marina tem boa margem sobre Dilma. Entre eleitores de centro-direita, Marina aparece com 49% contra 37% de Dilma. Já entre eleitores de direita, a diferença vai a 14 pontos pró Marina. Podemos dizer que Dilma é de esquerda e Marina é de direita? Não, claro que não. Queremos, apenas, entender a preferência dos eleitores, considerando ideologia política.

Para cruzar dados entre preferência eleitoral e questões ideológicas, Datafolha aplicou dois questionários. Em um perguntou as questões de sempre como em quem se vai votar, quem se rejeita e como se avalia o governo. Noutro, se fez perguntas que levam o eleitor a se colocar num campo de ideias políticas. São questões sobre religião, drogas, criminalidade, desigualdade social, pena de morte, homossexualidade, pobreza, aborto, etc. A lógica é um tanto quando formal, mas funciona. A maioria dos que são, por exemplo, a favor da descriminalização das drogas e contra a pena de morte disseram que votam em Dilma. Assim se conclui que ela tem mais votos no eleitorado de esquerda. A maioria dos eleitores de direita vota em Marina, porque são contra a descriminalização das drogas e a favor da pena de morte.

Até aqui vimos a maioria dos eleitores, tidos como de direita, preferindo Marina e a maioria, dos de esquerda, escolhendo Dilma. Claro, isso não torna Marina uma empedernida direitista e nem faz de Dilma uma fiel seguidora dos ideais de esquerda. É que num país como o nosso ser de esquerda ou de direita é, em muitas situações, uma postura de ocasião. Norberto Bobbio, um respeitado pensador italiano, já dizia que direita e esquerda se tornaram categorias universais da política e que fazem parte das noções que informam o funcionamento de nossas sociedades. No mundo bicolor dos tempos da Guerra Fria tudo era mais fácil. O cidadão seria de direita se fosse a favor dos EUA, do capitalismo e da liberdade. E seria de esquerda se fosse a favor da União Soviética, do socialismo e da igualdade. Com o fim da Guerra Fria, e dessa bipolarização maniqueísta, as coisas ficaram bem mais complexas. Igualdade e liberdade puderam ser aceitas como coisas que possuem valor universal, para acima e além de alguns interesses políticos. Bobbio se considerava emotivamente de esquerda e se identificava com a defesa dos direitos do cidadão. Ele dizia que uma esquerda digna desse nome tem, por obrigação, que resistir a tentativa liberal de dismantelar os aparatos do Estado social.

A questão é se essa discussão reflete bem nossa realidade e cultura políticas. Não, não refletem. Mas, não deixa de ser interessante perceber que em vários setores da sociedade essas questões estejam

sendo tratadas. Vejam que quando Marina disse, e depois desdisse, ser contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a liberalização da maconha, suscitou um interessante debate pelas redes sociais e na imprensa, pois não basta mais se fazer um vago discurso, a favor da liberdade ou da igualdade, para definir uma ideologia. Hoje, é preciso se posicionar sobre um sem número de questões das mais polêmicas.

Em geral, é de esquerda quem é a favor da liberalização da maconha e contra o porte de armas. E é de direita quem é contra a liberalização e a favor do porte de armas. Digo em geral, pois existem subdivisões. É possível ser de esquerda e ser a favor de privatizações ou ser de direita e ser a favor do intervencionismo estatal. A esquerda defende que o governo deve ser o maior investidor, para promover desenvolvimento, e que quanto mais ele beneficiar a população mais bem estar se gera. A esquerda ainda acredita que o intervencionismo estatal pode ser bom. Para a direita é a livre iniciativa que leva ao desenvolvimento, através de seus investimentos. A direita acredita que é melhor pagar menos impostos e contratar, junto a empresas particulares, os serviços de educação e saúde, por exemplo. A esquerda segue vendo o Estado como responsável único em prover bem-estar ao cidadão.

A direita acredita que os adolescentes que cometem crimes devem ser punidos como se fossem adultos. Já a esquerda defende que adolescentes infratores devem passar por um processo de reeducação dirigido pelo próprio Estado. Em relação ao sindicalismo, a esquerda segue defendendo sua importância como instrumento de defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores. Já para a direita, o sindicalismo é tão somente uma forma de projetar pessoas para a política partidária. A esquerda brasileira é bastante apegada as suas tradições, pois segue defendendo causas sobre pobreza, criminalidade, desigualdade social, etc.

A direita, claro, faz tábula rasa disso e defende que pobreza e riqueza são coisas naturais, inerentes aos homens e suas sociedades. Já a criminalidade recebe, de uma direita cada vez mais conservadora, um tratamento moral, até religioso. De acordo o Datafolha, o eleitorado de direita e de centro-direita aumentou significativamente nos

últimos quatro anos. Já o de esquerda vem encolhendo timidamente, mas sem deixar de cair. O que será que está acontecendo? Será que na medida em que vamos envelhecendo, vamos nos “endireitando”? Ou será que nossos valores são bem mais resistentes as mudanças do nosso tempo? Em todo caso não custa lembrar que, sim, somos dotados de ideias, temos ideologias.

VIVA A DEMÊNCIA COLETIVA

Publicado em março de 2015 no www.gilberguessantos.blogspot.com.br

DEBATI COM UM GRUPO DE ALUNOS SOBRE A CONTURBADA CONJUNTURA política que enfrentamos. Falamos das manifestações que pedem impeachment da presidenta Dilma e intervenções autoritárias. Um dos estudantes, um tanto quanto impaciente com minhas explicações sobre porque temer a volta de uma ditadura, disse que deveríamos tentar um governo forte já que a democracia não deu certo nesses 30 anos que nos separam do fim da ditadura militar. Disse ele: “A democracia teve a sua chance, agora é a vez de tentarmos uma ditadura”.

Argumentei, tentado disfarçar minha irritação para com esse tipo de ideia tão frágil, que não acredito em saídas de força para nossos dilemas institucionais. Afirmei que a primeira melhor alternativa é o fortalecimento das instituições democráticas. Inclusive, mostrei que temos um ordenamento jurídico capaz de combater a corrupção. Eu tentava demover meu aluno da ideia de que só uma intervenção militar poria fim à corrupção.

Insisti que o sistema democrático estadunidense se afirmou por ter oferecido a tese de que para males republicanos, remédios republicanos. Os Federalistas propuseram que a democracia deveria ter seus próprios mecanismos para solucionar seus problemas, sem que fosse preciso buscar “ajuda” em sistemas autoritários. Já nossa republicanização teve leve verniz federalista e sólida base positivista,

conservadora, devidamente militarizada, que nos legou uma sociedade autoritária infensa a democracia. Uma sociedade despolitizada que pensa que os venenos de uma ditadura são solução para os males de um sistema representativo frágil.

Já enfrentamos ditaduras, por isso não podemos renunciar aos procedimentos democráticos, pois eles permitem, por exemplo, a liberdade de manifestação tão cara aos que querem o fim da democracia. Aliás, eis a mãe de todos os nossos paradoxos: os que são a favor de intervenção militar, e outros itens ditatoriais, usam procedimentos próprios do regime, que querem o fim, para se manifestar.

Escrevo este artigo deprimido, envergonhado, irritado, abismado com o que vejo nos canais de televisão, redes sociais e portais de notícias. No domingo, 15 de março de 2015, parte da sociedade brasileira foi às ruas exercitar sua mentalidade pretoriana e seu oportunismo travestido de nacionalismo. Minha irritação é por não conseguir mais argumentar contra a tese de que só um regime de força cura os males da democracia. Logo eu que, historiador, me especializei em estudar as ditaduras que enfrentamos durante o século XX. Chorei, literalmente, ao ver os que não viveram os tempos da ditadura, sem constrangimento algum, pedir ao Exército para intervir na ordem social e política do país.

Fico abismado com essa gente estulta pedindo coisas como “intervenção militar já!” ou afirmando que “nossa última chance está nas mãos das Forças Armadas”. Na manifestação do Rio de Janeiro, o estudante de engenharia Aramis Farias dizia: “Não defendo a volta da ditadura, apenas uma intervenção militar para restabelecer a ordem e combater a corrupção. Defendo intervenção militar que é diferente de ditadura militar. Eu quero que militares entrem na política e corrijam o que está errado, pois a política está envolta em corrupção”.

Aramis parece saber o que aconteceu nos últimos 50 anos em nosso país. Ao que tudo indica, ele quer intervenção militar, e não ditadura, por saber que brasileiros foram presos, torturados e mortos na ditadura dos generais. No fundo, Aramis receia a volta de um Estado torturador. Mas, por ingenuidade, oportunismo ou por ter sido acometido pela demência coletiva, que pensa que bater painéis é

solução, aceita a tese do caminho mais curto para acabar com a corrupção, que a ditadura militar não resolveu, até porque dela se valia.

Conheço alguns Aramis que defendem intervenção militar, para acabar com a corrupção, por um colossal desconhecimento de nosso passado autoritário. Apesar de que se a pessoa reúne condições para defender suas ideias, numa rede social, também pode ler um livro que lhe faça entender que regimes de força não são solução para os problemas que vivemos na democracia. De fato, está em nossa cultura política republicana a contumaz ideia de que militares são os únicos capazes de resolver os problemas que nós, civis, criamos.

No domingo, 15/03, senti a tal vergonha alheia quando vi uma paulistana com um cartaz dizendo: “Não consigo mais empregadas que durmam no emprego. Maldito Lula”. Ao seu lado, tinha um senhor com outro cartaz afirmando: “Aeroporto agora parece rodoviária”. Porca miséria essa que vivemos! No Brasil de hoje, têm pessoas se comportando como se vivessem na segunda metade do século XIX, lutando contra a abolição da escravidão. Essa gente quer o impeachment de Dilma, quer golpe, intervenção e quer trucidar Lula porque as classes sociais que ficam no final do alfabeto passaram a ter acesso educação, moradia, consumo, e isso é inadmissível para quem sempre se alimentou de nossas amplas desigualdades sociais.

As sinhás e senhorios que batem em suas caríssimas painelas de teflon, em seus confortáveis espaços gourmet, não se conformam em ter perdido mais uma eleição. É que essa gente não suporta a ideia de saber que parte dos impostos que pagam vai para os programas sociais do governo federal, a exemplo do “Bolsa Família”. Essa canalha não está preocupada com a corrupção. Tal qual os militares e civis que deram o golpe de 1964, usam um discurso nacionalista e piegas apenas para maximizar seus interesses mais comezinhos.

E ainda temos que enfrentar o dilema de um país dividido em dois grandes grupos: um que defende a democracia e outro que quer que os militares intervenham na ordem social e política. Na verdade, temos uma visão instrumental dos sistemas políticos. Historicamente aceitamos este ou aquele tipo de governo a depender dos interesses sociais e/ou políticos que possamos vir a ter. Aceitamos viver na democracia desde que ela não nos contrarie, que faça nossos gostos,

do contrário aceitamos alegremente enveredar pelos caminhos obscuros do autoritarismo. Assusta-me a facilidade com que vários setores de nossa sociedade pedem golpe e ditadura. Fico abismado como se pode pedir a volta dos tempos obscuros quando “amigos eram presos ou sumiam para nunca mais”, como nos dizia Gilberto Gil.

Vejo uma direita reacionária, conservadora, estulta, pedindo intervenções militares com o mesmo ódio de 1964 por não aceitar que a verdadeira luta é pelo fortalecimento da democracia. Mas, como se luta pela democracia num país em que parte da população segue cevando seus entulhos autoritários? Eu sou a favor da democracia. O que farei? Participarei de manifestações vestido de verde amarelo? Baterei panelas em minha varanda cada vez que a presidenta aparecer na televisão? Não, nada disso, eu tenho o senso do ridículo.

52 ANOS APÓS O GOLPE, PAÍS NÃO ACEITA VALOR UNIVERSAL DA DEMOCRACIA

Publicado em 01 de abril de 2016 no www.uol.com.br

PASSADOS 52 ANOS DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 TEMOS QUE RE-avaliar o fato histórico, pois à medida que nos distanciamos temporalmente do acontecimento nossa visão sobre ele muda. Assim, temos que redimensionar o 31 de março para nossos dias. É preciso refletir sobre a cultura política pretoriana herdada da ditadura militar, já que em nossa atual conjuntura só falamos de golpes de toda sorte e das ameaças que nossa frágil democracia segue sofrendo.

Por que as memórias do golpe e da ditadura militar ainda nos são tão vivas? Seria pelas feridas ainda não cicatrizadas e por termos uma sociedade e um Estado recheados de “entulhos autoritários”, que um débil processo de liberalização não foi competente para extrair do nosso entorno político?

A principal causa para o golpe de 1964 foi a tensão (um falso dilema) existente entre democracia e mudanças sociais. O amplo espectro político-partidário nacional antagonizava esses dois fatores, desnecessariamente. Os atores políticos à direita acreditavam que pela democracia poderia se chegar às mudanças sociais, e por isso deram o golpe. Os atores à esquerda defendiam que só teríamos mudanças sociais acabando com a democracia. O confronto entre as forças políticas contrárias e favoráveis às reformas de base destruiu as instituições democráticas. O resultado a que se chegou bem conhecemos: democracia inexistente e nenhuma reforma social!

O processo de liberalização política (notem que não falo em redemocratização ou transição), efetivado com a eleição de Tancredo Neves, é torto, pois não afastou do cenário nacional os atores políticos da ditadura. O que nós tivemos foi um pacto entre as forças políticas, iniciado ainda em 1974 e capitaneado por Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva. O resultado foi um processo em que lentamente se foi inserindo alguns elementos do ritual democrático nas instituições sem, no entanto, reformá-las e, principalmente, mantendo intocada a espinha dorsal do regime ditatorial: o poder militar.

Se democracia política são os mecanismos e práticas associados às formas de decidir em favor dos interesses sociais, além das normas que regem o bom funcionamento das instituições e as atitudes que marcam a relação entre elas e a sociedade civil, veremos que não temos uma democracia consolidada. Não tivemos um processo em que sociedade civil e Estado pudessem firmar um compromisso para banir as prerrogativas que os militares atribuíram para si durante 21 anos. Como na ditadura, e seguindo a lógica da Doutrina de Segurança Nacional que dizia que o inimigo a se combater estava dentro do território nacional e não fora dele, as Forças Armadas continuaram mais preocupadas com a segurança interna do que com a externa.

Vivemos um momento difícil por não percebermos o quanto ainda temos que avançar no sentido de efetivarmos uma democracia em que aqueles que detêm as armas irão obedecer aos que não as tem. É preciso, também, que os atores políticos não cedam às tentações de mudar as regras do jogo político enquanto ele estiver sendo jogado, além de concordarem em se submeterem às incertezas democráticas dos resultados. Falta-nos, ainda, aceitar que democracia tem um valor universal.

CIDADÃOS TEM QUE SE RESPONSABILIZAR PELAS ESCOLHAS FEITAS NAS URNAS

Publicado em 10 de maio de 2016 no www.uol.com.br

OS NASCIDOS EM 2000 PODERÃO VOTAR NAS ELEIÇÕES DESTE ANO numa democracia parida da liberalização iniciada pelo regime militar. Quando os atuais jovens de 16 anos nasceram, havia apenas 15 anos que a ditadura acabara. São latentes em nosso entorno seus entulhos autoritários.

A Constituição de 1988 traz os germes da ditadura, vide os artigos 142 e 144, inexistentes em várias democracias, que dão prerrogativas aos militares para agirem sobre a ordem política e social do país. E isso para não falar que o Congresso Nacional e a sociedade brasileira são povoados por uma fauna de saudosistas do regime militar. O discurso do deputado Jair Bolsonaro, na sessão da Câmara dos Deputados que abriu o processo de impeachment contra a presidente Dilma, reverenciando a memória de um torturador, é um plangente exemplo disso. Nossa democracia repousa sob escombros de um regime que tinha a tortura como política de Estado.

Como viver em uma democracia tão frágil? Como respeitar uma eleição se os eleitos não pretendem cumprir as funções delegadas pelos eleitores? Como o jovem eleitor quererá participar sabendo que suas decisões poderão ser desfeitas por golpes travestidos de impeachment? Por que valorizar um sistema que pode desmanchar decisões tomadas nas urnas? 54.501.118 eleitores decidiram que Dilma Rousseff nos governaria entre 2015 e 2018. Como eles se sentem

ao ver um grupo de parlamentares corruptos, conservadores, oportunistas, autoritários e pateticamente irresponsáveis processando a destituição da presidente eleita democraticamente e que não cometeu crime algum?

Eleições permanentes e alternância no poder são essenciais. Mas, o cidadão tem que se responsabilizar pelas escolhas feitas nas urnas. Não adianta fazer discursos enfurecidos diante dos escândalos de corrupção e depois dar ao corrupto o conforto de ter um mandato e foro privilegiado. Eleições em profusão pouco adiantam se não estamos dispostos a cumprir os mecanismos institucionais que permitem que os que descumprem suas funções (e as leis) sejam responsabilizados com pressupostos penais que causem punibilidade. Por que supomos que esse revezamento de nomes e siglas nos cargos governamentais é solução única para nossos males? Por que nos contentamos com tão pouco?

Nosso processo eleitoral evoluiu com dificuldades. Em 1960, na última eleição presidencial antes do golpe de 1964, 6 milhões de eleitores votaram. Na eleição seguinte, 29 anos depois, foram 120 milhões de eleitores. Crescíamos quantitativamente enquanto desaprendíamos a votar. Já em 2004, os eleitores entre 16 e 25 anos foram cerca de 25 milhões. Quantos destes amadureceram para intervirem no processo eleitoral e para atentarem para a responsabilidade de se eleger um reconhecido corrupto?

O governo e o sistema representativo devem ter o consentimento do cidadão para serem legítimos. Essa anuência vem do contrato social, materializado no sufrágio universal, onde os cidadãos dão autoridade para que leis sejam criadas. Em “Capitalismo, Socialismo e Democracia” o economista e cientista político austríaco, Joseph Schumpeter, se refere à democracia como um método político por onde se escolhe os que decidem e que dá ao cidadão o poder de substituir um governo por outro para que ele próprio se proteja dos riscos dos escolhidos se tornarem uma força inamovível. Dizia ele: “A democracia significa apenas que o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar os homens que a governam”.

Devemos nos contentar com isso? Não, é insuficiente! Mas, se não consolidarmos nem isso, como avançaremos para um sistema

que contemple aspectos mais amplos do funcionamento de um Estado que seja a um só tempo legal e legítimo, e, portanto, de direito e democrático? Hoje, ditaduras parecem coisa do passado e eleições se sucedem a cada dois anos. Falta-nos ter a política como o que orienta as relações sociais e uma mentalidade democrática que substitua essa pretoriana visão de mundo que temos. Mas, isso não se faz apenas com discursos. Eleições podem ser uma via para isso. Se é ruim conviver com elas, o que dirá sem?

Pela educação, nosso passado autoritário precisa ser revisto. Na ditadura, Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudos dos Problemas Brasileiros constavam nos currículos escolares para afirmarem os interesses e a ideologia do regime militar. Mas, paradoxalmente, essas matérias eram subvertidas por professores que driblavam a censura e o medo para ensinar “assuntos diferentes”. Foi assim que muitos, como eu, puderam ter acesso à filosofia, política, história, sociologia.

Os que se lembrarem disso são menos jovens do que esses que vão votar pela primeira vez e podem contribuir num processo de educação política. Se não estamos em uma ditadura e temos liberdade de expressão, por que não usar espaços devidos para educar para a cidadania que ensina para que servem as instituições políticas? O que é a república, a federação, a constituição, os poderes e suas funções, as eleições e os partidos, os direitos e os deveres, o papel da imprensa. É preciso munir o jovem para que ele entenda a democracia e possa valorizá-la como algo útil para sua existência.

No século 20 vivemos 36 anos sob ditaduras, sem contar os anos nos quais vestígios de democracia coexistiam com uma couraça de autoritarismo. Desde a Proclamação da República, ainda não tivemos mais de 35 anos contínuos de democracia sem que ditaduras e autoritarismos de toda sorte solapem as instituições. Do fim do regime militar, em 1985, até aqui, ainda somamos menos anos do que os vividos sob as duas ditaduras do século XX.

Nossa jovial e festiva democracia eleitoral ainda tem muito que evoluir. É preciso ter instituições responsáveis com cidadãos respeitados em seus direitos e igualmente responsáveis. Temos que nos submeter às incertezas do jogo eleitoral democrático. Do contrário,

seguiremos nos perguntando se realmente devemos defender a democracia ou, dito de outra forma, se não seria melhor vivermos em uma ditadura.

CULTURA POLÍTICA AUTORITÁRIA CONTESTA HEGEMONIA DA DEMOCRACIA

Publicado em 22 de agosto de 2016 no www.uol.com.br

EM 2009, AS FORÇAS ARMADAS DE HONDURAS EFETIVARAM UM clássico golpe de Estado, sacando do poder o presidente, democraticamente eleito, Manuel Zelaya, sob acusação de que ele poria, nas eleições daquele ano, um item plebiscitário para que os hondurenos opinassem sobre a inclusão da reeleição na Constituição Federal. O golpe foi ilegítimo e legal. É que a Constituição de Honduras, tal qual a brasileira, possui dispositivo que dá as Forças Armadas prerrogativas para garantir a lei e a ordem. O que não se questionou é se a ordem político-social hondurenha estava mesmo ameaçada pelo fato de Zelaya querer se reeleger.

Em 2012, o presidente paraguaio Fernando Lugo, eleito democraticamente, sofreu um impeachment em apenas 48 horas. A maioria conservadora do Congresso Nacional golpeou Lugo, se valendo de uma crise política, gerada pelo confronto entre policiais e camponeses num ato de reintegração de posse de uma fazenda. O processo cerceou o amplo direito de defesa de Lugo. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos condenou a rapidez do julgamento e a falta de concretude das acusações. O golpe foi dado com a contribuição da Suprema Corte Eleitoral, do Partido Colorado, das Forças Armadas e do vice-presidente Federico Franco que assumiu o cargo.

Nunca devemos considerar como meras, as coincidências com um enorme país fronteiriço ao Paraguai. Nunca foram, nem devem

ser, não na América Latina que segue precisando de “ridículos tiranos” como bem disse aquele “antigo compositor baiano”.

Vimos agora um golpe de Estado na Turquia. Mesmo fracassado, ele reforça a noção de que uma cultura política autoritária viceja mundo afora e contesta a hegemonia da democracia. Essa aventura golpista custou a vida de centenas de pessoas e mais de três mil foram presas. Li que os turcos ficaram traumatizados com tanques de guerra atropelando as vias públicas. Mas, como nós, eles estão acostumados com golpes, pois tiveram cinco ao longo de 56 anos. O presidente Recep Erdogan proclamou que a democracia havia saído vitoriosa. Vitória de Pirro essa, pois um sistema democrático só se consolida quando seus procedimentos e instituições funcionam livres de ameaças golpistas. Cada tentativa de golpe intensifica a ideia de que sistemas de força são mais eficientes para lidar com crises econômicas e políticas.

O prêmio Nobel, Adolfo Pérez Esquivel, aqui esteve e se assustou com tantos brasileiros defendendo golpes e ditaduras. Ele lembrou Honduras e Paraguai, que afastaram presidentes através do ordenamento jurídico, tendo o Parlamento como protagonista da ação golpista. Temos uma nova modalidade de golpe de Estado, que se respalda nos entulhos autoritários que as constituições trazem. Continua-se depondo presidentes eleitos, mas agora é a elite político-partidária quem dá cabo das ações golpistas, contando ou não com o apoio das Forças Armadas. Senão, vejamos o atual caso brasileiro.

No passado, o totalitarismo desafiou a democracia que espalhou suas ideias numa primeira onda a partir de 1945. Os rigores da Guerra Fria fizeram surgir uma segunda onda de autoritarismo militarizado na década de 1960. No início dos anos 1980, ele caiu em desuso e uma terceira onda de redemocratização se fez sentir em que pese países como Brasil, Honduras e Paraguai terem se tornado democráticos sem reverem seus passados autoritários. E agora, o que temos? Seria uma quarta onda de reversos golpistas, comandados por Parlamentos e Judiciários? Temos um padrão ou esses exemplos são pontos fora da curva?

Sistemas políticos que mesclam elementos autoritários com procedimentos democráticos são cada vez mais comuns. Na “Primavera

Árabe”, as revoltas populares contra governos queriam deter anacrônicos ditadores, mas não se falava em democracia. Defendia-se eleições livres, mas se fechava os olhos para liberdade de culto e expressão. Lutava-se pelo fim da opressão estatal, mas as mulheres não podiam participar das manifestações.

A democracia, como sistema e cultura política, importa bastante, mas o arcabouço jurídico de um Estado pode afiançar ou cercear a lei que serve tanto às democracias como às ditaduras. Essas são as questões que podem iluminar o debate sobre em que sistema político é melhor viver. Cientista político, Scott Mainwaring, diz que democracia é regime que promove eleições competitivas, livres e limpas, que pressupõe cidadania abrangente, que protege liberdades e direitos, onde governos governam e militares são controlados pelos civis. Proponho um exercício simples. Verifiquemos se esses itens são de fato praticados em nossa sociedade. Se a resposta for sim, ótimo!, vivemos em uma democracia minimamente consolidada. Mas, se a resposta for não, sugiro que comecemos desde já a ler tudo que pudermos sobre ditaduras.

A “BANALIDADE DO MAL” ENTRE NÓS

Publicado em fevereiro de 2017 no www.gilberguessantos.blogspot.com.br

NESSES TEMPOS BICUDOS, VIVO SOBRESSALTADO! PARECE SER NORMAL desejar a morte de uma mulher por ela ter sido casada com um ex-presidente, que fez reformas, para que os excluídos de sempre acessassem coisas educação, saúde e moradia. São tempos nebulosos, pois o que a filósofa Hannah Arendt classificou como “banalidade do mal” ressurgiu dos escombros de um mundo formatado por guerras. Falo do nazismo.

Sempre que preciso dialogar com pessoas com as quais divirjo política e ideologicamente, e/ou que não concordo com seus valores, lembro dos tais valores universais da democracia. Não sou receptivo a ideias “novas” que, na verdade, pertencem ao receituário ideológico do tempo em que ditaduras eram hegemônicas. Não, não posso aceitar como normais ideias autoritárias, racistas, homofóbicas, misóginas, além de preconceitos de uma classe social sobre outra. Não defenderei o “direito” de um aprendiz de médico de campo de concentração nazista “defender” que uma mulher seja levada a óbito. Não, isso não é liberdade de expressão!

Nesta semana, o deputado federal Jair Bolsonaro proferirá palestra em Campina Grande. Por coerência não presenciarei a verbosidade nazificante do parlamentar do Partido Social Cristão que não crê na democracia, trabalha sistematicamente para acabar com ela, e que instrumentaliza procedimentos para maximizar interesses

comezinhos. Bolsonaro se compraz em publicar as opiniões mais torpes sobre questões como a tortura.

Relaciono abaixo ideias pronunciadas pelo mais ardoroso defensor do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, um dos chefes do aparato de repressão política e tortura do regime militar, conhecido por ter, dentre outras coisas, enfiado um rato na vagina da ex-presidente Dilma Rousseff, quando a torturava nas dependências do DOI-CODI de São Paulo no início dos anos 1970. As declarações abaixo foram compiladas a partir da conta “Bolsonaro Cristão”, criada na rede social TUMBLR por Fernando Paladini e Guilherme Eufrásio, ambos estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina.

Se você, como eu, não aceita estes disparates não vá ao show de horrores que certame Bolsonaro propiciará. Se você sofre da síndrome de São Tomé, que só após ver e ouvir é que passa a crer, a solução é assistir a tal palestra, mas não deixe de levar consigo carradas de senso crítico. Se você não vê a hora de votar em Bolsonaro para presidente, por que concorda com as estultices dele, então vista sua camisa amarela da CBF, ou aquela preto-fascista, tanto faz, e vá para a palestra desse Josef Mengele redivivo. Mas, se você quer ir à palestra tentar fazer com que incautos de toda sorte vejam mais e melhor a realidade das coisas, ou mesmo para mostrar quanto os “bolsonazis”, que por aí pululam, estão equivocados, sugiro refletir sobre a frase: *“Nunca discutas com um idiota. Ele arrasta-te até ao nível dele, e depois te vence em experiência.”* (Autor desconhecido).

Na sessão da Câmara dos Deputados, em 17/04/2016, que aprovou a abertura do impeachment contra Dilma Rousseff, Bolsonaro disse: *“Nesse dia de glória para o povo tem um homem que entrará para a história (...). Perderam em 1964 e agora em 2016. Pela família e inocência das crianças que o PT nunca respeitou, contra o comunismo, o Foro de São Paulo e em memória do coronel Brilhante Ustra, o meu voto é sim”*.

Numa participação, no programa Pânico da rádio Jovem Pan (em 08/07/2016) Bolsonaro afirmou: *“O erro da ditadura foi torturar e não matar”*. Já na Revista Veja de 02/12/1998, recriminou um de seus mentores: *“Pinochet devia ter matado mais gente”*. Como todo ditador, Bolsonaro é um censor e numa entrevista à repórter Manuela

Borges da Rede TV provocou: *“Você é uma idiota. Você é uma analfabeta. Está censurada!”*. Claro, ele crê na tese do “bandido bom é bandido morto”, pois afirmou, sobre o massacre do Carandiru, que *“a PM devia ter matado 1.000 e não 111 presos”*.

Não se sabe bem porque, mas o fato é que homossexualismo, racismo e mulheres são temas recorrentes na transcurso da bolsonarista. Na Revista Playboy, em julho de 2011, disse que: *“Seria incapaz de amar um filho homossexual. Prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí”*. Em outra oportunidade disse *“Eu não corro esse risco, meus filhos foram muito bem educados”*, sobre um dos seus se relacionar com uma mulher negra ou com homossexuais. E quando FHC segurou a bandeira com as cores do arco-íris, Bolsonaro disparou: *“Não vou combater nem discriminar, mas, se eu vir dois homens se beijando na rua, vou bater”*. Ele parece concordar com o estupro, pois disse para a deputada federal Maria do Rosário: *“Não te estupro porque você não merece”*.

Em 28/03/2011, numa entrevista ao programa CQC da TV Bandeirantes, Bolsonaro estava inspirado em sua logomania. Primeiro afirmou que: *“se eu pegasse meu filho fumando maconha, o torturava”*. Sobre cotas raciais, disse: *“Eu não entraria em um avião pilotado por um cotista nem aceitaria ser operado por um médico cotista.”*. Sobre a presidente Dilma afirmou: *“O kit gay não foi sepultado ainda. Dilma Rousseff pare de mentir. Se o teu negócio é amor com homossexual, assumo”*. Teria ainda muito mais coisas para colocar, mas ... paciência tem limites!

UMA ESQUERDA QUE A DIREITA GOSTA

Publicado em 15 de novembro de 2020 no www.brasil247.com.br

COMO ASSIM?! EXISTE UMA ESQUERDA QUE A DIREITA GOSTA?! LOGO essa direita brucutu que odeia com suas extremadas forças a esquerda verde-amarela, digo vermelha? Se ela não gosta dos liberais, *a la* FHC, o que dirá dos “esquerdopatas”? Mas, que sinistra seria essa que a destra gosta? Dizia Darcy Ribeiro, exagerando é bem verdade, que o “*PT é a esquerda que a direita gosta*”. Luiz Carlos Prestes dizia que a esquerda “*não luta pelo fim da desigualdade por crer num capitalismo bonzinho, sem contradições*”.

Fosse eu destro não desgostaria dessa esquerda simpática a burguesia. Hoje, parte da esquerda tupiniquim desistiu de lutar pelo socialismo, se é que tentou, por achar ser possível humanizar o capitalismo. Poderia seguir sendo gostada pela direita? Sim, se esta não fosse tão bronca a ponto de não aceitar nem ao menos políticas públicas, que geram crescimento e desenvolvimento, sempre nos marcos do capitalismo, nunca do socialismo. Alguns fazem o jogo da direita rústica. Por interesse, estratégia, tática, ou seja lá pelo que for, são os que nas eleições maximizam lucros e minimizam perdas ao evitar alianças com os que lhes são próximos. São os “puros de alma”, cheios de boas intenções, sempre abertos ao diálogo com Deus e o diabo, não importando se na terra do sol, da lua ou de Marte.

Desde 2018, com a vitória da direita extremosa, que se fala do comportamento egoísta de uns propiciando a derrota de Fernando Haddad e da esquerda. Teríamos melhor sorte se Marina Silva,

sempre esquiva, tivesse deixado de lado seus paradoxos e se aliado a Haddad. Tivesse Ciro Gomes, curado de seu orgulho de “cabra macho”, ido ao ato no Sindicato dos Metalúrgicos, que antecedeu a prisão de Lula, e tudo poderia ser diferente. É fato que Lula queria uma chapa com Ciro candidato a presidente e Haddad vice. Mas, Ciro rejeitou, lançou chapa com a senhora do agronegócio, Katia Abreu, e, não satisfeito, abriu fogo contra o candidato fascista e contra Haddad como se ambos fossem iguais e ele diferente e melhor que todos. Ciro não tirou votos do candidato miliciano, pois seu eleitorado era consciente para não votar no fascismo, mas um tanto ingênuo em acreditar que o PT era o “mal maior”. Não sei por que motivos, mas Ciro e Marina foram, sim, a “esquerda” que a direita gosta.

Mangabeira Unger, que nunca foi mentor de Ciro Gomes, posto que este se basta a si mesmo, afirmou que *“ele perdeu por arrogância ao recusar o PT (...) abrir mão do cacife eleitoral de Lula foi gesto de arrogância mortal”*. Unger, coordenador da campanha do PDT em 2018, confirmou que foi oferecido a Ciro ser o vice na chapa do PT, para que assumisse a candidatura quando Lula fosse impedido. Ciro, consciente de que a direita gosta de seu papel, recusou. Preso, Lula entendeu que precisava mudar a estratégia e que urgia minimizar o protagonismo do PT. Ciro entendeu a estratégia, mas errou na tática ao rejeitar o cacife de Lula. Ciro, tão dono de si, teve medo de ser teleguiado pelo lulismo. Perdeu ele, perdemos todos!

Mas, o que fazer para não ser a “esquerda que a direita gosta”? Como reverter a realidade que nos arrasta para mais uma ditadura? Deve-se entender que eleição é condição necessária, porém insuficiente para se ter democracia. Ela não é o fim único que orienta todos os meios. Ela é tão somente uma forma de se chegar ao poder político. Se até o presidente/miliciano conseguiu entender isso, o que falta a esquerda para mudar suas táticas e estratégias?

Notas de repúdio não nos servem, nunca serviram! Manifestações de rua não são um fim em si mesmas. Elas servem para mostrar a insatisfação social e importam para que se possa, por exemplo, impedir golpes de Estado. As manifestações são uma via de mão dupla, pois a mãe de todos os paradoxos no Brasil, hoje, é se utilizar a liberdade de expressão para justamente pedir o fim da democracia. Se

vamos às ruas gritar FORA PRESIDENTE!, mas ele continua dentro, algo não está funcionando bem. Lutar é preciso, sempre, mas a luta tem que ser feita de uma forma que incomode aquele que nos oprime, pois se ele segue sobrevivendo às manifestações alguma coisa que está sendo feita pela esquerda anda agradando a direita.

A FRENTE AMPLA QUE NÃO AMPLIA

O RECENTE ENCONTRO ENTRE LUCIANO HUCK E SÉRGIO MORO, movimento da direita golpista que se pretende civilizada, que aponta para 2022, fez a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, descartar qualquer possibilidade de uma frente ampla de várias forças (de direita, centro e esquerda) para enfrentar Bolsonaro. Gleisi desancou a aliança Huck\Moro: *“É a junção da Lata Velha com a Lava Jato”*. A mídia, que integra o conglomerado golpista de sempre, deu destaque para o tal encontro supondo ser esta a solução para o imbróglio, que ela mesma se meteu desde que apoiou o golpe de Estado de 2016 e a candidatura de Bolsonaro em 2018.

Vendo os porta-vozes da mídia grande, falando em frente ampla, lembrei de Leonel Brizola que dizia para sempre desconfiarmos das intenções da Rede Globo, mesmo “quando ela está sendo boazinha”. Lembrei disso naquele dia que baixou um “santo democrático” na “vênus platinada”. Foi quando a Globo, que reconhecidamente defendeu o golpe civil-militar de 1964 e a ditadura militar, a mesma Globo que apoiou o golpe de 2016 e que promoveu a Lava Jato, teve a pachorra de lançar uma “frente ampla” contra Bolsonaro.

Os irmãos Marinho puseram Miriam Leitão lá na Globo News, num debate com três arautos da democracia liberal: Marina Silva, Ciro Gomes e FHC. A ideia era promover uma “frente ampla” contra Bolsonaro e a favor da democracia, que essa gente tanto despreza. Gleisi Hoffmann, sempre ela, disse que foi *“a nata do antipetismo entrevistada pela campeã do mercado”*. E foi desse jeito mesmo! Além da desfaçatez de ver a árvore defender o machado, “esqueceram” de chamar Fernando Haddad, do PT, e\ou Guilherme Boulos, do PSOL - legítimos representantes da esquerda que lutou e luta contra a ascensão do fascismo. E é preciso lembrar que Haddad não foi para Paris, após a derrota no 2º turno da eleição em 2018, ele ficou aqui e

enfrentou os inimigos da democracia.

Considerando o resultado do 1º turno de 2018, essa gente não tem legitimidade para liderar frente ampla articulada por emissora habituada a apoiar golpes. Ciro, Marina e Alckmin tiveram, juntos, 18,23% dos votos válidos, enquanto só Haddad teve 29,28%. Qual a representatividade de uma frente ampla que junta alhos e bagulhos? Por que as frentes amplas da Globo não dão espaço para a esquerda? Se a proposta é ser contra Bolsonaro porque os que o enfrentam de verdade não são chamados? Tinha razão o velho Brizola, é para se desconfiar!

Falei em notas de repúdio que dão em nada, e lembrei dos manifestos escritos entre a FIESP e o Instituto FHC que dizem para *“deixar de lado velhas disputas”*. Lutar por vida, democracia, igualdade e liberdade é disputa velha? Falam que esquerda e direita devem ser unir pelo bem comum. Mas, qual? O do povo ou o da elite, pois o que existe mesmo são as classes sociais e seus interesses. Porque divulgar manifestos assinados por Luciano Huck, FHC, Lobão, Alice Setubal (do Banco Itaú) e toda a gente que se “solidarizou” com Aécio Neves, quando ele se recusou aceitar o resultado das urnas de 2014, que apoiou o golpe de 2016, que votou em Bolsonaro em 2018 “para tirar o PT”?

Estranho ver essa gente “preocupada com a democracia brasileira”, quando em 2019 silenciou ante a escalada fascista. “Deixar de lado as diferenças e lutar pelo bem comum” termina sempre do mesmo jeito, com a esquerda sendo reprimida, presa, torturada e morta. Para tirar a esquerda, que fazia reformas e promovia desenvolvimento social, do poder essa gente promoveu um golpe de Estado, com direito a Lava Jato, e elegeu um fascista. Mas, para tirar esse fascista do poder lançam “manifesto em defesa da democracia”. Estranho, não?! Não posso “assinar” manifestos junto com a direita pois é ela que sempre dá os golpes de Estado no Brasil. Não votei em Haddad, em 2018, para agora me juntar com os que votaram em Bolsonaro. É uma questão de coerência política e ideológica! É uma questão de resistência e, por que não, de sobrevivência!

OS VOTOS NÃO MOVEM MOINHOS

Publicado em 01 de dezembro de 2020 no www.brasil247.com.br

JÁ DIZIAM OS SECOS & MOLHADOS QUE ”OS VENTOS DO NORTE NÃO movem moinhos”. E não movem mesmo! Os ventos, digo os votos, saídos das urnas não farão os moinhos da esquerda girarem na velocidade desejada. Mas, como o que *“importa é não estar vencido”*, nos apeguemos às nossas conquistas mesmo a mais frágeis. Aquele *“antigo compositor baiano”* segue tendo razão, pois *“é preciso estar atento e forte, não temos tempo de temer a morte”*.

Confesso minha contradição. Nem deveria falar tanto de eleições, pois as considero tão somente o procedimento democrático que escolhe governantes e legisladores. Mas, nossa cultura política nada democrática costuma vir à tona nas eleições. Então, farei breve avaliação delas e tratarei de perspectivas futuras. Peço-lhe apenas, caro leitor, que não desconsidere que a análise é de momento, pois a política eleitoral, como as nuvens, dança ao sabor do vento.

Jair Bolsonaro é o derrotado das eleições 2020. Onde pôs a mão, seus escolhidos malograram. No 1º turno, dizia não querer se envolver, mas quando o fazia seus candidatos “embicavam” para baixo. Celso Russomano e Wal do Açaí que o digam. Nas pavorosas “lives” do 2º turno, detonou o capital eleitoral de seus seguidores. Ele pediu votos para 13 candidatos a prefeito, mas apenas Gustavo Nunes em Ipatinga (MG) e Mão Santa em Parnaíba (PI) se elegeram. Crivella no Rio e Capitão Wagner em Fortaleza provam como o bolsonarismo pode erodir um projeto eleitoral.

A direita não bolsonarista, mas que se valeu do próprio quando lhe foi conveniente, se saiu bem. Trabalhará para se ver livre de Bolsonaro e ter condições de disputar as eleições 2022 com alguém palatável ao eleitorado que se encanta com “antipetismo”, Lava Jato, combate a corrupção, etc. Essa tal direita deve dispensar os serviços de seus “bons moços” (Moro\Huck\Dória\Covas\Amoedo) e ter um nome que lhe seja confiável, de “dentro da política”. Como as organizações criminosas, que só confiam em bandidos, os políticos tradicionais preferem os que não rejeitam a política, que não se travestem de novos, apolíticos.

Eduardo Paes, eleito no Rio de Janeiro, disse que o DEM deve “lançar um quadro da política para a eleição de 2022 e que há resistências a Sergio Moro e a Luciano Huck, mesmo que este converse com o DEM”. Dizendo de onde virá o canto da sereia, Paes mostra que seu partido descarta as “novidades”, que quer lançar um nome e que este nome pode ser o seu. ACM Neto, prefeito de Salvador e presidente nacional do DEM, disse que “não vamos apoiar um Bolsonaro dos extremos em 2022”. Desdenhando do bolsonarismo, a direita quatrocentona aponta para uma correção de rumos no sentido de uma volta aos tempos em que PSDB\PFL\PMDB governavam.

A direita venceu em Recife e Porto Alegre, pelo menos, se baseando em “fake News” (inseridas de vez nas campanhas), no discurso racista\machista\misógino, com um conservadorismo reacionário flertando com o fascismo e na mais descarada compra de votos. Despida de qualquer pudor, a direita de São Paulo foi para o 2º turno e venceu. FHC não larga Covas para impedir que bolsonaristas se aproximem. Neoliberais golpistas de 2016 (PSDB, DEM, MDB), extrema direita abrigada em siglas como Republicanos e o “centrão” de sempre governarão 85% dos eleitores dos 5.570 municípios brasileiros.

É preciso entender que quem melhor sabe jogar o jogo eleitoral é a direita. Sua maior vitória é quando impõe à esquerda que escolha entre dois dos seus atores políticos como aconteceu em João Pessoa e no Rio de Janeiro. Em São Paulo, a direita venceu jogando nos erros da esquerda que não soube, não quis ou não pode se unir. Do ponto de vista das vitórias, a esquerda saiu-se mal nessas eleições, mesmo

com boas votações em Recife, São Paulo, Vitória e Porto Alegre. Vejamos que ela elegeu prefeitos em 12 cidades de 9 estados diferentes. É muito pouco. O PT precisa entender que não é mais o protagonista da esquerda. Precisa aceitar que o PSOL deixou de ser mero coadjuvante, do contrário Boulos não teria chegado ao 2º turno em São Paulo.

É certo que a esquerda mantém alto capital eleitoral, mesmo considerando o comportamento volúvel do eleitor brasileiro. Considero pontual a vitória de Edmilson Rodrigues (PSOL), em Belém, pois ela não prova uma onda de votos à esquerda como nas eleições de 2008 e 2012. A esquerda não saiu em bloco para enfrentar as eleições municipais. Ao contrário da direita, não pensou nos cenários para 2022. Como sempre, o erro foi PT, PSOL e PCdoB se dedicarem às suas questões paroquiais, esquecendo que a luta contra o fascismo\neoliberalismo é diária, independente de estarmos ou não em eleições. Resultado? Mais uma vez, a esquerda terminou fazendo o jogo da direita.

Tomemos como exemplo a cidade do Rio de Janeiro onde a esquerda enfrentou o jogo eleitoral esfacelada. A direita se uniu e foi para 2º turno podendo se livrar do bolsonarista de plantão e ainda vencer com um político “mais do mesmo”. A esquerda se viu tendo que escolher entre Paes e Crivella. Muito me incomoda essa situação de ter que escolher entre o “menos ruim”. É preciso entender, de uma vez por todas, que conciliar com partidos de centro direita e com setores das elites não constrói um projeto social e político que promova profundas transformações no país.

A esquerda deve, ainda, compreender que a tal frente ampla só beneficia projetos de poder do grande capital. De que adianta compor uma ampla frente política, contra o bolsonarismo, com partidos que participaram do golpe de 2016 e apoiaram Jair Bolsonaro em 2018? A esquerda precisa saber que não é a árvore que tem que amolar o machado.

Ainda tenho que tratar do fator Ciro Gomes e seu comportamento destrutivo em relação a esquerda. Ele sabe que seus 10% não o levarão ao 2º turno em 2022, como não o levaram em 2018. Isso o deixa irado, ressentido, agressivo, invejoso. Ciro segue agredindo o

PT e Lula, com os despautérios de sempre, atingindo Boulos com a pecha de radical e dizendo que Flavio Dino está fora da realidade por ter ido votar com uma camisa vermelha escrito “Lula Livre”. Ciro não assimila o golpe de ver Boulos e Dino ocupando o lugar que pensa ser seu.

O que fazer? Sugiro que uma liderança da esquerda dê uma declaração definitiva, dizendo o que Ciro Gomes é e com todas as letras, sem tergiversar. É preciso dizer que ele não é de esquerda, nem de centro esquerda e que o PDT gravita na centro direita. Ideologicamente Ciro nunca se identifica com os valores da esquerda. Politicamente seus interesses estão do centro para a direita. Importa que tudo fique claro. Quando Ciro chama Boulos de radical faz o papel, que a direita lhe atribuí, e que ele quer fazer para se tornar palatável à direita. Deixar as coisas claras é o melhor para se seguir em frente, sempre pensando em como fazer para que os ventos possam mover nossos moinhos.

O “PUTSCH DA CERVEJARIA” DE TRUMP OU QUEM COM GOLPE FERER COM GOLPE SERÁ FERIDO

Publicado em 14 de janeiro de 2021 no www.brasil247.com.br

É DIFÍCIL DIZER O QUE “ENTRA” PARA A HISTÓRIA E O QUE DELA FICA “fora”, mas é provável que o 06 de janeiro de 2021 venha a ser tratado como o dia em que a extrema direita supremacista dos EUA, liderada por Donald Trump, tentou dar um golpe de Estado. Meus alunos de História do Brasil e da América poderão, em suas aulas, dizer que um presidente dos EUA tentou permanecer no poder, após perder uma eleição, incitando seus eleitores a invadirem o Congresso. Tenho uma certeza: o 06\01 será visto como o dia em que o modelo de democracia, tido como sólido, rachou. Os chineses gostam de dizer que isso é o começo do fim do império.

Tido e havido como modelo a ser imitado, a democracia estadunidense agoniza, pois os princípios do federalismo foram trocados pelos interesses do Complexo Industrial Militar que Fred James Cook tão bem analisa em “*O Estado militarista*”. Nessa obra seminal (aquí publicada em 1965 pela Editora Civilização Brasileira) vemos como se desenvolveu o “*Estado total e a estratégia da guerra total*”, após a 2ª Guerra Mundial, quando os EUA se “*dedicaram ao verdadeiro poder - do dólar e das armas*”. Cook cita o Presidente Eisenhower que, em 1961, alertou para a existência nefasta de “*um colosso que domina vastas áreas da vida americana (que) é a verdadeira ameaça à democracia*”. O autor relata como os EUA adotaram, nos anos 1950,

o modelo prussiano militar industrial que produz ditadores como Hitler e faz da guerra sua própria razão de ser.

Os EUA provam que não existem democracias imunes às ofensivas da cadela do fascismo, sempre no cio, como diria Bertolt Brecht. A mãe das ironias é o berço da democracia moderna, o império da liberdade, “pagando” de república bananeira com um ditador bufão que arregimenta seguidores para invadir o parlamento. Quem cravaria que a eleição dos EUA terminaria sob toque de recolher?! Desesperados com a derrota e com a revolta do povo negro, Trump e sua malta supremacista lançaram mão da ideia Coringa: “*quando tudo estiver perdido, estabeleça o caos*”.

A democracia não é mais hegemônica no ocidente, se é que um dia foi. Nós, que vivemos bem ao sul da América, vimos congressistas confirmarem a eleição de Joe Biden ancorados nas armas. Os EUA adotaram o *modus operandis* aplicado nas republiquetas caribenhas e latino-americanas onde as armas costumam garantir a democracia. Foi trágico, cômico, patético! Confesso que sorri ao ver os congressistas, lívidos, reafirmando a vitória de Biden sob a ameaça das bombas de uma extrema direita chucra que se fantasia de bisão para defender seus interesses.

Estadunidenses sentiram na pele o que é ver seu sistema político derretendo pelo fogo do autoritarismo. Os Vargas, Peróns, Arbenzs, Jangos, Allendes, Dilmás, experimentam o agridoce sabor da vingança vendo o “*stupid white man*” tocando fogo em suas instituições democráticas. Enquanto via a escumalha supremacista arruinar seu capital democrático disse ao meu sofá: “*bem feito, pois eles invadem nossas instituições para fazer valer seus interesses*”.

Vi jornalistas e analistas dos EUA evitando falar em golpe de estado. Não existe, no inglês, uma palavra para designar o ato de se tomar, pela força das armas, o poder conquistado pelo voto – é que os EUA nunca tiveram um golpe de estado. Por isso, tomam emprestado do francês o “*coup d'état*” (sem acento, claro). Países que já viveram a experiência da usurpação autoritária do poder possuem expressões para isso. Na Alemanha e em países do leste europeu, por exemplo, golpe de estado é “*putsch*”. Como no Brasil a democracia é apenas uma fina camada sobre um espesso extrato de autoritarismo,

não precisamos pedir emprestado aos franceses o “*coup d'état*”.

Devia-se criar um termo, nos EUA, para o que pode vir a ser regra, já que os supremacistas não parecem dispostos a uma conversão democrática. Talvez possam usar o termo alemão numa referência ao “Putsch da Cervejaria” – a tentativa farsesca de golpe de estado do Partido Nazista em 1923. A ideia de assaltar o poder fracassou, mas foi a partir disso que o nazismo se fez conhecer até Hitler subir ao poder em 1933. O que Trump e seus bisões amestrados fizeram não difere tanto do putsch nazista. Na verdade, o fascismo precisa dessas ações teatralizadas para vir a público atestar suas reais intenções e arrecadar a simpatia popular.

A invasão do Capitólio pode ser o primeiro de uma série de atos nos quatros anos do governo Biden. Temos o efeito bumerangue das democracias burguesas, onde a liberdade pouco importa, a igualdade é um estorvo e a fraternidade uma farsa. Em eleições, os donos do capital se valem dos Trumps e Bolsonaros onde os votos dão a impressão de legitimidade política e social, porém o retorno é a fascistização das sociedades. Assim como Hitler, desmerecem o procedimento que os levou ao poder, pois não creem na democracia.

Desde que se convenceram de que perderiam as eleições, Trump e sua trupe lançaram dúvidas sobre a legalidade das eleições, pois precisavam de uma muleta que ancorasse a derradeira tentativa de ficar no poder. A ideia é que se as eleições foram fraudadas, o povo tem o direito de reagir. Para Bolsonaro isso tudo é um laboratório – ele já sabe o que fazer caso perca as eleições em 2022. Pouco importa que Trump seja cancelado nas redes sociais pelas *big techs*. Importa que o fascismo viceje, pois ele teve mais de 70 milhões de votos, na eleição de novembro, e Bolsonaro teve quase 50 milhões em 2018. Hitler revive nesses homens apoiados por milhões. Isso é o que importa!

Em 2016 o conglomerado golpista depôs Dilma Rousseff contando com a colaboração do Departamento de Estado, do FBI e da CIA estadunidenses. Os golpes civil-militar de 1964 e parlamentar\jurídico\midiático\militar\religioso de 2016 foram apoiados pelos EUA, mas os brasileiros golpistas agora defendem a democracia. Os EUA racionalizam os golpes que deram na América Latina como a “defesa da liberdade e da democracia”, mas a invasão do Congresso foi um

ato de “terroristas domésticos”, como disse Joe Biden. Não vi ninguém dizer que os EUA estão tendo o que merecem depois de tantos golpes de estados que já promoveram mundo afora. Pelo contrário, tomou-se para si as dores da democracia estadunidense.

Vi jornalistas e analistas políticos brasileiros admirados com a marcha lúgubre dos supremacistas em direção ao Capitólio. Qual a surpresa? O fascismo usa os procedimentos democráticos para ocupar o poder. Feito isso, age para desmontar o Estado de direito acabando com as garantias da lei e da ordem política e social. Bolsonaro só esteve próximo do procedimento democrático eleitoral para se tornar presidente. Feito isso, atuou e atua para desmontar os vestígios de democracia que ainda temos. Se amanhã ele marchar, junto com seus seguidores bovinos, para fechar o STF e/ou Congresso Nacional, quem há de se surpreender?

Em “Como as democracias morrem”, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt mostram como as democracias tradicionais vão se enfraquecendo, de modo legal ou não, até perecerem. Eles nos fazem pensar porquê as democracias sólidas se fragilizam ao ponto de deixarem-se dominar pelo fascismo e tratam da “crise do sistema político norte-americano – sobretudo a partir das ameaças trazidas pela ascensão de Donald Trump”. Outra questão é por que países renunciam a seus sistemas democráticos para viverem sobre o tacão das ditaduras. Por que brasileiros e estadunidenses aceitam ser (des)governados por homens como Bolsonaro e Trump? Essa é a questão para pensarmos, pois o “retrocesso democrático, hoje, começa nas urnas”.

CAPÍTULO II ENSAIOS

Pontos de vista e argumentos sobre
quando, como e porque decidimos
que não gostamos de democracia



ENTULHOS AUTORITÁRIOS NA DEMOCRACIA BRASILEIRA⁷

HÁ QUASE 20 ANOS ACONTECEM, REGULARMENTE, PROCESSOS ELEITORAIS que historicamente brasileiros, e latino-americanos, não foram acostumados a assistir e participar. Após as eleições presidenciais de 2002, com a consequente vitória de Lula, o discurso corrente é o de que a democracia brasileira está consolidada, pois fomos capazes de eleger um ex-metalúrgico, de esquerda, sem maiores sobressaltos e conflitos.

Este discurso foi fartamente feito na mídia e por vários políticos como Fernando Henrique Cardoso e o próprio Lula. Veja-se, como exemplo, que para FHC “ninguém põe mais em dúvida as instituições democráticas, pois está havendo uma verdadeira transição democrática”⁸. Mas, não é bem assim. É certo que sem eleição não se tem democracia, mesmo que ela não seja garantia única de democracia. Em que pese procedimentos e instituições como parlamento, judiciário, imprensa, voto, liberdade de expressão e de culto, amplo espectro partidário, etc, não somos uma democracia consolidada por dois motivos básicos.

O primeiro, óbvio, é que parte dos brasileiros não tem acesso aos meios para prover suas necessidades básicas (educação, saúde, moradia, alimentação), fazendo com que essa parcela da população não participe da vida política do país. Não temos uma democracia

7 Originalmente publicado em outubro de 2005 no www.paraibaonline.com.br

8 Entrevista concedida a Roberto Pompeu de Toledo, publicada na Revista Veja, edição de 20/11/2002.

substancial que permita a plena cidadania e amplas condições de igualdade. Aliás, no Brasil, não temos nem a igualdade aristotélica, que diz que ela deve existir apenas para os iguais. Nossa ideia de igualdade é a da monarquia, onde muitos são iguais na pobreza e poucos na nobreza.

O segundo motivo, objeto desse artigo, é que não temos uma democracia consolidada e sim um sistema político que mescla elementos da democracia liberal com o que chamo de entulhos autoritários, presentes nas mais variadas instituições políticas do país. O que temos no Brasil é uma democracia pela metade, onde se percebe resquícios pretorianos herdados de uma história republicana antidemocrática, em que grupos políticos e/ou econômicos (sempre ancorados\capitaneados pelas Forças Armadas) utilizaram golpes de força como *modus operandi* para chegar ao poder e nele permanecer.

Foi assim com a Proclamação (unilateral) da República em 1889, por um grupo de militares e civis positivistas; com o Tenentismo, a partir de 1922, que dá o tom de como seria a prática política dos militares em todo o século XX, e com o Movimento de 1930, que colocou Getúlio Vargas no poder; com a Intentona de 1935, quando a esquerda comunista tentou chegar ao poder através de um putsch, e com o golpe (fascista) do Estado Novo em 1937; com a Redemocratização em 1945, que apeou o mesmo Vargas do poder; e, finalmente, com o clássico Golpe Civil-Militar de 1964.

Devo, ainda, citar um exemplo sintomático de como a força é quase sempre o recurso preferido no Brasil. É o caso de quando o General Henrique Teixeira Lott deu o famoso “golpe preventivo” ou “golpe pela legalidade”. Lott golpeou as instituições para assegurar a posse do presidente, eleito, Juscelino Kubitschek já que a União Democrática Nacional (UDN), liderada por Carlos Lacerda, articulava uma saída de força para impedir que JK governasse. Nossa democracia era tão débil que precisa de sua antítese para poder sobreviver!

E já é hora de dizer que por consolidação democrática entendo não só a existência de amplas condições de igualdade econômica como a possibilidade de erradicação dos elementos ditatoriais que possam ameaçar o funcionamento democrático da sociedade e de suas instituições. Pode-se considerar que uma democracia está

consolidada quando relevantes atores político-sociais concordam em respeitar as regras democráticas procedurais e aceitam submeter seus interesses políticos as incertezas do jogo eleitoral. Será este o nosso caso? A realidade política brasileira nos diz que não, pois vemos atores políticos, em Brasília, querendo criar formas que possam permitir mudar o jogo político-eleitoral, do próximo ano, ainda nos momentos em que ele estiver sendo decidido.

É preciso provar a fragilidade da ideia, defendida por FHC, de que a operação de consolidar a democracia brasileira está completa já que protagonistas de uma ordem autoritária, os militares, se recolheram aos quartéis e o povo escolhe livremente seus representantes. Ato contínuo, um animado FHC afirma: “Hoje a liberdade e a democracia são como o oxigênio – você pensa que não tem importância porque tem em abundância”.⁹

Ledo engano! É justamente por não estarmos acostumados a viver numa democracia que temos enorme dificuldade de percebê-la em nosso entorno. Já dizia Sérgio Buarque de Holanda que a “democracia brasileira foi sempre um lamentável mal-entendido”. (HOLLANDA, 1995, p. 160). É que ele percebeu que experiências democráticas europeias chegavam ao Brasil e logo eram distorcidas pela cultura autoritária que nosso processo de formação nos legou.

A partir daqui elencarei entulhos presentes em nossa tosca democracia, mostrando como eles se originam da e na ditadura militar e, por fim, concluirei definindo uma questão: nossa democracia não está consolidada, posto que é tutelada por elementos autoritários, que ao não serem rompidos, pelo contrário mantidos, nos condena ao atraso político-social.

ENTULHOS AUTORITÁRIOS NA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ DE 1988

COM O FIM DA DITADURA MILITAR, E O INÍCIO DE UM PROCESSO DE democratização, era preciso remodelar as instituições para um novo período em que civis voltariam a governar o país e militares, pelo menos na teoria, retornariam aos quartéis, para lidar com suas funções técnicas, deixando a política sob responsabilidade dos civis.

9 Idem

Esse foi o expediente utilizado na Espanha, que teve suas instituições democráticas estralçadas, após enfrentar a ditadura do Generalíssimo Franco por 40 anos. Ao voltar à democracia, os espanhóis implantaram um efetivo controle dos civis sobre os militares. Os poderes e a sociedade civil conseguiram impor limites as Forças Armadas, fazendo com que estas se voltassem para a defesa do país contra ameaças externas. A transição democrática na Espanha foi bem sucedida, pois civis passaram a controlar os assuntos políticos e militares aceitaram os comandos democráticos sem maiores contes- tações. (ZAVERRUCHA, 1994).

É bom pontuar, concordando com Norberto Bobbio, que democracia política é a junção dos mecanismos, instituições e práticas associadas às formas de decidir políticas que interessem à sociedade. (BOBBIO, 2000). O filósofo italiano nos lembra que democracia política é, também, a prática e a norma que rege a vida dos partidos e organizações, do parlamento, dos governos e de setores como as Forças Armadas. Democracia, claro, são atitudes e práticas que marcam a relação entre as instituições e a sociedade civil. (BOBBIO, 2000). Esses mecanismos, normas e práticas são condições para que uma sociedade consolide sua democracia.

Em “Rumor de Sabres”, o cientista político Jorge Zaverucha afirma que a “consolidação de uma democracia depende da capacidade e do compromisso do governo e da sociedade civil em libertar-se das amarras criadas pelo poder militar durante o período ditatorial”. (ZAVERRUCHA, 1994, p. 16). O autor aprofunda a questão, discutindo as transições democráticas da Espanha, Argentina e Brasil, mostrando que o primeiro país tentou, e conseguiu, um efetivo controle dos civis sobre os militares; que o segundo só tentou e que o terceiro nem sequer isso. E Já é hora de perguntar: será que tentará? A julgar pela forma com que os governos (de Sarney a Lula, passando por FHC) tratam as Forças Armadas, penso que não existe uma política deliberada neste sentido.

O processo de liberalização política no Brasil (notem que proposi- tadamente não utilizo redemocratização, democratização ou transi- ção), efetivado em 1985 com a eleição de Tancredo Neves, ao con- trário do espanhol, é torto, pois não afastou do cenário nacional os

atores políticos do regime ditatorial que se tentava encerrar. Na verdade, o que tivemos foi um pacto entre as forças políticas, iniciado ainda em 1974, capitaneado por Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva. Efetivamente, tivemos um longo processo em que muito lentamente se foi inserindo alguns elementos do conceitual democrático nas instituições sem, no entanto, reformá-las e, principalmente, sem se mexer na espinha dorsal do regime ditatorial: o poder militar.

Os militares acusados de crime de tortura, contra presos políticos, não foram punidos; José Sarney (primeiro presidente desse período) pertenceu sempre aos partidos que davam sustentação ao regime militar – ARENA, PDS e PFL. Pelo contrário, os atores políticos egressos da ditadura foram “premiados” com cargos, mandatos e toda sorte de favores políticos e econômicos. Não é à toa que a expressão “*filhote da ditadura*” ficou célebre por denominar aqueles que mantinham um pé na extinta ditadura e outro na natimorta democracia.

Já que tínhamos uma “Nova República” era preciso ter uma nova constituição que exprimissem não os interesses de um governo autoritário e sim de um governo civil e democrático. Assim, a Constituição de 1988 é democrática na forma, pois os deputados constituintes foram eleitos e todos os seus artigos foram debatidos e votados nas Comissões e no Plenário, e autoritária no conteúdo, já que “velhos” personagens que, deveriam ter saído da cena política, se utilizaram de estratégias várias para garantirem que não teriam antigos interesses e privilégios contrariados e que, mesmo retirando-se do governo, permaneceriam com um altíssimo poder político de decisão. Ou, “teriam o bônus de estar no poder sem ter o ônus de ser governo”. (ZAVERUCHA, 1994, p. 173).

A expressiva participação de militares na confecção da Constituição demonstra bem isso. Ex-ministros do período militar (é o caso de Jarbas Passarinho) foram eleitos deputados e participaram da Comissão que discutia qual seria o papel das Forças Armadas nessa “nova” sociedade democrática. Urgia garantir que não seriam tratados, pelos governos civis, do mesmo modo que seus colegas espanhóis foram - julgados e condenados por crimes de tortura. Os militares brasileiros se inspiravam no caso do Chile, onde o General

Pinochet deixou o governo, mas não deixou o sistema político. Na primeira constituição, após a ditadura, ele garantiu para si um mandato vitalício de Senador da República, mantendo-se impune perante os crimes que cometeu enquanto era Presidente. (ZAVERUCHA, 1994). Vejamos, então, exemplos do latente autoritarismo de nossa Carta Magna.

O Capítulo II (Das Forças Armadas) no seu Artigo 142 é um caso raro no mundo inteiro em que militares ganham direitos constitucionais para intervirem na ordem política e social, ao invés de terem suas funções restritas à defesa do país contra ameaças externas. Vejamos o que diz seu texto:

“As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”.

O Parágrafo 1º desse artigo diz que caberá a uma Lei Complementar o estabelecimento das normas que regerão a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Não fica claro (e deveria) em que, e para que, as Forças Armadas serão empregadas, se interna (exercendo um papel de polícia) ou externamente, cuidando das fronteiras para prevenir ameaças vindas de fora. É por isso que tenho dificuldades em entender porque o Exército Brasileiro mantém mais efetivos em grandes cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Recife do que na vasta fronteira amazônica.

É temerário ter, em um país com uma história política autoritária como o nosso, um dispositivo que permite que um determinado poder solicite às Forças Armadas que garanta a lei e a ordem. Sendo os militares detentores do poder armado, não é tão difícil submeter outro poder (desarmado) a seus interesses, sejam eles corporativos ou de grupos econômicos nacionais e/ou internacionais.

Já no Capítulo III do Artigo 144, o Parágrafo 6º diz que “as Polícias Militares e corpos de bombeiros militares, (são) forças auxiliares e (de) reserva do Exército...”. Ora, se em tempos de paz deve caber ao Exército proteger as fronteiras da nação e às Polícias fazer a segurança pública, não seria aquele que deveria ser a força auxiliar dessas e assim mesmo só em casos de grave desordem ou calamidade pública?

Como na ditadura, e seguindo a lógica da Doutrina de Segurança Nacional (dos tempos da Guerra Fria) que dizia que o inimigo a se combater estava dentro do território nacional e não fora dele, aquilo que seria obrigação das polícias segue sendo dos militares em nossa combalida democracia. Deve ser por isso que, atualmente, cerca de quinze Secretarias de Segurança Pública (SSP) brasileiras são chefiadas por oficiais da reserva do Exército. (ZAVERRUCHA, 2005). A Constituição Cidadã (feita para ancorar uma democracia) manteve prerrogativas que os militares só poderiam ter em um período ditatorial. Legalmente falando, eles podem intervir na ordem pública se a considerarem em perigo. No limite, se interpretarem que ela está sendo ameaçada, podem até mesmo dar um golpe, “para defendê-la”, respaldados na Constituição.

Imaginemos que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) lance uma grande campanha para ocupar terras em todo o Brasil (inclusive a fazenda do Presidente da República, como de fato ocorreu) ou que haja uma explosão de greves de trabalhadores urbanos por todo o país e que, obviamente, a ordem política e social fique seriamente ameaçada. Poderão os militares intervir? Não só podem, como devem fazê-lo, já que este é, para eles, um dever constitucional.

É preciso lembrar que um preceito não tem que ser democrático para ser legal. Se assim o fosse, o Ato Institucional nº 5 (de Dezembro de 1968) poderia ser considerado democrático, já que foi institucionalizado pelos militares. Necessário, ainda, entender que a Constituição não define a forma da intervenção. Mas, pelos exemplos que temos em nossa história republicana, bem sabemos como ela pode se processar. Assim, é preciso questionar: se estamos em uma democracia, porque seguimos utilizando os mesmos instrumentos usados no tempo em que a força das armas sustentava o governo?

Outro exemplo desses entulhos autoritários é o uso desenfreado que os Presidentes da República, pós ditadura militar, fazem das Medidas Provisórias. Elas foram criadas em 1988 como uma concessão ao Presidente para enfrentar casos de “relevância” e “urgência”. Como estes conceitos são subjetivos e não foram definidos no texto que criou a lei, fica fácil, então, se usar este recurso para governar. Na medida em que se criam leis e elas entram em vigor por um prazo de 30 dias, podendo ser indefinidamente reeditadas se o Congresso não as apreciar, está-se passando por cima deste, como se fosse mera figura decorativa.

Lembre-mos que o Plano Real entrou em vigência na forma de uma MP e como tal permaneceu por cerca de três anos – a cada vencimento mensal o governo FHC a reeditava mudando apenas sua numeração e data. Agora mesmo, vemos o Governo Federal utilizando-se desse expediente para institucionalizar a chamada “superreceita”. Sabedor das dificuldades de aprovar este novo tributo pelas vias democráticas, o governo prefere fazer ele mesma o papel de legislador. Nada mais perigoso para nossa incipiente democracia! Nada mais ameaçador para uma sociedade que vê seu parlamento como um antro de marginais dedicados a gatunagem explícita para com o dinheiro público.

As MPs têm similares em várias democracias de todo o mundo, mas só são usadas como meios normativos extraordinários para emergências, guerras ou catástrofes naturais. Não é prática comum nas democracias europeias, por exemplo, transformar decreto-lei em instrumento para assegurar governabilidade.

As MPs não são democráticas por serem constitucionais, pois a legalidade de um preceito constitucional pode estar em desacordo com os princípios da democracia política. Ao lançar mão indiscriminadamente das MPs, os governos parecem querer nos fazer crer que o Congresso é dispensável, quando sem ele não há democracia política. Inclusive, temos que combater a ideia de que se pode viver sem o Congresso, pois ele deve existir para intermediar a relação sociedade/executivo. É este tipo de atitude que termina por privilegiar a ação de aventureiros como Alberto Fujimori. Refiro-me ao golpe dado pelo ex-presidente peruano, no começo dos anos 1990, que

fechou o Congresso após uma exaustiva prática de desvalorização de suas prerrogativas constitucionais.

No passado tínhamos os Atos Institucionais e os Decretos-Lei, hoje temos as MPs. É preciso questionar porque, nos dias atuais, ainda se mantém formas autoritárias de atuação política como esta, que permite o executivo legislar, fazendo o Presidente parecer o Poder Moderador dos tempos imperiais. Não gostaria de encerrar sem ao menos citar uns tantos outros entulhos presentes em nossa democracia.

A Lei de Segurança Nacional (instrumento coercitivo da ditadura militar) não foi ainda extinta. Quando o MST lançou, em 2002, o “Abril vermelho”, a União Democrática Ruralista (UDR) quis processar João Pedro Stédile, líder do MST, com base na LSN. As polícias estaduais, responsáveis pela segurança pública, são militarizadas, além de serem força auxiliar do Exército. Por isso mesmo, os serviços de informação das Polícias Militares estaduais integram os do Exército. A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) - civil - é controlada por um general da ativa e tem a função, dentre outras, de fiscalizar as atividades de parlamentares. Os Códigos Penais Militares são os mesmos da ditadura e as Forças Armadas fazem a segurança pessoal do Presidente e do Vice-Presidente. Tanto militares da ativa como inativos fazem parte do gabinete governamental. Civis podem ser julgados por tribunal militar federal, por crime comum ou político. No entanto, militares só podem ser julgados por tribunais militares, mesmo que tenham cometido crimes civis. Militares federais podem prender civis sem mandato judicial e sem flagrante delito nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar. O espaço aéreo, civil, e a Marinha Mercante são controlados por militares. As Forças Armadas podem vender propriedade militar sem prestar contas ao Tesouro Nacional. O Congresso Nacional não é consultado nos processos de promoção de oficiais-generais.

A intenção, aqui, foi demonstrar a ambiência política no Brasil atual com a perspectiva de demonstrar o quanto equivocados são os discursos que saúdam a sociedade brasileira, acreditando que esta consolidou sua democracia. Vivendo um dos momentos mais difíceis de nossa história política, justamente pela dificuldade de

perceber o quanto ainda temos que avançar no sentido de efetivarmos uma democracia em que aqueles que detêm as armas irão obedecer aos que não as tem e os atores políticos relevantes no cenário nacional não tentarão mudar as regras do jogo político enquanto ele estiver sendo jogado.

Não temos uma democracia substancial. Não somos uma democracia consolidada devido ao patrimonialismo (herdado de nosso passado colonial) instalado em nossa sociedade. O que temos, e isso é pouco, é uma democracia eleitoral que vive sendo ameaçada pela presença de todos estes entulhos autoritários. A questão a ser colocada é: o que é preciso fazer para que sociedade civil e instituições políticas estabeleçam um efetivo controle sobre os militares? Como proceder para que esses elementos pretorianos sejam retirados das instituições, para que se possa implantar uma cultura política democrática no Brasil?

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. São Paulo: Paz & Terra, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ZAVERUCHA, Jorge. Rumor de Sabres – Tutela Militar ou Controle Civil? São Paulo: Ática, 1994.

_____. FHC, Forças Armadas e Polícia – entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002). Rio de Janeiro: Record, 2005.

OS ESQUELETOS SE REMEXEM NO ARMÁRIO¹⁰

O GOVERNO FEDERAL LANÇOU COMPILAÇÃO COM CASOS DE MORTES e desaparecimentos durante o regime militar. O livro-relatório “O Direito à memória e à verdade – Comissão Especial sobre os Mortos e Desaparecidos Políticos” é um alentado volume de 500 páginas, com tiragem de 5.000 exemplares, que será distribuído entre ONGs, bibliotecas públicas e órgãos oficiais.¹¹

Como as polêmicas sobre a ditadura militar estão longe de ter fim, publicações neste sentido devem ser louvadas posto que possam contribuir para que esclarecimentos sejam feitos. Mas, advirto desde já, nada é simples ou natural quando o assunto é o nosso passado autoritário. Os mortos e desaparecidos da ditadura militar ressurgem como renitentes espectros a nos lembrar que nosso processo de transição para a democracia está inacabado.

Livros como este já foram lançados – vide os relatórios publicados, na década de 1980, sob o título “Projeto Brasil: Nunca Mais”. Importa, também, livros escritos por ex-militantes, onde as torturas sofridas são fartamente relatadas, como “Combate nas Trevas” de Jacob Gorender; “Tirando o Capuz” de Álvaro Caldas; “Viagem a Luta Armada” e “Nas Trilhas da ALN” de Carlos Eugênio Paz; “O que é isso, companheiro?” de Fernando Gabeira; “Mulheres que foram à

10 Originalmente publicado em novembro de 2007 no www.paraibaonline.com.br

11 O livro foi organizado pela Secretaria Especial dos Direitos Humana (SEDH) da Presidência da República e pormenoriza processos sobre mais de 400 desaparecidos políticos.

Luta Armada” de Luiz Maklouf; “Batismo de Sangue” de Frei Betto; etc. Digno, ainda, de nota, pela qualidade das informações e análises apresentadas, é a série “As ilusões armadas”, em cinco volumes, do jornalista Elio Gaspari onde, por exemplo, fica comprovado que Ernesto Geisel não só sabia do que acontecia nos bastidores dos órgãos de repressão, como apoiava as ações de tortura e assassinato.

Porque logo este livro, então, seria tão importante? Sendo do Governo Federal, é um documento oficial que declara sem tergiversar que adversários do regime militar foram torturados e que muitos morreram através desse expediente abominável. É o Estado reconhecendo que forças da repressão cometeram crimes como tortura, assassinato e ocultação de cadáveres. As versões apuradas pela Comissão Especial sobre os Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) foram postas no livro e ganharam status de versão oficial. No livro, afirma-se: “Não poderiam seguir coexistindo versões colidentes com a de inúmeros comunicados farsantes sobre fugas, atropelamentos e suicídios, emitidos naqueles tempos sombrios pelos órgãos de segurança, e a dos autores das denúncias sobre violação de direitos humanos”. (SEDH, 2007, p. 29)

Tacitamente, o livro afirma que se instalou um “terror de Estado” no Brasil e sugere que as Forças Armadas deem explicações com base no argumento de que a maioria das mortes de militantes se deu em dependências militares e que os depoimentos tomados não foram suficientes para localizar corpos de vítimas. (SEDH, 2007). Outro ponto sensível é que os autores instigam a criação de uma instância administrativa que se destine a interrogar pessoas envolvidas nos episódios.

Na solenidade de lançamento do livro, o Presidente Lula disse que a não localização dos corpos dos desaparecidos “é uma ferida que permanece aberta (...) familiares têm direito de reivindicarem os corpos de seus entes para enterrá-los (...) é esse direito que queremos resgatar sem rancor, sem revanchismo de qualquer ordem”.¹² Por isso mesmo, não se imagine que o livro propõe radicalizar. Logo na apresentação pode-se ler que “nenhum espírito de revanchismo será

12 “Lula promete a famílias que comissão vai ouvir militares”. Folha de São Paulo, 30 de agosto de 2007.

capaz de seduzir o espírito nacional, assim como o silêncio e a omissão não funcionarão como barreira para a superação de um passado que ninguém quer de volta”. (SEDH, 2007, p. 15)

É nítido que não existe a perspectiva de passar a limpo a ditadura militar – ou seja, de complementar o inacabado processo de transição iniciado com a instituição da Lei da Anistia em 1979. Não existe sequer o desejo de se efetivar o processo, lento é bem verdade, que vem sendo trilhado pela justiça argentina que, recentemente, condenou o padre Christian Federico Von Wernich à prisão perpétua por vários crimes cometidos entre 1976 e 1983.¹³ Já no mandato de Raúl Alfonsín, primeiro presidente civil pós-ditadura, os comandantes de quatro juntas militares que governaram o país foram julgados e condenados. Carlos Menen, mais flexível aos interesses castrenses, os indultou. Mas, em 2005, no governo Néstor Kirchner, os processos e julgamentos, contra integrantes do regime militar, foram retomados.

Como se quisesse compartilhar possíveis e futuras responsabilidades, o presidente Lula lembrou que a CEMDP foi instituída no governo de FHC. Foi sobre a coordenação do então secretário de Direitos Humanos, José Gregori, e de Nelson Jobim (na época ministro da Justiça, hoje da Defesa) que o governo editou, em 1995, um decreto (que logo virou a Lei 9.140/95) que criava a CEMDP.¹⁴ A justificativa era a necessidade de reconhecer formalmente casos de mortes e desaparecimentos, pelas mãos dos órgãos de repressão, aprovar a reparação indenizatória e buscar a localização de corpos para que fossem entregues às famílias. No governo Lula, a lei teve a sua abrangência ampliada e a análise de quase todos os casos apresentados foi concluída.

A CEMDP é formada por membros do governo, das Forças Armadas, do Ministério Público Federal, da Câmara dos Deputados e por representantes dos familiares dos mortos e desaparecidos. Julgou 339 casos e indenizou 221 - além dos 136 que já constavam em um anexo da Lei 9.140/95. Desses 136 casos, 118 foram indeferidos. Todo

13 “Argentina condena padre por crimes na ditadura”. Folha de São Paulo, 10 de outubro de 2007.

14 Sobre a Lei 9.140\95 ver <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1995/lei-9140-4-dezembro-1995-348760-normaatualizada-pl.html>

o processo de levantamento das informações foi feito com base em depoimentos prestados por ex-presos políticos e por agentes do Estado, envolvidos com a repressão, além dos poucos documentos já abertos a consulta.¹⁵

No entanto, mais urgente e relevante, do que o livro, é a abertura dos arquivos oficiais do período da ditadura militar. Pois, nenhum livro será plenamente crível se não apresentar todas as informações alocadas nos arquivos ainda fechados à consulta. O que se espera é que o presidente edite um decreto que ponha fim ao sigilo eterno, que é a possibilidade de manter, indefinidamente, em segredo documentos considerados ultrassecretos. Não é à toa que o Grupo Tortura Nunca Mais considerou o livro “um passo ainda pequeno para a elucidação de fatos ocorridos no regime militar”.¹⁶

Sabe-se que Lula encarregou a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, de encaminhar a criação de um Centro de Documentação sobre a repressão. Obviamente, este Centro só será política e socialmente relevante se puder contar, em seu acervo, com a documentação que pertencia ao extinto Serviço Nacional de Informação (SNI) e com documentos espalhados pelos arquivos do Exército e alhures. É paradoxal a atitude de um governo que, se por um lado lança um livro deste quilate, por outro, não provoca a abertura dos arquivos militares. Dando uma no cravo e outra na ferradura, parece pretender agradar a todos indistintamente e/ou não desagradar aos militares que mantiveram, em todos os governos pós-ditadura, aquelas prerrogativas que dispunham ainda no período militar.

Sobre a memória documentada da ditadura, a questão é complexa. Em dezembro de 2002, faltando poucos dias para Lula ser empossado, FHC alterou a legislação sobre o acesso público a documentos oficiais. Ampliou para 50 anos o prazo de divulgação de documentos ultrassecretos e oficializou o sigilo eterno, possibilitando, ainda, que uma Comissão Interministerial (CI) renovasse o prazo de confidencialidade sem restrições de tempo – um claro e absurdo retrocesso político.

15 Informações coletadas no site da CEMDP – www.cemdp.mdh.gov.br

16 “Tortura Nunca Mais elogia livro com ressalvas”. Folha de São Paulo, 28 de agosto de 2007.

Ainda no seu primeiro mandato, Lula alterou a lei, mas manteve sua essência autoritária. Reduziu o prazo de divulgação dos documentos ultrassecreto de 50 para 30 anos, mas prevendo uma renovação por mais 30. Manteve, também, a tal CI para manter o sigilo, dentro do prazo total de 60 anos, dos documentos que possam via a ameaçar “a soberania, a integridade do território nacional ou as relações internacionais do país”. Na prática, acrescentou-se 10 anos ao meio século imposto por FHC. Enfim, sob um verniz democrático, existe uma espessa camada pretoriana que dificulta sobremaneira a sociedade civil de ter acesso às informações.

Causa estranheza a iniciativa de FHC, corroborada por Lula, de manter fechada parte considerável desses arquivos para consulta pública. Porque FHC e Lula, que concordam que a democracia brasileira está consolidada, não sentiram segurança em abri-los? Se não sofremos mais ameaças de um revés autoritário, se a ditadura é mesmo uma coisa do passado, então só resta abrir os arquivos oficiais do período da ditadura militar. Só assim, o desejo manifestado no discurso presidencial poderá virar fato. Uma boa forma de entender os meandros da problemática, acerca dos arquivos da ditadura, é continuar fazendo o histórico dessa questão.

Em 2003, a juíza federal Solange Salgado deferiu sentença autorizando a quebra dos sigilos documentais e a intimação dos “agentes militares ainda vivos que tenham participado das operações”. Inclusive, em setembro passado, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) manteve integralmente essa sentença. Criou-se, assim, a possibilidade de serem ouvidos militares de todas as patentes ativos e inativos. Óbvio, os militares ficaram revoltados e revidaram.

Pressionado pela caserna, o governo recorreu dessa sentença, através da Advocacia Geral da União (AGU), argumentando que ela rompia limites “ao determinar a abertura indiscriminada de todos os arquivos sigilosos” e ao impor pagamento de multa diária em caso de desobediência. A AGU não se esqueceu de tentar amenizar possíveis consequências e justificou que estava recorrendo pelo fato de “as Forças Armadas e o poder civil estarem plenamente integrados na garantia da ordem pública”. Uma justificativa esdrúxula, já que isto não anula os fatos ocorridos durante a ditadura militar.

Em 2004, o Vice-presidente e então ministro da Defesa, José Alencar, disse que o governo, por não temer reações à abertura dos arquivos, não deveria recorrer. Mas, o executivo federal apelou atestando que tinha, sim, seus temores. Então, o Tribunal Regional Federal (TRF) do Rio de Janeiro deu um passo significativo ao julgar o recurso da AGU e decidir que ministros e comandantes das Forças Armadas deveriam comparecer a audiências, sob pena de serem presos, e que se deveria iniciar a abertura dos arquivos.

Mas, um passo atrás, ministros e autoridades militares obtiveram salvo-conduto no Supremo Tribunal Federal (STF), para não irem às audiências, e o STJ derrubou a decisão do TRF/RJ, apelando para um expediente meramente burocrático – o de que a sentença tem que ser executada pela Justiça de primeiro grau e não por um tribunal federal. E assim, o pêndulo do processo democrático brasileiro continuou a movimentar-se: ora para o lado da manutenção de segredos que não podem (ou não devem) ser revelados, ora para o lado das tentativas de gerar fatos que contribuam para que o processo de transição democrático, iniciado no começo da década de 19, finalmente se complete.

É preciso entender que esse estado de coisas, e o próprio regime militar, são obstáculos à melhoria das relações entre civis e militares no Brasil. Celso Castro, pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), conduziu uma pesquisa instigante. Ele consultou vários estudiosos sobre relações civil-militar no Brasil e 88% dos entrevistados concordaram com a seguinte assertiva: “militares devem explicações e desculpas públicas por atos praticados durante regime militar”.

Castro levantou, no CNPq, 46 doutores que estudam as Forças Armadas (desses, 39 responderam a seu questionário). Isso aponta a relevância desse tipo estudo, mesmo que 61% dos entrevistados tenham dito que essa temática é vista com desconfiança nas universidades. Em que pese 74% dos entrevistados terem dito que as relações civil-militar melhoraram nos últimos dez anos, 72% garantiram que os militares se consideram superiores aos civis, o que só dificulta o trato das questões relativas à ditadura militar.

Maria Celina D'Araújo, também pesquisadora do CPDOC/FGV, ao discutir os “modelos institucionais” das Forças Armadas, demonstra que existem “três grandes matrizes” norteadoras do comportamento dos militares: o positivismo, a ideia das Forças Armadas como um “lugar de saber”; o corporativismo; e o papel da caserna como um espaço de discussão política. Após a ditadura militar, com a chamada profissionalização dos militares, sobreviveu fortemente o corporativismo. O que explica a insistência da Aeronáutica em manter o controle sobre o tráfego aéreo; o fato de a Justiça Militar continuar intacta, com as mesmas funções e prerrogativas da época da ditadura; a forte intervenção do Exército nas questões de segurança pública; etc.

Voltando a tratar da solenidade de lançamento do livro, devo pontuar as presenças e as ausências. Ela foi marcada pela emoção dos parentes das vítimas e pela presença de ministros que foram perseguidos na ditadura, como Dilma Roussef e Tarso Genro. Um momento que demonstrou que as feridas não cicatrizaram, foi quando Elzita Santa Cruz (uma senhora de 94 anos) pediu, chorando, a Lula que lhe permita enterrar seu filho, desaparecido desde 1974.

Mas, as ausências foram bem mais significativas do que as presenças. Sintomaticamente, comandantes do Exército (General Enzo M. Peri), da Marinha (Almirante Júlio Soares de M. Neto) e da Aeronáutica (Brigadeiro Juniti Saito) não compareceram. Eles foram convidados pela própria presidência da República, ou seja, deixaram de atender a um convite de seu Comandante-em-Chefe. Óbvio, a ausência foi uma das maneiras que o alto comando castrense encontrou para demonstrar o quanto os meios militares ficaram irritados, não só com o livro, mas com o fato do governo ter assumido oficialmente os atos ilícitos por eles cometidos e jamais avocados.

Sugestivo foi o discurso de Nelson Jobim que, fitando o Presidente, afirmou como se estivesse enviando aos notórios ausentes uma mensagem: “Afirmo que estamos em um processo efetivo de conciliação e que as Forças Armadas brasileiras recebem este ato como absolutamente natural. Não haverá indivíduo que possa a isto reagir e, se houver, terá resposta”.

Foi vexaminoso ver Jobim tentando enquadrar as Forças

Armadas. Não tanto pelo discurso em si, mas pelas previsíveis consequências. Primeiro, os comandantes militares não se pronunciariam. Em seguida, consideraram o discurso uma “ameaça e uma afronta desnecessária” (e que) “não havia necessidade do tom agressivo, pois a solenidade em si já era um ataque”. Por fim, o Comando do Exército declarou que “todo fato histórico tem diferentes interpretações” e que a “eventual revisão da Lei da Anistia representaria um retrocesso no atual momento”. E, no costumeiro tom ameaçador, arrematou: “Não há Exércitos distintos. Ao longo da história, temos sido sempre o mesmo Exército de Caxias”.

Ou seja, apelando para o espírito corporativo, o que se quis demonstrar é que o mesmo Exército que lastreava a ditadura é o que assegura a democracia e, portanto, não faz sentido punir este pelos crimes cometidos por aquele. E, o que é grave, se referiu ao calcanhar de Aquiles do processo de transição: a Lei da Anistia, que atingiu a todos indistintamente. Se isto vai ou não criar constrangimentos nas relações de Jobim com os oficiais não é a questão. Resta saber o nível da gravidade desses constrangimentos e se eles podem vir a contribuir para que o ministro da defesa seja “convidado” a sair do cargo pelas imposições castrenses, como foi possível ver nos casos dos ex-ministros José Viegas e Valdir Pires.

Em um movimento pendular, que ora cobra responsabilidades, ora afaga, e tentando não ferir as suscetibilidades castrenses, Lula afirmou que os comandantes militares não são responsáveis por atos praticados na ditadura e diplomaticamente pediu (não seria o caso de ordenar?) que caso ainda houvesse arquivos em dependências militares que estes sejam entregues ao governo.

A CEMDP afirma que, em 1993, o Ministério da Justiça recebeu relatórios das Forças Armadas tratando de mortos e desaparecidos e defendeu que os autores desses relatórios devem prestar depoimentos. Em março deste ano, um relatório da CI registrou que as Forças Armadas informaram “ter destruído, com base na legislação, todos os documentos das operações militares”. Mas, que legislação seria essa que autoriza a destruição de documentos se existe a lei do sigilo eterno? É temerária a demora para se abrir os arquivos, pois além dos efeitos destrutivos que só o tempo pode provocar, existem os

efeitos causados pelo fogo criminoso, como foi possível ver no episódio dos documentos, encontrados nas dependências de uma base aérea da Bahia em 2004, semi destruídos pelo fogo comprovadamente intencional.

Ainda dentro da lógica de cobranças, seguidas de afagos, o Secretário Nacional de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, afirmou que não aceitaria a informação de que arquivos foram queimados. Mas, no lançamento do livro, declarou que as Forças Armadas contribuem hoje significativamente na defesa dos direitos humanos, como se não fosse ele próprio que estivesse à frente das cobranças feitas no livro.

As reclamações do Alto Comando das Forças Armadas são tamanhas. Afirmam que o livro é extemporâneo e que não traz nenhum dado novo. Consideram um acinte o seu lançamento e o fato de ser assumido como documento oficial. Apontam como falha central o fato de só considerar a versão de uma das partes envolvidas. Acusam que a única intenção dos seus autores é fomentar a “indústria da indenização de criminosos políticos”.

Tentando minimizar as consequências de todo esse imbróglio, o governo enviou recentemente ao Congresso Nacional uma proposta para o orçamento de 2008 que aumenta de R\$ 6,5 bilhões para R\$ 10 bilhões os gastos com defesa. Quer agradar os militares naquilo que lhes é mais caro, além das questões salariais, óbvio. Mas, pelo visto, o gesto não serviu para acalmar os militares que retaliaram numa outra questão sensível. O Clube Militar do Rio de Janeiro entrou com um pedido de liminar no TRF/RJ para caçar a promoção do ex-guerrilheiro Carlos Lamarca e a pensão para a sua viúva. O TRF/RJ acatou o pedido e suspendeu a decisão da CEMDP que promoveu Lamarca de capitão a coronel do Exército, concedendo à sua viúva pagamento de vencimentos no valor de R\$ 12.152,61 (o mesmo que recebe um general-de-brigada) e uma indenização de quase cem mil reais.

Para os militares, Lamarca não passa de um desertor criminoso e não mereceria nenhuma honra militar. E a juíza responsável pelo parecer final afirmou que Lamarca não tem direito aos benefícios porque desertou da unidade do Exército onde servia e que “não foi atingido por atos de exceção consubstanciados em atos institucionais

ou complementares”. Note-se que o mesmo TRF-RJ que acatou a liminar é o que, em 2004, julgou o recurso da AGU como já demonstrado. A que se cuidar, ainda, de mais uma questão espinhosa. O problema da Lei de Anistia, pois, no lançamento do livro, membros do governo negavam de forma veemente que haveria algum tipo de revanchismo na iniciativa. Mas, a pretensão exata do governo não ficou clara.

Lançar um livro que aponta sem evasivas e subterfúgios as culpas dos militares, afirmando que “crimes contra a humanidade foram cometidos”, significa exatamente o quê? Que militares responsáveis por torturas e desaparecimentos de presos políticos devem ir a julgamento? Se este raciocínio é correto, poderá, em oposição, a caserna reivindicar que as ações da guerrilha (assaltos a bancos, assassinatos, sequestros, roubos, etc) sejam igualmente tipificadas como crime e seus patrocinadores tenham que ir para o banco dos réus?

A Lei da Anistia de 1979 foi uma garantia que os militares tiveram para aceitar deixar o governo ordeiramente. O processo de liberalização, que nos levou de uma ditadura militar até a Nova República, dependeu disso. A questão não é se deve ou não remexer nos segredos do período militar, deixando que os esqueletos sem identificação saiam dos armários, mas se o governo e a sociedade civil estão dispostos a enfrentar o ônus de entrar em rota de colisão com aqueles que têm seus bons motivos para querer que segredos e sigilos continuem bem guardados.

REFERÊNCIAS

ROTTA, Vera. Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. Rio de Janeiro: Acervo, v. 21, nº 2, p. 193-200, jul/dez 2008.

Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH). Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

DITADURAS DITAM, NÃO PEDEM¹⁷

EMÍLIO E AUGUSTO, PRESIDENTES QUANDO DITADURAS ERAM COMUNS na América Latina, conversavam quando aquele perguntou a este se seria capaz de torturar, matar e ocultar o corpo de um dissidente político para calar a oposição e permanecer no poder. Augusto não titubeou e assentiu. Emílio, então, indagou se ele faria o mesmo com 30.000 pessoas. Augusto, indignado, retrucou: “O que você pensa que sou?” Emílio retorquiu: “Já está bem claro o que somos, vamos nos deter em métodos e quantidades”.

Certo, o diálogo é surreal, como estranho é discutir se houve ditaduras brandas e regimes duros! Com premissas equivocadas, termos diferentes se equipararam. Se tivemos um governo constitucional deposto; se se cassou mandatos e o parlamento e o judiciário foram subjugados; se o governo ditava Atos Institucionais e decretos-lei; se partidos foram extintos; se não havia liberdade de imprensa, associação e expressão; se pessoas eram pressas, torturadas e mortas ... Então, por favor, não tergiversemos! O Brasil, entre 1964 e 1985, viveu uma DITADURA.

Até criou-se o neologismo “*ditabranda*”. Stanislaw Ponte-Preta, se vivo, teria mais uma para seu o seu Festival de Besteiras que Assola o País - FEBEAPÁ. Importa discutir se a ditadura foi mais ou menos branda? Só se é ditatorial a partir de certo número de mortes provocadas? Pode-se aniquilar opositores e seguir democrático? Importa os prejuízos sentidos até hoje, não se a dita foi branda ou dura.

É factível classificar o regime militar brasileiro pelas fases em que

17 Originalmente publicado em março de 2009 no www.paraibaonline.com.br

os militares, divididos grosso modo entre “linha dura” e “moderados”, revezaram-se no poder. Mas, o comedido Geisel defendia aniquilar opositores para manter, literalmente, a ordem e o progresso. Em “*A ditadura derrotada*”, Elio Gaspari reproduz um diálogo entre Geisel e seu ministro Dale Coutinho que dizia que as coisas só melhoraram quando começaram a matar. E Geisel, que comandou a liberalização do regime e dizia-se contra a tortura, emendava: “*Esse troço de matar é uma barbaridade, mas acho que tem que ser*”. Seu interlocutor seguia o raciocínio: “*Eu fui obrigado a tratar esse problema em São Paulo e tive que matar*”. Esses eram os da “*ditabrandia*”! Imagine-se o que não diriam e fariam os da ditadura. Como se vê o dilema é falso! Vamos, então, ao que realmente interessa.

É preciso falar da recorrência do tema ditadura militar 24 anos após o seu fim. Tratamos o golpe de 1964, o regime autoritário e suas consequências como se estivéssemos em 1985. É sempre bom lembrar que golpes de Estado são o que são, pois consistem em desmontar instituições democráticas e/ou submetê-las a interesses pouco republicanos. Qual o problema? Nosso passivo pretoriano não foi contabilizado ao contrário, por exemplo, da Espanha que impôs um controle civil sobre os militares após a ditadura franquista. Temos uma agenda de trabalho a cumprir: a Lei da Anistia deve ser revista; os que, a serviço do Estado, torturaram e/ou mataram devem ser punidos; e os arquivos do antigo Serviço Nacional de Informação (SNI) precisam ser definitivamente postos à disposição de quem quer que seja.

O Ministro Gilmar Mendes, reverberando outras vozes, afirmou que revisar a Lei da Anistia traz instabilidade ao Estado de Direito. Ora, não seria investigando os crimes de tortura e morte, e punindo culpados, que asseguraríamos o Estado de Direito e a democracia? Nossas fragilidades impedem uma varredura nos atos do regime militar. Comparativamente, democracias eleitorais como a nossa reviram suas ditaduras e em nenhuma delas se viu a derrocada do Estado de Direito.

Na Argentina, a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas investigou os crimes da ditadura. Membros das quatro juntas militares, que presidiram o país entre 1976 e 1983, foram julgados

e até condenados. A Marinha admitiu que sequestrou, torturou e assassinou cidadãos. Houve até instabilidade institucional, mas não quebra do Estado de Direito. No governo de Nestor Kirchner, com orientação política próxima a do Presidente Lula, viu-se 800 processos reabertos, 534 pessoas processadas e 378 presas. Agora, dois ex-oficiais do Exército foram condenados à prisão perpétua, acusados de terem sequestrado e torturado três pessoas, além de fazerem seus corpos desaparecerem. Note-se que os poderes executivo e judiciário pelejaram sobre a forma dos julgamentos, mas isso não impediu o andamento de investigações e processos. Também não houve agitações nos quartéis e muito menos quebra do Estado de Direito.

Nos seus sete anos, a ditadura argentina matou 30.000 pessoas. Nos Brasil, foram 635 mortos em 21 anos. Os militares de lá têm bem mais coisas a esconder, mas isso não dificulta o empenho dos argentinos em resolver seu passivo autoritário. Os julgamentos dos militares portenhos se dão na justiça federal, utilizando-se o código penal. No Brasil, os militares continuam a ter a Justiça Militar como foro, i.e., são julgados pelos seus pares. Como se vê a questão não se restringe a quantidades, e sim a substância que se quer que a democracia tenha.

No Uruguai o parlamento revogou a lei que anistiou militares torturadores. No Chile, a Comissão de Verdade e Reconciliação revolveu a ditadura Pinochet e o Exército e a Marinha admitiram que haviam torturado presos políticos. O Chile tem, hoje, uma das menos frágeis democracias de toda América Latina. Em El Salvador, a Comissão da Verdade levou o Exército a se responsabilizar pelo massacre de El Mozote e na Guatemala uma Comissão de Esclarecimento Histórico responsabilizou militares pelo genocídio contra comunidades indígenas. Nem por isso, estes dois países voltaram ao autoritarismo, mesmo que suas democracias estejam longe de serem modelares para o mundo.

Em geral, os que participaram e/ou se beneficiaram das ditaduras são os mesmo que se opõem às investigações. Tal qual Gilmar Mendes, são os que falam nas tais ameaças ao Estado de Direito. Na Argentina e no Chile só se propôs reconciliação (não esquecimento) quando os fatos foram admitidos e os culpados começaram a ser

punidos. É só assim que o Estado de Direito pode se sobrepor ao “direito” da força. No Brasil, o que se pretende é um projeto de olvidamento nacional.

Após o julgamento de Nuremberg, tentou-se ocultar as atrocidades nazistas. O que fez Hannah Arendt afirmar que “Os alemães vivem da mentira e da estupidez”. Foi só quando parou de dissimular suas culpas que a Alemanha conseguiu passar a limpo seu pretérito totalitário. Hoje, ela não é mais responsabilizada pelo que houve mesmo que os museus sobre o holocausto existam para que ninguém esqueça. Como afirmava Walter Benjamin, não se passa borracha na história. Tentativas de fazê-lo resultam em atrocidade intelectual, maculada de falsidade e mentira.

Não rever a Lei de Anistia, isentando de punição os que, a serviço do Estado ditatorial, cometeram crimes de tortura, morte e ocultação de cadáver é uma forma de “apagar” a história. Os crimes são imprescritíveis e passíveis de penalidades, independente de quantidades. Pouco importa que tenham sido 635 mortos no Brasil, contra 30.000 na Argentina e 3.200 no Chile. Tivéssemos uma única morte e ainda assim teríamos que apurá-la até o fim sob pena de continuarmos, geração após geração, a sermos responsabilizados pelo nosso passado pretoriano. Reconciliação, aqui, significa remexer o passado em busca de paz no presente.

O que importa é que o Estado usou seu poder de coerção para aniquilar pessoas. Disso, não se pode duvidar. Se soubermos em que circunstâncias essas coisas aconteceram, poderemos, então, aceitar que a ditadura pertence ao passado. Adianta pouco pagarmos polpudas quantias, a título de indenização às famílias das vítimas, se vamos continuar tentando impedir que a verdade venha à tona. Muito já se ouviu que melhor é não reabrir as feridas. Tivessem elas cicatrizadas e o golpe de 1964 seria “apenas” uma data histórica. Como o processo de transição da ditadura para a democracia foi (está) incompleto, os mortos e desaparecidos do regime militar ressurgem como renitentes espectros.

O Supremo Tribunal Federal (STF) foi instado a se posicionar sobre os limites da Lei da Anistia, i.e., quem ela perdoou e o que acontecerá com quem ela não absolveu. A Advocacia Geral da União

(AGU) afirma que “estão perdoados os crimes de tortura cometidos durante a ditadura”. Bem ao gosto de setores do governo, aferrou-se a tese de que a Anistia é “ampla, geral e irrestrita”. E vai adiante, defendendo que os delitos cometidos durante a ditadura prescreveram e que, concordando com Gilmar Mendes, punir torturadores traria insegurança jurídica ao país. A AGU parece temer que os acusados não aceitem passivamente serem julgados.

Na raiz do problema está o fato de que na transição, da ditadura para a Nova República, estimulou-se a distorção de conceitos da lei, de que se queria ocultar crimes e manter a impunidade. Como o último governo militar, que encaminhou a lei da Anistia ao Congresso, não reconhecia a prática de delitos como a tortura, então eles não se encontram na gênese da Lei da Anistia. O governo está dividido e isso traz insegurança. De um lado, pela punição, estão Tarso Genro e Paulo Vannuchi. Do outro, Nelson Jobim, porta voz da caserna, diz que a anistia é fruto de uma negociação entre sociedade civil e regime militar. Jobim lembra um pacto para não haver revanchismos de ambos os lados, onde o lema era esquecimento, e que só assim foi possível a democracia.

Para a AGU as convenções e tratados internacionais, dos quais o Brasil é signatário, que têm a tortura como imprescritível subordinam-se à Constituição Federal, i.e., não interessa posições assumidas no passado se elas estão em desacordo com leis atuais. A AGU defende a União no processo aberto pelo Ministério Público Federal para punir os militares reformados Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Maciel por tortura, morte e ocultação de 64 cadáveres durante a ditadura. E assume a defesa deles alegando que a anistia é factual e impessoal – não podendo ser personalizada.

No governo, os favoráveis a punição são minoria. A eles se junta a ministra Dilma Rousseff, por ser ex-presca política. Mudará de opinião quando estiver em campanha? Com a AGU e o Ministro da Defesa estão a Controladoria Geral da União e o Itamaraty. E, óbvio, o presidente Lula que, por atos, deu provas que concorda com Jobim, portanto, com os militares.

Dilma afirma que na Lei de Anistia não foram contemplados os agentes que, durante a ditadura, cometeram lesão corporal, estupro,

homicídio, ocultação de cadáver e tortura. Jobim diz que não dá para responsabilizar pessoas pelos delitos. Quer passar uma borracha na história, pois (SIC) *“nem a repulsa que nos merece a tortura impede reconhecer que toda amplitude que for emprestada ao esquecimento penal desse período negro da nossa história poderá contribuir para o desarmamento geral, desejável como passo adiante no caminho da democracia”*.

A União é ré na questão da abertura dos arquivos da ditadura. Já foi sentenciada a tornar público documentos do período. Mas, a questão é complexa. Faltando poucos dias para Lula ser empossado, FHC alterou a legislação sobre o acesso público a documentos oficiais. Ampliou para 50 anos o prazo de divulgação de documentos ultrassecretos e oficializou o sigilo eterno, possibilitando, ainda, que uma Comissão Interministerial (CI) renovasse o prazo de confidencialidade sem restrições de tempo – um claro e absurdo retrocesso político.

Lula alterou a lei, mas manteve sua essência autoritária. Reduziu o prazo de divulgação dos documentos ultrassecreto de 50 para 30 anos, mas prevendo uma renovação por mais 30. Manteve a CI e o sigilo de documentos que possam ameaçar a soberania nacional. Numa palavra, ao ½ século imposto por FHC, acresceu mais 10 anos. Sob um verniz democrático, temos uma espessa camada pretoriana que impede a sociedade civil de ter acesso às informações. Porque FHC e Lula, que concordam que nossa democracia está consolidada, não caminharam no mesmo sentido da Argentina, por exemplo? Se não temos mais ameaças de um revés autoritário só nos resta abrir os arquivos da ditadura e revolver nosso passado autoritário.

VIVANDEIRAS QUEREM GOLPE PARA SALVAR A DEMOCRACIA¹⁸

EM JUNHO DE 1950, NUMA ENTREVISTA AO JORNAL PAULISTA “FOLHA da Noite”, Getúlio Vargas disse: “*Conheço meu povo, tenho certeza de que serei eleito. Mas, sei que não chegarei ao fim do meu governo. Se não me matarem, não sei até onde meus nervos aguentarão, mas não tolerarei humilhações*”. Tirante o tom messiânico, o sentimentalismo populista e a extorsão emocional próprios de Vargas, temos a resposta do então candidato a presidente a um editorial do jornalista Carlos Lacerda publicado no Jornal carioca “A Tribuna da Imprensa”. O artigo é o suprassumo do autoritarismo. Dizia “O Corvo”, alcunha que uns usavam para denegrir Lacerda e outros para destacar sua sagacidade política, que: “*O Sr. Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar*”. Inclementemente simples.

No Brasil era assim: onde houvesse a palavra revolução logo se lia golpe, assalto ao poder, intervenção militar. Carlos Lacerda liderava a União Democrática Nacional (UDN) uma espécie de PSDB só que bem mais conservadora, autoritária e sem viés liberal algum. A UDN era para Vargas e seu PTB o que, guardando as devidas e enormes proporções, o PSDB é para Lula, Dilma e o PT – uma feroz oposição disposta a tudo para derrubá-lo. Com seu libelo golpista, Lacerda expressava a impaciência de setores elitizados cansados de verem seus interesses represados pelo nacional-desenvolvimentismo. Fruto

18 Originalmente publicado em novembro de 2015 www.paraibaonline.com.br

de uma sociedade desacostumada a praticar ritos democráticos, Lacerda pedia golpe aos militares ao invés de pedir votos para UDN.

O resto desse imbróglio é história que nos ensina muito sobre nosso presente. O governo Vargas foi tumultuado desde o começo, com a oposição implorando aos militares para tomarem o poder, com o presidente se suicidando em agosto de 1954 e com Lacerda tendo o desfecho autoritário que tanto ansiava dez anos depois, em 1964. Não pretendo fazer ilações entre este período com o momento crítico em que vivemos, mas lembro que, como nas décadas de 1950 e 1960, muitos seguem acreditando que a força é solução única para nossas crises institucionais. A tese de que nossa democracia representativa se consolidou ruuiu de vez! Fôssemos uma sociedade que reconhecesse os valores da democrática (liberdade e igualdade em doses equilibradas) e não veríamos vivandeiras rondavam os quartéis.

Vivandeira vem do francês “vivandière” e significava (na Guerra de Canudos, por exemplo) a mulher que seguia a tropa levando mantimentos para os soldados. O jornalista Elio Gaspari, numa coluna para a Folha de São Paulo em janeiro de 2010, afirmava que o marechal Humberto Castello Branco chamava de vivandeiras os políticos que iam aos quartéis conchavar com a oficialidade. Dizia Castello Branco: “São os que, como vivandeiras alvoroçadas, vêm aos bivaques bulir com os granadeiros e provocar extravagâncias ao Poder Militar”. Se déssemos o real valor que a democracia tem, vivandeiras seriam coisas do passado e não assistiríamos a deplorável cena de brasileiros vestidos de verde-e-amarelo, cantando o hino nacional e pedindo aos militares para intervirem na ordem política e social do país enquanto, frenética e pateticamente, batem panelas em suas luxuosas varandas. De fato, quase a metade de nossa população aceitaria alegremente trocar nossa frágil democracia por um regime de força.

Este cenário de crise político-econômica não se agravou por causa da corrupção que grassa instituições e sociedade. Temos uma moralidade seletiva na política, onde se escolhe como e porque ser ou não desonesto. Onde o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, não é criticado pelo envolvimento em negócios escusos, mas por ter se deixado flagrar com tanta facilidade. Também não

indicaria as pedaladas fiscais do governo Dilma como fato gerador da crise. Aliás, o que vem a ser este “crime bárbaro” que se quer usar para golpear as instituições? “Pedalar” é quando o governo toma dinheiro emprestado aos bancos para pagar contas. Como a dívida pública brasileira é sempre alta, governos usam este expediente para manter o equilíbrio financeiro. Até 2014, pedaladas eram vistas como mal necessário. Houve quem se gabasse de pedalar para não arrombar as contas. Pedaladas se tornaram motivo para impeachment como estratégia de quem não consegue chegar ao poder pelas urnas.

Sim, a crise se agravou pela instabilidade do governo Dilma. A presidente foi reeleita dizendo que não faria tudo o que passou a fazer a partir de 02 de janeiro passado. Ela negava que estávamos em crise durante a campanha eleitoral de 2014. Atitude temerária, passível de uma reprimenda da sociedade, mas não na forma de vaias e atitudes desrespeitosas para com a pessoa da Presidente. Quando a sociedade lhe retirou apoio, jogando para as calendas sua popularidade e a aprovação ao governo, estava justamente repreendendo a presidente pelos erros cometidos.

Caberia, ainda cabe, ao governo buscar corrigir seus erros e reconquistar, através de políticas públicas relevantes, o respeito e a legitimidade perdidos. Estranho mesmo é ver o governo tão dócil a este presidencialismo de extorsão, praticado em larga escala, tendo o PMDB como achacador-mor da República. A desgastada fórmula de governar por meio de uma coalização de partidos fracassou na medida em que as siglas aliadas chantageiam o governo por cargos e verbas em troca de apoios na seara parlamentar.

Estranho, também, foi ver a oposição abrindo mão de suas prerrogativas legais, buscando a porta lateral do golpismo calcada na mentalidade udenista onde crises institucionais se resolvem com saídas de força. Não se buscou o golpismo tradicional, ativado pelas Forças Armadas, mas sim um golpismo que segue ritos e procedimentos democráticos. Seria possível conviver com este paradoxo? Em democracias consolidadas procedimento democrático é a água que jamais se mistura com o óleo da mentalidade autoritária. Em nosso caso, com a criatividade que temos para misturar água e óleo, encontramos uma forma de exercitar nossa mentalidade pretoriana

sem ter que rasgar a Constituição Federal. E é bom lembrar que temos em nossa Constituição o Art. 142 que dá lastro a uma intervenção militar ao definir que as Forças Armadas *“destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”*. A mesma Constituição que define como se procederá em caso de impeachment presidencial é a que dá poderes aos militares para intervirem.

Tal qual em outros idos, sempre existe a possibilidade das vivandeiras baterem às portas dos quartéis. Ao que tudo indica a oposição sondou as Forças Armadas sobre a possibilidade de apoio para destituir Dilma Rousseff. Assim como fez Fernando Collor para ver se se mantinha no poder e como fez Itamar Franco para garantir que assumiria mesmo a presidência no desfecho da crise gerada pelo impeachment de 1992. O senador José Serra (PSDB) se referiu várias vezes, entre os meses de julho e setembro, sobre a possibilidade da crise descambar para uma intervenção militar ao comparar o atual momento com aquele abril de 1964. Serra, vivandeira de quatro costados, batia a porta da caserna. Era como se ele quisesse lembrar aos militares que estava na hora deles tomarem as rédeas novamente.

A prova disso foi que o Gal. Eduardo Dias da Costa Villas Bôas teve que esclarecer o posicionamento da instituição que comanda neste momento tão conturbado. Este fato por si só quer dizer algo. Se a ordem política e social, e as instituições, estivessem funcionando normalmente o Comandante do Exército ficaria em seu lugar. Numa entrevista a Folha de São Paulo, em 14 de outubro, o General Villas Bôas negou a possibilidade de uma intervenção militar, mas admitiu que uma *“crise social (poderia) afetar a estabilidade do país e isso daria respeito às Forças Armadas”*. Ele chegou mesmo a dizer que: *“E aí, nesse contexto, nós nos preocupamos porque passa a nos dizer respeito diretamente”*.

Certo. Se a crise é de tal monta, que afeta a estabilidade do país e diz respeito às Forças Armadas, o que fazer então? Cumprir a Constituição Federal e intervir na ordem social e política? Ou deixar que os civis ponham ordem no frege que eles mesmos causaram? A entrevista do Gal. Villas Bôas é algo dúbia. Num momento ele diz, numa provável resposta ao senador Serra, que é a *“sociedade que tem*

que aprender com seus erros e ter consciência que cabe a ela solucionar esses problemas". Já em outro ponto da entrevista afirma que *"as Forças Armadas têm que estar em condições de atender às demandas da população"*.

É como se ele estivesse dizendo que o Exército não vai intervir para corrigir os erros da sociedade, mesmo que possa vir a atender uma demanda de intervenção vinda da população. Nunca é demais lembrar que quase a metade da população brasileira se mostra simpática a volta dos militares ao poder central do país, segundo pesquisas do Datafolha e do Ibope realizadas neste ano. É preciso atentar para os perigos de costumeiramente se pedir, aos que detém o monopólio da força, para que intervenham no poder político (civil, por excelência). Nossa história nos exemplifica que não raras vezes vivandeiras terminaram sendo perseguidas pelos que tomaram o poder a força dos sabres e tanques de guerra – Carlos Lacerda, a Igreja Católica e a classe média brasileira que o digam.

Em democracias frágeis agitações políticas na caserna querem sempre dizer algo. Agora, no mês de outubro, o Ministro da Defesa, Aldo Rebelo, teve que exonerar o Comandante Militar do Sul, Gal. Antônio Hamilton Martins Mourão, por ele ter dito que: *"mera substituição da presidente não trará mudanças significativas (...) mudança seria o descarte da incompetência, má gestão e corrupção (...) toda consciência autônoma, livre e de bons costumes precisa despertar para a luta patriótica, contribuindo para o retorno da autoestima nacional"*. Com tais comentários o Gal. Mourão incorreu em vários erros: (1) desrespeitou a (sua) comandante em chefe das Forças Armadas; (2) atingiu a ordem hierárquica das instituições coercitivas; (3) opinou sobre uma seara que não lhe diz respeito; (4) induziu civis e militares a atuarem em defesa de valores pouco democráticos.

Para piorar a situação, se promoveu no quartel da 3ª Divisão do Exército, em Santa Maria (RS), homenagem póstuma ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, notório torturador da ditadura militar que chefiou o DOI-CODI de São Paulo. Homenagear figura tão abjeta, num país governado por uma ex-militante que foi presa e barbaramente torturada, soa como um escárnio, mas não deixa de ser uma movimentação política da caserna. Os militares gaúchos

quiseram enviar um recado ao governo que acusou o golpe e tomou uma atitude drástica, coisa rara nos dias de hoje, mandando o general boquirroto realizar tarefas burocráticas em Brasília.

O ímpeto golpista das manifestações de rua arrefeceu, mas o ativismo autoritário nas redes sociais segue firme, forte, bem articulado em que pese não conseguir disfarçar uma contundente estupidez quando o assunto é a recente história política brasileira. Não passa um dia sequer sem que alguém cite um caso de corrupção para logo em seguida pedir aos militares para nos salvarem (SIC) “do horror de viver numa democracia”, frágil, mas uma democracia. Se é verdade que os militares não estão interessados em fazer cumprir o art. 142 de nossa Constituição, é bem verdade, também, que quase metade da população cansou de viver sob os dilemas da democracia. O problema é que essa metade não viveu os tempos obscuros da ditadura e se recusa a travar conhecimento acerca do que acontecia com aqueles que se oponham ao regime militar.

Brasileiros apontam a possibilidade de termos uma nova ditadura por não considerarem a democracia como o único sistema político possível. Essa insistente lembrança que temos da ditadura quer dizer que não apostamos todas as nossas fichas na democracia. Sérgio Buarque de Holanda já dizia que a “democracia, no Brasil, foi sempre um lamentável mal entendido”. Foi, e continua sendo, para pelo menos 45% da população que pensa ser bom viver num sistema onde as liberdades e os procedimentos democráticos são artigos de luxo para bem poucos.

CAPÍTULO III COLUNAS

Quando a necessidade de opinar,
através da escrita, passou a ser uma
atividade diária, falada no rádio



MAS, DE QUAL VERDADE ESTAMOS FALANDO? (QUARTA- FEIRA, 16 DE MAIO DE 2012)

HOJE, VOU TRATAR DA “COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE” (CNV), instituída pela presidenta Dilma Rousseff. É que me pediram para falar dessa Comissão, explicando o que a torna tão polêmica. A CNV investigará violações aos direitos humanos cometidos entre os anos de 1946 e 1988. O objetivo central é investigar mortes, torturas e desaparecimentos na ditadura militar.

O projeto de lei que criou a Comissão foi aprovado em setembro do ano passado pelo Congresso Nacional e logo em seguida foi sancionado pela presidenta Dilma. A CNV demorou a sair do papel, pois seu projeto definia que quem escolheria seus membros e assessores seria a própria presidenta Dilma. A CNV poderá acessar documentos oficiais, independente do grau de sigilo que tenham recebido. Ela poderá ter todo tipo de informação, convocar pessoas para prestar depoimentos e determinar perícias e diligências, mas não terá papel policial e/ou jurídico, mesmo que possa indicar nomes para irem a julgamento.

A CNV foi proposta no 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, assinado pelo presidente Lula em dezembro de 2009. Este documento diz que a Comissão busca “trazer à tona a verdade histórica sobre o período militar e promover a reconciliação nacional”. Por isso a polêmica, pois o que se quer é trazer à tona crimes praticados por agente do Estado a serviço de um governo ditatorial. O texto da lei foi alterado em vários pontos para atender aos que, como

os militares, temem que a Comissão termine por propor uma efetiva revisão da Lei da Anistia, sancionada em 1979, e que impediu a responsabilização penal, por crimes políticos durante a ditadura militar, pois “perdoou” os que lutaram contra a mesma e os que nela atuaram. O fato é que os que pegaram em armas contra a ditadura foram duramente punidos e os que agiram no sistema repressivo ficaram impunes.

Em todo caso, não posso negar que a Comissão é limitada e que veio atrasada se a compararmos com as de outros países. Desde o fim da ditadura militar, a 27 anos, que discutimos se devemos ou não punir os que torturaram e mataram em nome do Estado. Porque resistir a esclarecer como os crimes se deram e identificar os responsáveis por eles? Na Argentina, a Comissão para o Desaparecimento de Pessoas foi criada em 1984 e muitos já foram julgados, inclusive um ex-presidentes da ditadura militar argentina. Mas, aqui, o STF chancelou a impunidade dos torturadores ao decidir, em 2010, que não examinaria se a Lei da Anistia é compatível com a Constituição. O fato é que precisamos dessa Comissão para que se passe a limpo nosso passado autoritário. Mas, ela de nada servirá, se os culpados não forem punidos. Do contrário, nunca nos reconciliaremos com os erros cometidos no passado.

JOSÉ NÃO QUER APOIAR O CANDIDATO W (QUARTA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 2012)

NA POLÍTICA, TOMA-SE CAMINHOS IGUAIS, MESMO SENDO DIFERENTE, ou segue-se por caminhos diversos, mesmo estando do mesmo lado. Acompanhei candidatos mudando de palanque à revelia de seus gostos e interesses. Um candidato a vereador (vou chamá-lo de José), filiado ao partido A, tinha como estratégia de campanha apoiar o candidato X a prefeito. Mas, a direção do partido de José resolveu leiloar seu apoio entre os candidatos W, Y e X para prefeitura de uma cidade que chamarei de Campina Grande mesmo. Como a negociação era pouco republicana, a cada novo dia nosso intrépido candidato acordava em um novo palanque.

Num dia, o partido de José tratou com o “candidato Y” para apoiá-lo em troca de certa quantia em dinheiro e de cargos no 2º escalão da administração municipal. O partido de José até anunciou a decisão tomada. Mas, ele nem teve tempo para reclamar, pois já no dia seguinte o partido A fez outro acordo mais vantajoso. Em troca de substancial quantia em dinheiro e de duas secretarias no governo municipal, o partido A decidiu apoiar W. Assim, José, que preferia X, foi obrigado a mudar de palanque mais uma vez. De nada adiantou José argumentar que já tinha feito um acordo com X. Ele reclamou, brigou, e foi para a imprensa chorar suas mágoas.

Como o partido A não nutre afeições pela democracia, mandou José seguir a orientação partidária e apoiar o candidato W. José seguiu na imprensa a reclamar, dizendo-se desiludido com a democracia, que a política é uma sujeira só, e até ameaçou ir à justiça.

O partido A, que de democrático mesmo só tem o D em sua sigla, disse a José que ou ele seguia a orientação dada ou procurasse outro partido para chamar de seu. José engoliu seco, calou fundo, e mudou suas estratégias. Mas, o estrago estava feito, e as arestas ficaram para futuras eleições.

Este, meus amigos, é o jogo que está sendo jogado neste momento em Campina Grande. Um jogo onde inexitem motivações ideológicas. Onde o partido impõe uma vontade a partir dos interesses de um único dirigente - um jogo anti democrático em todos os seus quadrantes. Nele, não se discute ideias e projetos, pois impera a vontade de poucos em torno de interesses paroquiais. Aqui, a maioria se submete a vontade da minoria e ponto final.

Neste jogo, o que conta são os tais minutos, na propaganda eleitoral, que um partido leva para sua coligação. Claro, contam cargos a serem distribuídos e o tal vil metal. Se você é ou quer ser um candidato, como José, avalie se vale mesmo a pena entrar num jogo onde, como diria Cazuza, seus sonhos serão vendidos tão baratos que você não vai nem acreditar. E, por fim, quero dizer que qualquer coincidência de nossa realidade com o conteúdo dessa coluna não é, não pode ser, mera coincidência.

O PARQUE DO POVO HIGIENIZADO (SEGUNDA-FEIRA, 11 DE JUNHO DE 2012)

VOU PARODIAR CHICO BUARQUE QUE, EM “HOMENAGEM AO MALANDRO”, disse que foi a “Lapa e perdeu a viagem, pois aquela tal malandragem não existe mais”. Eu fui ao Parque do Povo e perdi a viagem, pois aquele tal São João não existe mais. Constatei que não temos mais uma festa popular, pois o que vi foi um local para se divertir sem que isso se relacione com nossa cultura. Aliás, ficou até difícil saber que o São João começou, pois não se vê sinais de nossa festa maior pela cidade. Andei pelo centro de Campina Grande e quase não vi símbolos do São João. A festa começou, mas parece que a cidade não se preparou para ela.

Onde estão as bandeirolas e os balões? Afora tímida decoração, feita por particulares, a prefeitura não enfeitou a cidade. As duas principais entradas de Campina Grande não avisam, a quem está chegando na cidade, que se está entrando na cidade do maior São João do mundo. Eu sei que muitos não vão gostar da comparação. Mas, a principal entrada de Caruaru foi dotada de um portal permanente para que se saiba que ali se respira São João.

Em Campina Grande, um viajante desavisado pode entrar e sair da cidade sem perceber que já estamos no São João. O próprio Parque do Povo perdeu sua identidade. Vão longe os tempos em que se montava, no “Forródromo”, um grande arraial com barracas e comidas típicas. A mãe de todas as ironias é que não se encontra pamonha e canjica no Parque do Povo, pois ele foi “higienizado”, de lá se retirou os símbolos maiores da festa da colheita do milho.

Outra ironia é que São João, Santo Antônio e São Pedro foram confinados à parte interna da pirâmide. É como se os organizadores da festa tivessem vergonha deles. Hoje, a estrutura montada mais parece uma feira de negócios. Aquilo que chamávamos de barracas juninas, mais parecem stands de venda. A decoração que se vê no Parque do Povo, no Açude Velho e no contorno da entrada principal de Campina são enormes balões com logomarcas dos patrocinadores da festa. Certo, que se coloque quem banca a festa. Mas, porque esconder os santos e a decoração junina? A maioria das “barracas juninas” são, na verdade, filiais de restaurantes da cidade. Algumas são mais luxuosas do que suas matrizes. O Sítio São João foi banido do Parque do Povo! Agora, sobrevive desestruturado e afastado do seu habitat natural.

Às vezes penso que os organizadores do São João não gostam da festa, que só a promovem por mera obrigação. Parece haver um propósito na descaracterização - é como se quisessem fazer outra coisa, não uma festa popular. O fato é que aquele clima de São João, de outros tempos, não mais existe. Hoje, o São João é tratado de forma protocolar, não remete às nossas tradições. Por isso, fui lá e perdi a viagem.

MAS, AFINAL, O QUE É A MORTE? (SÁBADO, 02 DE NOVEMBRO DE 2012)

HOJE, EU VOU FALAR DA MORTE. VOU TRATAR DESSE FENÔMENO QUE é a única certeza que temos enquanto vivos. Se a morte adotasse um sistema político seria a democracia, pois ela não discrimina ninguém. Não importa o que somos, a classe social a que pertencemos, a cor que temos em nossa pele, muito menos se cremos ou não em um ser superior, a morte não poupa ninguém. Ela é a afirmação de que somos iguais a despeito do que muitos possam querer. A morte nos faz lembrar que existe um limite para a vida.

Não é à toa que a maioria das culturas e religiões valorizam mais a vida do que a morte. Claro, como podemos considerar mais algo que não sabemos como de fato se processa? Se a morte é democrática, a vida é uma coisa das mais ditatoriais, pois pela vida a fora somos levados a fazer coisas que não queremos ou não gostamos. Mas, a morte nos traz uma vantagem. É que quando tentamos entendê-la passamos a nos conhecer mais e melhor. Talvez, ela seja o maior ensinamento que podemos ter.

A cada vez que alguém próximo a nós morre, nos reviramos para tentar entender o que está acontecendo. O processo em que choramos nossos mortos é na verdade a busca para tentar entender o que nos acontece. Enquanto velamos nossos mortos estamos constatando o quanto somos frágeis diante da vida. Sim, é desesperador saber que não mais iremos conviver com aquela pessoa querida. Sofremos mais por nós mesmos, que ficaremos nesse mundo sem nossos entes queridos, que estão indo para outras dimensões, outros planos,

outros mundos.

Não choramos pelos nossos mortos, mas sim por nós mesmos ao constatarmos que a morte é inevitável. Choramos, pois um dia também estaremos ali, num caixote de madeira, prontos a sermos devorados pela terra. Falar sobre a morte provoca desconfortos por atestarmos que até para o que tanto valorizamos, a vida, existe um fim. É a certeza acachapante de que um dia a vida chega ao fim. Deve ser por isso que várias religiões e doutrinas propõem um completo desligamento das questões materiais. É por isso que a morte ganha, então, uma dimensão imaterial, filosófica, algo que vai além de nós mesmos, paupérrimos mortais. Cada povo possui uma herança que determina nossa forma de ver a morte. O modo como a interpretamos é consequência das tradições que as gerações passadas nos legam.

A tradição de depositar o corpo material, de um ente querido, num recipiente fechado, numa posição pré-determinada, e enterrá-lo vem de muito longe. Nossos antepassados já ritualizavam seus mortos de forma parecida com o que hoje fazemos. A construção da identidade coletiva sobre a morte é um dos elementos mais importantes que dá forma a um povo, a sua cultura e a sua tradição.

No Egito e na Mesopotâmia as pessoas eram enterradas com os símbolos de suas identidades pessoal e familiar, com pertences, riquezas, roupas e até com suas comidas prediletas. Já os hindus não viam necessidade de conservar marcas. Corpo e identidade eram reduzidos às cinzas, lançadas ao vento ou nas águas dos rios. O morto era privado de seus traços identitários. A destruição do corpo, acreditavam os antigos hindus, livraria o morto de seus pecados. Os gregos também incineravam seus mortos. Mas, as cinzas eram guardadas para que, num sentido oposto ao dos hindus, se preservassem as características e a identidade do morto. O ato da cremação enfrentava a morte no que ela tem de igualitária.

Existiriam duas mortes. De um lado, a morte regular, uniforme e anônima. Os comuns eram cremados juntos e depositados numa vala única. Os não tão comuns, os grandes heróis, eram cremados em uma pira e homenageados na cerimônia da boa morte. A morte é um desorganizador social e cultural. A morte pode servir para

reestruturar o poder, através da guerra. O fato é que não temos alternativa diante dela. Resta-nos ritualizá-la em nossos cultos para assim, quem sabe, podermos lidar com ela da melhor forma que pudermos.

VIVA A BOSSA NOVA! (QUINTA-FEIRA, 25 DE JANEIRO DE 2013)

HOJE É O DIA DA BOSSA NOVA, POR ISSO NÃO VOU FALAR DE POLÍTICA e sim de um movimento musical que surgiu no Brasil e ganhou o mundo, se tornando referência de bom gosto. Aliás, se instituiu o 25 de janeiro como “Dia da Bossa Nova” numa homenagem a Tom Jobim, que nasceu nesse dia no ano de 1927. Acreditem, houve uma época em que, nos EUA e na Europa, o Brasil era o país da Bossa Nova. Pelo mundo afora, Tom Jobim era tão famoso quando Pelé. Foi uma época em que o Brasil era referência em termos de boa música. Em pensar que hoje a maior referência musical brasileira na Europa é Michel Teló...

Em 1958, Elizeth Cardoso gravou “Canção do amor demais” com músicas de Tom Jobim e Vinícius de Moraes. Foi neste ano que Carlos Lyra, Roberto Menescal e João Gilberto definiram a estrutura musical do que depois se chamou de Bossa Nova. Oficialmente, a Bossa Nova surgiu quando João Gilberto lançou o disco “Chega de Saudade” em 1959. Era um ritmo novíssimo! Cheio de acordes sofisticados e tendo a marca do improvisado, daí muitos terem dito que a Bossa Nova era o jazz verde-amarelo. Caetano Veloso disse que tomou um susto quando ouviu João Gilberto pela primeira vez, pois ele ia para um lado, com seu violão, e a orquestra ia para o outro, e no final todo mundo se entendia.

A Bossa surgiu nos bares e apartamentos da Zona Sul do Rio de Janeiro. Surgiu e sempre foi uma coisa das classes sociais mais abastadas, apesar de que Tom Jobim a fez subir o morro da Mangueira

com piano e tudo. Certo, a Bossa era um movimento musical elitista. A classe média carioca a criou, mas isso não quer dizer nada. Pois o que importa é a qualidade. Na verdade, a Bossa é o movimento mais eclético que já existiu no Brasil. Seus criadores se inspiraram no samba, no jazz, na música erudita e onde mais puderam buscar sonoridades. João Gilberto disse certa vez que aprendeu a tocar violão ouvindo Jackson do Pandeiro, que, não por acaso, era conhecido como o Rei do Ritmo.

Apesar disso a Bossa Nova foi um movimento musical minimalista. Para eles, bastava um banquinho e um violão. Nem era preciso ter uma boa voz. Vejam que João Gilberto tem aquela vozinha sem graça que chega a irritar. Aliás, as deficiências vocais de Tom Jobim e João Gilberto eram tão apontadas que virou tema de uma música. Em “Desafinado”, eles diziam que: “Se você disser que eu desafino/ saiba que isso em mim provoca imensa dor”. E terminavam ironizando ao disserem que no “peito dos desafinados também bate um coração”.

Em 1962, Tom & Vinícius fizeram o clássico da Bossa Nova e da própria MPB. Uma das 10 músicas mais gravada e regravada de todos os tempos surgiu numa mesa de bar e para chamar a atenção de uma moça que vinha, passava e não dava bolas para ninguém. Reza a lenda, que eles passavam os dias tomando chope no Bar Veloso, hoje Garota de Ipanema. Quase todos os dias, Helô Pinheiro, no esplendor de seus 20 e poucos anos, passava pela calçada do bar com “aquele doce balanço a caminho do mar”. Eles davam todas às cantadas possíveis e Helô não dava a menor atenção aqueles dois bebuns com um violão. Até que um dia eles resolveram usar o talento e a cantada funcionou. Tom Jobim contou, numa entrevista muitos anos depois, que lá vinha Helô, com o doce balanço, e eles começaram a cantarolar: “olha que coisa mais linda, mais cheia de graça, é essa morena que vem e que passa, num doce balanço a caminho do mar”. Aí não teve jeito. Helô, parou, sentou à mesa com os dois e virou a garota do Tom e do Vinícius. Depois a garota ganhou o Rio, o Brasil, os EUA e o mundo.

Até Frank Sinatra se dobrou as curvas sinuosas da Garota de Ipanema. Eu estou falando da música, não da garota. Tom & Cia foram

fazer shows nos EUA e na Europa. João Gilberto gravou um memorável disco com Stan Getz, que era o Jobim dos EUA. A Bossa influenciou muita gente boa. Chico Buarque, os tropicalistas e os grandes da MPB nas décadas de 1970 e 1980. Até Roberto Carlos flertou com a Bossa. Tim Maia gravou um disco só com clássicos e dizia que era Bossa sem fazer biquinho.

Mas, o que teria acontecido com o país que abrigou tão rico movimento musical? Hoje Tom Jobim, Vinícius de Moraes e João Gilberto não são mais conhecidos por uma geração que só ouve esse excremento que indústria musical deposita nas ruas. Se eu fosse vivo em 1962, e estivesse nos EUA, andaria com uma camisa da seleção brasileira para que todos soubessem que eu vinha do mesmo país de Tom Jobim. Hoje, se eu for a Europa, fico de boca fechada para que ninguém saiba que sou do mesmo país de Michel Teló.

FOI ASSIM QUE FICAMOS SEM DEMOCRACIA E SEM REFORMAS (SEGUNDA-FEIRA, 01 DE ABRIL DE 2013)

PASSADOS 49 ANOS DO GOLPE CIVIL MILITAR DE 1964, SUGIRO UMA reflexão. O golpe foi dado no dia 01 de abril, mas ele nunca foi uma mentira, pelo contrário, foi o marco para longos 21 anos que tivemos de duras verdades. Quero, aqui, relacionar o fato histórico com nossa realidade e quero lembrar que o passado só nos serve se for para fazer com que entendamos mais e melhor o nosso presente. Ao contrário do que muitos querem crer, importa sim o que se fez no passado. É preciso reavaliar o que fizemos, pois à medida que nos distanciamos temporalmente dos acontecimentos, de nossas vidas, mudamos nossa visão sobre eles.

É preciso redimensionar os fatos vividos, nos primeiros dias de abril de 1964, pois, claro, não vivemos no passado. O que quero é refletir sobre o que herdamos em termos de cultura política do golpe e do regime militar que tivemos. Por que as memórias do golpe e da ditadura ainda nos são tão vivas? Seria pelas feridas ainda não cicatrizadas? Como querer que os que foram reprimidos pelo Estado militarizado esqueçam tudo que passaram? Saímos da ditadura e entramos na “Nova República” alegremente, sem revermos nossos atos. A Anistia Política de 1979 foi uma grande e pesada pedra colocada sobre erros e crimes cometidos. Assim, herdamos uma sociedade e um Estado recheados de “entulhos autoritários”, que o débil processo de liberalização que tivemos não foi competente para extrair de nosso entorno político. A ditadura acabou, mas seus procedimentos

permaneceram conosco.

A principal causa do golpe de 1964 foi uma suposta tensão existente entre democracia e mudanças sociais. É fato que parte considerável da sociedade queria mudanças, mas não parecia haver grupos organizados para lutar pela democracia. O amplo espectro político-partidário nacional fingia aceitar o falso dilema entre mudanças sociais e democracia. Os atores políticos à direita acreditavam que a democracia levaria às mudanças sociais - por isso mesmo deram o golpe. Os atores à esquerda defendiam que só teríamos mudanças sociais acabando com a democracia, pois eles defendiam a violência revolucionária como motor das amplas reformas que parte da sociedade desejava. O fato é que o confronto entre as forças políticas favoráveis e contrárias às reformas de base destruiu as instituições democráticas. O resultado a que se chegou nós bem conhecemos: nenhuma reforma social e democracia inexistente!

O processo de liberalização política (notem que não utilizo o termo redemocratização), efetivado com a eleição de Tancredo Neves foi torto, pois não afastou do cenário nacional atores políticos que atuaram durante a ditadura militar. A ditadura não acabou e se criou um Estado democrático. O que nós tivemos foi um pacto entre as forças políticas - iniciado ainda em 1974 e capitaneado pelo general Presidente Ernesto Geisel e seu senhor de todas as maldades, Golbery do Couto e Silva. O resultado foi um processo em que lentamente se foi inserindo alguns elementos do ritual democrático nas instituições sem, no entanto, reformá-las e, principalmente, mantendo intocada a espinha dorsal do regime ditatorial: o poder militar.

A democracia é a junção dos mecanismos associados às formas de decidir em favor dos interesses sociais. Democracia são as normas que regem o bom funcionamento das instituições. Assim, é fácil ver que não temos uma democracia consolidada. A forma como a ditadura foi sendo encerrada não permitiu que tivéssemos um processo em que sociedade civil e Estado firmassem um compromisso para banir as prerrogativas que os militares atribuíram para si durante 21 anos. Como na ditadura, seguindo a lógica da Doutrina de Segurança Nacional que dizia que o inimigo a se combater estava dentro do território nacional e não fora dele, as Forças Armadas continuaram

mais preocupadas com a segurança interna do que com a externa.

Vivemos um momento difícil por não percebermos o quanto ainda temos que avançar no sentido de efetivarmos uma democracia em que aqueles que detêm a força irão obedecer aos que não a tem. Os atores políticos não devem ceder às tentações de mudar as regras do jogo político enquanto ele estiver sendo jogado. Devem se submeter às incertezas democráticas dos resultados. Esse é o nosso maior gargalo político. Falta-nos, ainda, aceitar que democracia deve ter um valor universal e rejeitarmos aquele dito do humorista Millôr Fernandes que diz que “ditadura é você mandar em mim e democracia sou eu mandar em você!”.

HOUVE UMA ÉPOCA EM QUE NOS MOBILIZAMOS (QUINTA- FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2013)

HOJE, EU ESTOU UM TANTO QUANTO SAUDOSISTA PARA FALAR DE UM tempo em que ainda éramos capazes de nos mobilizarmos para ir-
mos às ruas protestar e reivindicar pelo que considerávamos legal e
legítimo. Eu tinha 15 anos em 1984 e ainda enxergava o mundo pe-
las cores monocromáticas de um sistema educacional militarizado.
Mas, foi exatamente em 1984 que eclodiu o Movimento das Diretas
Já! que me salvou dos efeitos deletérios da ditadura militar. Em pou-
cos meses aprendi mais sobre participação política do que em todos
os anos em que fui obrigado a estudar Educação Moral e Cívica e
Organização Social e Política do Brasil.

Foi num 25 de abril, de 1984, que o Congresso Nacional rejei-
tou a emenda Dante de Oliveira que pretendia instituir o voto direto
para presidente da República. Havia uma enorme esperança de que
a emenda fosse aprovada. A sociedade se mobilizou em torno dis-
so. E não sem razão, pois desde o ano de 1960 que não votávamos
para Presidente. Ver a emenda Dante de Oliveira ser aprovada no
Congresso significava, para nós, que estávamos de fato encerrando
o ciclo da ditadura militar e começando a instituir uma democracia.

Já em 1979, os militares aceitavam algumas liberdades democrá-
ticas, com a extinção do bipartidarismo e o surgimento de novos
partidos. Com eles, pode-se atuar politicamente e isso contribuiu
para as futuras mobilizações. Em 1982 houve eleições para governos
estaduais e para o parlamento. Leonel Brizola, inimigo figadal dos

militares, se elegeu governador do Rio de Janeiro. Foi assim que a oposição ao regime militar articulou uma lei para que se instituisse o voto direto. A sociedade, que tinha uma demanda represada por participação política de quase 15 anos, viu naquela articulação a possibilidade de ir às ruas não só para dizer que queria votar para presidente como para gritar todas as suas necessidades.

A emenda Dante de Oliveira foi o estopim que precisávamos para ganhar às ruas. Lideranças políticas de oposição e da esquerda realizavam comícios em defesa da emenda e do direito de escolher o presidente. As “Diretas Já!” foi um dos maiores movimentos políticos de nossa república. Algo inusitado acontecia naqueles comícios, pois podíamos ver os perseguidos pela ditadura militar ao lado de artistas e intelectuais, além de lideranças políticas.

Pela televisão eu via tanta gente boa nos palanques que só podia achar que aquilo era algo muito bom. Eu vibrava quando via Sócrates, Casagrande e Wladimir, os craques da democracia corintiana, defendendo as “Diretas Já!”. Em janeiro de 1984, 500.000 pessoas se reuniram na Praça da Sé, em São Paulo, para gritar “Diretas Já!”. Em março, um milhão de pessoas tomaram as ruas do centro do Rio de Janeiro. Foi quando a Globo teve que falar das Diretas no Jornal Nacional.

Inclusive, foi com o Comício do Rio que Chico Buarque compôs “Pelas Tabelas”, onde dizia: “Quando vi todo mundo na rua de blusa amarela, achei que era ela puxando o cordão”. Chico não falava de uma mulher, se referia à revolução que, por sinal, nunca veio. Os comícios aconteciam em todo país. Muitos se assustavam, pois ainda vivíamos numa ditadura, e aquelas bandeiras vermelhas lembravam os acontecimentos de antes do golpe de 1964. Eu tive a sorte de participar de dois desses comícios. O primeiro aqui em Campina Grande. Uma multidão tomou toda a extensão que vai da Praça da Bandeira até o começo da Rua João Pessoa. Eu nunca tinha visto tantas pessoas de vermelho e de amarelo juntas.

Aquela multidão sem fim podia se expressar livremente. Podia falar e defender suas ideias sem se preocupar muito com a repressão. Aquela foi uma das melhores aulas de política que eu tive em toda a minha vida. Em João Pessoa, no Ponto Cem Réis, vi um mundaréu

de gente gritando sem parar: “um, dois, três, quatro, cinco, mil, eu quero votar para presidente do Brasil!”. Mas, e com tudo isso, a “Emenda Dante de Oliveira” foi rejeitada no Congresso na noite de 25 de abril por uma diferença de 22 votos e com absurda quantidade de abstenções. Em 1985 tivemos eleições indiretas e foi aí que Tancredo Neves foi eleito presidente.

Na manhã do dia 26/04/1984, no caminho para a escola, vi um senhor chorando. Perguntei o que estava acontecendo e ele me disse, irado, que chorava porque “os safados dos deputados tinham rejeitado a Emenda Dante de Oliveira”. Essa foi outra grande lição que tive. Aprendi o quanto é perigoso, na política, frustrar expectativas e repressar demandas. Mesmo que com a emenda sendo rejeitada, aquilo tudo foi útil para minha geração que pode aprender que participar da vida política do país é uma necessidade.

O PARTIDO DAS FARDAS VERDES VAI ÀS URNAS (QUINTA-FEIRA, 13 DE DEZEMBRO DE 2013)

DESDE QUE NOS TORNAMOS UMA REPÚBLICA, NO FINAL DO SÉCULO XIX, que os militares brasileiros participam ativamente das coisas da política. Aliás, a República foi instituída por um golpe de força militarizado. Em 1922, os tenentes do Exército se lançaram num movimento que definiu o modus operandi autoritário dos militares intervirem na política. Entre as décadas de 1930 e 1960, eles se acostumaram a disputar eleições. Os generais Eurico Gaspar Dutra, Eduardo Gomes, Henrique Teixeira Lott e Juarez Távora foram todos candidatos a presidente da República, mesmo que apenas Dutra tenha sido eleito em 1945.

Fiéis a essa tradição, um grupo de militares acabaram de criar o Partido Militar Brasileiro que já teria 490 mil filiados. Faltariam 80 mil filiados para que o PMB pudesse requerer, junto ao TSE, o registro para atuar como partido político. Por enquanto, e a exemplo do que acontece com os membros da REDE de Marina Silva abrigados no PSB, políticos e militantes do PMB se acoitaram no PRTB, para poderem disputar as eleições 2014. Curioso, é que o PMB não tem a estrutura oficial para ser aceito no sistema político, mas já tem candidato a presidente. Trata-se do General Augusto Heleno Ribeiro, de 66 anos, que foi comandante militar da Amazônia e da Missão para Estabilização do Haiti. Não se sabe se ele pode ser candidato. Para isso, teria que ter se filiado a algum partido até outubro de 2013. Gal. Heleno não afirma, nem nega, se cumpriu as exigências eleitorais.

Mas, e se ele tiver se filiado, discretamente, ao PRTB?

Gal. Heleno é o típico militar político, mesmo que as análises políticas mais conservadoras ou superficiais não tenham conseguido detectá-lo. Ele não aparece nas pesquisas eleitorais, até porque não dispõem de uma estrutura partidária oficial que lhe dê lastro, mas é um desses fenômenos da internet. Ele possui um blog, além de perfis no Facebook e no Twitter, por onde se manifesta sobre tudo e, claro, sobre política. Inclusive, existe um movimento virtual intitulado “General Heleno Presidente”. Segundo o Capitão do Exército Augusto Rosa, ativo aliado de Heleno, este movimento conta com quase 6 milhões de apoios manifestados virtualmente. Apesar de que, o que conta mesmo são as fichas de filiação devidamente assinadas.

Gal. Heleno é, hoje, a liderança política mais ativa entre os militares. Ele se tornou uma espécie de porta-voz das associações de militares da reserva, que refletem em cores vivas o pensamento da caserna. Heleno faz comentários que agradam os setores mais conservadores. Certa vez ele afirmou que a política indigenista do governo Lula era “lamentável, para não dizer caótica”. Por causa disso, foi exonerado do comando militar da Amazônia. Em outro momento, ironizou o que chamou de “passado ilibado de Renan Calheiros” e chamou o Mercosul um “mero tratado bolivariano”. Ele não perde tempo em criticar a política econômica do ministro Guido Mantega e até gosta de fazer piadas. Outro dia, definiu José Dirceu como “o maior colecionador de rabos presos da República”. Heleno se auto define como parte de um “movimento anti-PT”. Enquanto estava na ativa, evitava comentários sobre o golpe civil militar de 1964. Mas, ao ir para a reserva, passou a saudá-lo como movimento ou como a “revolução de 64”. Mesmo se dizendo a favor dos valores democráticos, sempre se refere ao ciclo dos governos militares como o melhor momento que já tivemos na política.

Gal. Heleno e o PMB atraem interesses difusos e atenções díspares. O deputado Jair Bolsonaro (PP) trabalha ativamente na organização do PMB no Rio de Janeiro. Mas, nem deveria, pois o que ele quer mesmo é implantar uma ditadura sem partidos. O Cel. Marcos Pontes, o astronauta brasileiro, atua na organização do PMB em São Paulo e já disse que fará parte de seu diretório assim que ele for

criado. O fato é que a ideologia conservadora do PMB atrai muita gente. Quem é contra as cotas, ao aborto e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, vai encontrar no PMB entusiasmada defesa das bandeiras conservadoras.

Para o PMB as investigações conduzidas pelas Comissões da Verdade, em torno dos crimes cometidos no Regime Militar, não passam de puro revanchismo. Claro, o Gal. Heleno já se manifestou contrário à revisão da Lei da Anistia. O fato é que os militares têm, sim, direito a se manifestarem, afinal vivemos em uma democracia, frágil, mas uma democracia. A questão é: os militares pertencem a um poder coercitivo e o argumento deles é a força. Poderiam eles se envolver nos assuntos dos poderes constituídos que usam o voto para alicerçar seus argumentos? Quando aqueles que seguram o fuzil passam a querer segurar, também, a urna eleitoral é sinal de que a democracia está cedendo espaço para outro tipo de sistema político.

POBRES DE NÓS, QUE NASCEMOS PARA SER GOLEADOS (QUARTA- FEIRA, 09 DE JULHO DE 2014)

ONTEM, DEPOIS QUE A ALEMANHA FEZ O 5º OU O 6º GOL, UM AMIGO me mandou uma mensagem dizendo que o vendaval que varria a Seleção Brasileira era um castigo dos deuses do futebol, sobre nós, que definitivamente desaprendemos a jogar futebol. Eu já tinha dito, numa dessas colunas sobre a Copa do Mundo, que os deuses do futebol estavam nos brindando, com tantos jogos maravilhosos, numa espécie de compensação por tudo que tivemos que aturar para ter esta Copa no Brasil. Certo, vamos continuar discutindo se é certo ou errado torcer contra a seleção brasileira. Muitos acham que não haveria justificativa para torcer contra a Seleção, por causa dos desmandos que vimos na organização da Copa. Os argentinos, por exemplo, acham que é uma tremenda imbecilidade torcer contra a seleção de seu próprio.

O fato é que não termos os tais legados sociais não deveria nos impedir de ganharmos o hexa campeonato mundial. Ou, dito de outra forma, perder em campo não poderia ser uma espécie de castigo pelos muitos problemas que ocorrem fora de campo. O fato é que a Seleção Brasileira perdeu, aliás, foi humilhada, execrada em campo, porque não sabia o que fazer para ganhar. Quando a Alemanha abriu sua artilharia pesada sobre a meta do goleiro Júlio Cesar não havia o que fazer. Quando a tragédia se configurou, alguém perguntou, numa rede social, se não tinha como acabar aquele jogo ali mesmo, ainda no primeiro tempo. Eu cheguei a pensar que a solução poderia

ser a metade do time desmaiar e a outra metade fugir de campo. O José Simão, da Folha\Uol, disse que bom mesmo é no UFC, onde o juiz manda parar o combate quando percebe que um dos lutadores está correndo riscos de vida. Essa foi só mais uma das muitas piadas que vi nas redes sociais logo após o massacre.

Quando o valente rubro-negro alemão se impôs sobre o amarelo covarde brasileiro, eu só pensava num jeito de acabar com aquela saraivada de gols. Aquilo era surreal. Nem Nelson Rodrigues, em seus delírios literários, pensaria algo tão cruel. Veio-me à mente a Blitzkrieg, o termo em alemão para a “guerra-relâmpago”. Na 2ª Guerra Mundial, o exército alemão atacava seus inimigos com forças móveis, em ataques rápidos e de surpresa, de forma que o adversário não tivesse como reagir. Quando a seleção alemã lançou sua guerra relâmpago sobre o time brasileiro foi triste ver aqueles jogadores, que nunca foram soldados, acovardados, atemorizados, perdido no campo de batalha. Eu sentia vergonha, da vergonha que eles sentiam. Pior, era ver o comandante Felipão, pálido, sentado no banco de reservas, falando com seu fiel escudeiro, mais preocupado em cobrir a boca, para que não lhe fizessem a leitura labial, do que em tomar alguma providência para estancar a sangria de gols.

O que vimos ontem foi o antifutebol. E, por favor, não me venham falar de uma suposta falta que Neymar teria feito, pois ele não fez lá muito por merecer o título de melhor jogador da Copa enquanto esteve em campo. Aliás, eu vi uma vantagem na saída prematura de Neymar. É que a tal “neymardependência” chegou ao ponto extremo da imbecilidade, misturada a um nacionalismo estulto, capitaneado por Galvão Bueno e seus asseclas. O problema não foi ausência de Neymar com suas criancices. Também não se sentiu falta daquele tresloucado zagueiro capitão, Thiago Silva. O problema da seleção é a total e completa falta de força coletiva. A seleção nunca foi, nesta copa, um time.

Como ser um time sem promover o entrosamento? Bastou a Alemanha apertar a marcação para o Brasil confessar suas maiores fragilidades com aqueles chutes para frente. O que víamos? Uns pobres diabos sem criação, sem força, sem conjunto. O decantado descontrole emocional foi à senha para que os mais experientes

entendessem que o fracasso viria, apesar de que nem o mais pessimista dos torcedores preveria algo tão desgraçadamente trágico.

As situações que vimos na sofrida vitória por pênaltis sobre o Chile, quando Thiago Silva chorou descontroladamente com as mãos na cabeça, nos avisavam que em algum momento perderíamos. Mas, quem imaginaria que seria desse jeito acachapante? Agora, não resta mais nada a fazer, até porque duvido que algum brasileiro esteja interessado em saber se a seleção ficará em 3º ou 4º lugar. Talvez, possamos aprender algo com essa duríssima lição. Talvez possamos reaprender a jogar o futebol de outrora. Talvez, dirigentes do futebol brasileiro entendam que precisamos mudar, pois a Copa vai acabar e vamos voltar a viver a dura realidade de um futebol medíocre como esse que se vem praticando no Brasil ano após ano.

A goleada de ontem me fez lembrar muitas coisas ruins. Fez-me lembrar de tantas outras goleadas que já sofremos. Na Educação, no IDH, no desenvolvimento econômico. A goleada de ontem foi só mais uma das tantas que já levamos. Os 7 gols de ontem são nada, se lembrarmos que só a Alemanha já ganhou 101 prêmios Nobel. A Holanda ganhou 19, a Argentina 5 e nós nunca ganhamos um prêmio Nobel sequer. Pobres de nós, Thiagos, Freds, Hulks e Marcelos que nascemos para ser goleados.

HOJE É A FESTA DA DEMOCRACIA? NÃO, É O DIA DA ELEIÇÃO! (DOMINGO, 26 DE OUTUBRO DE 2014)

HOJE É DOMINGO, É DIA DE ELEIÇÃO. ALIÁS, NÃO SERIA MELHOR QUE a eleição acontecesse em outro dia da semana? Pois domingo é um dia para ficar em casa, descansando. O domingo existe para que fiquemos desacelerados nem que seja torcendo para que ele acabe logo. Não que eu não goste de votar. Na verdade, não se trata de gostar ou não. Trata-se, de realizar um direito, eu diria mesmo cumprir um dever. Certo, mas hoje é domingo e tem eleição. Estamos agora nos preparando para ir às urnas. Para votar é preciso não esquecer algumas coisas. Primeiro, claro, ninguém pode deixar de levar consigo o título de eleitor.

É preciso não esquecer, também, que hoje vamos escolher as pessoas que vão executar nossos interesses e direitos, além de nossos deveres. É sempre bom lembrar que nosso sistema político dá aos eleitos uma liberdade de ação inimaginável. Por isso eu sugiro que você, caro ouvinte, guarde num lugar seguro aquela colinha que levou para votar. Procure não esquecer, pelos próximos quatro anos, em quem votou. É que se você não lembra em quem votou como vai poder cobrar alguma coisa de alguém. Eu sei que muita gente prefere mesmo é esquecer em quem votou por ter vendido o voto a um candidato desqualificado. É que corrompido e corruptor sabem bem que estão fazendo algo errado, então é melhor esquecer.

É que na relação de compra e venda do voto, aquele que vendeu é tão responsável quanto o que comprou. Imagine quando você

entra num supermercado para adquirir um iogurte. Após efetuar o pagamento, este produto pertence exclusivamente a você. Ao pagar, você adquiriu o direito de fazer o que bem quiser com ele, inclusive derramá-lo na pia de sua cozinha. Quando você vende seu voto para um político está fazendo uma transferência de propriedade, assim como o iogurte que se compra. O político pode fazer o que quiser com os votos que pagou para ter, até jogá-los fora depois de eleito. Se você já vendeu seu voto, paciência. Se ficou a noite passada, pelas calçadas, esperando que viessem comprar seu voto, não adianta fazer mais nada.

Aos olhos do político que comprou seu voto você não representa absolutamente mais nada. Se você trocou seu voto por um saco de cimento, por tijolos, remédios e consultas médicas, por gasolina, ou seja lá o que for, saiba que ele está perdido. O comprador fará com seu voto o que bem quiser. E, lamento informar, pelos próximos quatro anos você não poderá fazer nada. Não adianta reclamar, dizer que todo político é ladrão. Vai ter que esperar a próxima eleição para, quem sabe, adotar outra postura. Se você conseguiu 200 ou 300 votos para um candidato em troca de um emprego público, de um cargo de assessor ou mesmo de substancial quantia em dinheiro aí, não tem jeito, não dá para saber se nesta relação você é vendedor ou comprador.

Se você é do tipo de eleitor que não vende o voto, que está consciente de sua escolha, ótimo, isso é muito bom. Fossem todos os eleitores como você, teríamos um sistema político robusto e respeitável. Se você está, ainda, indeciso não precisa se preocupar ou mesmo se culpar, pois é melhor ter dúvidas, ficar indeciso, do que votar no primeiro político que bateu a sua porta. Estar indeciso não é ruim. Significa que você oferece o benefício da dúvida aos candidatos. E, cá entre nós, tem que ser assim mesmo, pois vamos entregar o cofre de nosso Estado e do nosso país para um desses candidatos, então se permita as dúvidas que bem quiser.

Na eleição vale a regra do trânsito que diz que na dúvida não ultrapasse. Se você segue com dúvidas, se os candidatos não foram capazes de tirá-las, tem na urna uma opção para o eleitor indeciso.

Quando você sair de casa, em direção ao seu local de votação,

poderá ver homens armados, com roupas verdes, camufladas. Não se preocupe, eles não estão indo para uma guerra. É que nossa democracia é tão frágil que precisa da força para se sustentar. Eu tenho uma sugestão. Afaste-se dos que encaram a eleição como uma festa, pois amanhã eles terão esquecido tudo que aconteceu hoje. Convém evitar contato com os que dependem da vitória de um candidato para sustentarem a si e a sua família.

Como eles estão lutando pela sobrevivência são capazes de tudo. Eles podem ficar raivosos se, por exemplo, perceberem que o candidato deles vai perder a eleição. Esse tipo de eleitor encara a eleição como uma luta de vida e morte. Eu sei que dar um conselho é coisa de grande responsabilidade. Mas, eu vou correr o risco. Não discuta com quem quer que seja porque esta pessoa votou em um adversário de seu candidato, pois os adversários de hoje podem ser os aliados de amanhã. Nunca, nunca mesmo, discuta com um idiota, por causa do resultado da eleição, pois ele lhe fará descer ao nível dele e, por certo, ganhará a parada por ter bem mais experiência do que você.

RICARDO, A ANATOMIA DE UMA VITÓRIA (TERÇA-FEIRA, 28 DE OUTUBRO DE 2014)

RICARDO COUTINHO FOI REELEITO, PARA GOVERNAR A PARAÍBA ENTRE 2015 e 2018, com 1.125.956 votos contra 1.014.393 votos de Cássio Cunha Lima. A diferença foi de 111.563 votos. O caro ouvinte, por favor, guarde bem este número, pois ainda precisaremos dele. A vitória do governador foi robusta. Se no 1º turno Ricardo havia ficado em 2º lugar, com aqueles 28.388 votos de diferença para Cássio, agora a virada foi absoluta. Claro, eu estou falando da vitória nas urnas, pois sempre se pode esperar um 3º turno judicial.

No 1º turno, Ricardo ganhou em 99 municípios paraibanos contra 124 cidades onde Cássio ganhou. Agora tivemos uma inversão. Ricardo foi mais bem votado em 117 cidades contra 106 de Cássio. Percentualmente falando, Ricardo teve 52.61% dos votos válidos e Cássio teve 47.39%. Em termos percentuais, esta diferença foi de 5.22%. Guarde, também, esse percentual, pois é ele que nos explica porque Ricardo, afinal, ganhou a eleição.

Nos dois turnos Ricardo venceu em João Pessoa e Cássio ganhou em Campina Grande. Inclusive, uma reportagem do UOL/FOLHA chamou Campina de “ilha Tucana”. É que nossa cidade foi a única da Paraíba onde Cássio e Aécio ganharam nos dois turnos. Um dos dados que explica a vitória de Ricardo é que em João Pessoa o governador aumentou a diferença de votos para Cássio entre o 1º e 2º turnos. No 1º turno a diferença foi de 76.253 votos, aumentando para 90.774 votos no 2º turno. Já em Campina Grande a diferença encurtou. No 1º turno, Cássio teve 63.854 votos a mais do que Ricardo e no 2º turno

teve 56.609 votos a mais. Ricardo aumentou sua vantagem em seu reduto eleitoral e diminuiu sua desvantagem no reduto de Cássio.

Mas, onde foi que Ricardo buscou os votos necessários para ultrapassar Cássio e ganhar a eleição? Elementar, meu caro ouvinte. A virada eleitoral de Ricardo se ancorou nos votos que o PMDB lhe transferiu do 1º para o 2º turno. Lembra aquela diferença de 111.563 votos que Ricardo teve sobre Cássio ao final do 2º turno? Sabe de onde ela veio? Dos votos que Vital Filho teve. O senador do PMDB terminou o 1º turno com exatos 106.162 votos ou 5.22% dos votos válidos. Coincidência ou não, 5.22% foi a diferença de Ricardo para Cássio como já vimos. É bom lembrar que PSOL e PSTU se declaram neutros no 2º turno e que o PROS, do Major Fábio, declarou apoio a Cássio. Ou seja, daí não deve ter saído votos para Ricardo.

O PMDB transferiu boa parte seu capital eleitoral do 1º turno para Ricardo. A família Vital, José Maranhão e outras lideranças foram à luta em favor de Ricardo neste 2º turno. Vejamos, por exemplo, o caso da cidade de Guarabira. Lá, Cássio ganhou no 1º turno com uma diferença de 2.560 votos e perdeu no 2º turno com uma diferença de 1.331 votos. Aí tivemos o efeito PMDB com o trabalho do ex-governador Roberto Paulino. Isso significa que PMDB vai fincar sua presença no 2º governo de Ricardo e cobrar reciprocidade do governador nas eleições municipais de 2016 pelo Estado afora, principalmente em Campina Grande e em João Pessoa.

Não fosse o PT e o PMDB Ricardo provavelmente teria perdido. O benefício disso é que o governador poderá ter uma relação mais equilibrada com a Assembleia Legislativa em 2015, ao contrário do que foi até agora. O custo disso é que a fatura do PMDB e do PT, já naturalmente alta, vai crescer exponencialmente. Não vai faltar quem queira lembrar a Ricardo que se não fosse o PMDB e o PT ele não conseguiria seu segundo mandato.

Mas, Ricardo teve, sim, seus próprios méritos nessa vitória. O primeiro deles foi ter mantido a avaliação positiva de seu governo sempre em alta, mesmo quando os índices de rejeição lhe desafiavam. Outro mérito de Ricardo foi ter conseguido entender o dilema dessa eleição. O governador viu o desejo de mudança do eleitor e viu, também, que o eleitor estava disposto a aceitar que a situação propusesse

essa mudança. Ricardo soube como ninguém lançar mão da absurda vantagem de ser candidato a reeleição sem precisar se afastar do cargo de governador. Ele foi paulatinamente fazendo a transição do governador/candidato para o candidato/governador.

Outro fator determinante foi que Ricardo fez uma campanha inovadora em termos de formato midiático em oposição à campanha eleitoral de Cássio Cunha Lima que não soube se renovar, que usou e abusou dos velhos clichês midiáticos. Um exemplo disso foi a sacada marqueteira de transformar um discurso de Ricardo em um rapp. Ricardo aparecia no guia eleitoral discursando sob efeitos sonoros que atraíam o eleitorado, pois tornavam dinâmico o que tinha tudo para ser monótono. Ricardo, bem assessorado que foi, nos dava a impressão de ser a candidatura nova desafiando as velhas estruturas de poder. Parecia, por vezes, não ser o candidato à reeleição. Dessa forma, impunha a Cássio o perfil da candidatura velha, atrasada.

CÁSSIO, A ANATOMIA DE UMA DERROTA (QUARTA-FEIRA, 29 DE OUTUBRO DE 2014)

AS ELEIÇÕES PARAIBANAS DESSE ANO ENTRARÃO PARA NOSSA HISTÓRIA política por um fato representativo, que promete ter implicações futuras. Falo da primeira derrota sofrida pelo senador Cássio Cunha Lima em toda sua carreira política. Desde que Cássio se elegeu deputado federal constituinte, em 1986, com apenas 23 anos de idade, nunca havia perdido uma eleição sequer. É certo que ele sofreu reverses eleitorais apoiando pessoas do seu próprio grupo político. Nas eleições de 2004 e 2008, Cássio apoiou, com todo seu prestígio político, Rômulo Gouveia e viu seus principais opositores, do PMDB, elegerem Veneziano Vital em seu reduto eleitoral, Campina Grande, também conhecida como a “ilha tucana”.

A quem diga que foi neste processo que Cássio começou a experimentar o desgaste político que agora parece ser mais nítido. Obviamente, não podemos esquecer a cassação de 2009, algo que abateu o senador e o marcou profundamente. A eleição de 2010, quando Cássio teve mais de um milhão de votos para o senado, compõe essa carreira com bem mais altos do que baixos. O fato é que desde a cassação o senador tem ido e voltado ao inferno dos políticos com a questão da Lei da Ficha Limpa. Este ano, o senador se lançou candidato ao governo. Acreditava que poderia apagar a tal cassação de seu currículo se voltasse, eleito, ao governo do Estado. Lêdo engando, tem coisas que ficam aferradas à carreira de um político.

Poucos duvidariam que com aquela estrondosa votação para o Senado, Cássio não pudesse se candidatar e ser eleito. Supor que

aquele um milhão de votos, lá de 2010, se transfeririam automaticamente para a eleição desse ano, foi o primeiro erro de Cássio. É que cada eleição tem sua própria dinâmica. Em 2010, muitos paraibanos entenderam que votar em Cássio era uma forma de inocentá-lo. Mas, a mãe de todos os erros de Cássio foi interromper a aliança política com o governador Ricardo Coutinho. Aquilo que deveria acontecer apenas em 2018 foi precipitado para atender interesses paroquiais e a um sentimento de vingança que não combina com uma atividade tão racional como a política.

Cássio seria o candidato natural, incontestado, na eleição para o governo de 2018 que não poderia ter um candidato do calibre de Ricardo Coutinho. Em 2018, Cássio concorreria sem ter um oponente à altura, pois Ricardo estaria pleiteando uma cadeira ao Senado. O segundo erro de Cássio foi supor que, rompendo com Ricardo, levaria consigo uma legião de aliados e eleitores. Ele rompeu, mas quem ficou no governo foi Ricardo que soube se utilizar das vantagens de ser governador e candidato ao mesmo tempo. Cássio perdeu muitos votos com aquilo que soou como uma brutal incoerência. Muitos não aceitaram o fato dele ter pedido para que se gostasse de Ricardo, em 2010, e agora ter pedido para que se odiasse o governador.

Vi e ouvi muita gente dizer que os motivos que levaram Cássio a romper com Ricardo eram só dele, que não poderiam ser estendidos para seus eleitores. Muitos não aceitaram que Cássio lhes pedisse de volta aquilo que transferiram em 2010. Nessa campanha vimos um Cássio Cunha Lima atípico. No lugar daquele político centrado, com um discurso bem articulado, com plenos poderes no trato com as massas, vimos alguém por vezes evasivo em suas respostas. O discurso de Cássio foi pré-produzido e não sofreu mudanças durante o processo. Aliás, o formato midiático da campanha foi engessado por um modelo, que já deu certo em outras épocas, mas que se mostrou frágil frente às inovações apresentadas por Ricardo.

Nessa eleição, vimos um Cássio quase sempre irritado, impaciente. É como se ele não estivesse querendo mais cumprir o ritual que tão bem desempenhou em outros momentos. Cássio fez essa campanha bem mais com o fígado do que com o cérebro. Acompanhei debates (no rádio e na TV) bem de perto e vi um Cássio Cunha Lima

no limite de suas forças e bastante intranquilo, ao contrário de um Ricardo Coutinho que surpreendeu pela simpatia, pela calma e paciência em lidar com as pessoas. O terceiro erro de Cássio foi ter subestimado seu eleitorado. Já vai um pouco distante o tempo em que a massa eleitoral deixava-se guiar pelo líder sem lhe oferecer o benefício da dúvida. Hoje, as massas até se deixam manobrar, desde que conscientes disso.

Os políticos não entendem que a massa eleitoral tem vida própria mesmo que aceite a liderança de alguém. Sim, persistem os mecanismos de controle do líder sobre a massa, mas ela pode ou não se deixar manobrar a depender das conjunturas. Até este ano, Cássio Cunha Lima ainda não tinha sido testado nas urnas enfrentando um adversário realmente a sua altura e com qualidades que ele mesmo não possui. Ricardo Coutinho se mostrou este concorrente e Cássio não soube lidar com isso. Com tudo isso, estou querendo dizer que Cássio está enfrentando o ocaso de sua carreira? Não, em absoluto. Outros processos virão para que possamos verificar mais e melhor o que por ora é tão somente uma derrota como outra qualquer.

COM O MURO, ÉRAMOS SEM GRAÇA (TERÇA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 2014)

EM 1989 EU TINHA 20 ANOS E ACREDITAVA QUE O MUNDO SE DIVIDIA em dois grandes blocos. Um desses, o socialista, ficaria do lado esquerdo do mundo e seria aquele onde as melhores coisas aconteceriam. O outro, o capitalista, ficaria do lado direito e seria responsável por todas as mazelas existentes na humanidade. O caro ouvinte, por favor, não me entenda mal, mas era assim mesmo. A minha geração foi, ainda é, extremada e paradoxal. Minha geração não é digital, é analógica. Não somos randômicos. Para nós, que nascemos bem no finalzinho dos anos 1960, as coisas são lineares, não aleatórios e seguem sempre uma ordem específica.

Fomos ensinados a pensar de forma maniqueísta. Gostemos ou não, seguimos a doutrina que diz que o mundo seria dominado por duas forças: a do bem e a do mal. Eu cresci e me formei sabendo que existiam duas “Alemanhas”, uma capitalista e outra socialista, divididas por um muro colossal. Para mim, a lógica do mundo era a do Harvey “Duas Caras”, aquele inimigo do Batman, cujo rosto é metade deformada metade humana. Para “Duas Caras”, e para minha geração, não haveria meio-termo, ou se era bonito ou se era feio. Ou se era triste ou se era alegre. Para nós, ou se era de esquerda ou se era de direita. Ou se defendia a liberdade ou se lutava pela igualdade. Ou se era pró-URSS ou se era a favor dos EUA. Ou se gostava de MPB ou se adorava rock in roll. Mundinho chato esse em que vivíamos, não?

Mas, eis que o mundo girou e mudou. A globalização varreu nossas certezas e verdades para bem longe e de uma forma impiedosa

derrubou o Muro de Berlim. Não mais do que repente aquela muralha, que parecia indestrutível, ruiu, desmoronou. Eu lembro bem daquele 09/11/1989. Já tínhamos computadores, mas internet era coisa de apenas se ouvir falar. As notícias nos chegavam ao vivo e em cores, mas não em todo momento. Tínhamos que esperar o noticiário da noite para saber os fatos do dia. Foi no Jornal Nacional, ainda com Cid Moreira, que Pedro Bial anunciou que o Muro de Berlim estava caindo. E ele estava lá, bem ao lado dos manifestantes que quebravam o muro.

Aquilo foi algo que jamais esqueci. Que nunca esquecerei. Ali acontecia algo bem maior do que um simples fato. Naquele momento, pela TV, tive a sensação de que aquele fato transcenderia sua época, que entraria para a história. Naquele momento eu não me dava conta da extensão dos danos, muito menos dos benefícios. Só depois entendi que a unificação das “Alemanhas” permitiu que as gerações seguintes não fossem tão maniqueístas como a minha. O fim da bipolarização entre dois sistemas permitiu que víssemos para acima e além dos vários muros que nos cercavam. Foi quando eu pude entender que liberdade e igualdade não são excludentes, pelo contrário, se somam.

A crise do socialismo no Leste-Europeu, e o fim da URSS, expôs que, por trás das maravilhas que a esquerda acreditava existir, havia ditaduras que oprimiam seus cidadãos do mesmo jeito que se fazia desse lado de cá do muro durante a Guerra Fria. Foi Mikhail Gorbachev, último líder da URSS, entre 1985 e 1991, quem deu uma boa explicação para a queda do império vermelho soviético e a crise do socialismo. Ele disse que o problema foi que seu país não deu conta de algumas questões materiais. Gorbachev dizia que o jovem soviético queria tomar Coca-Cola, ouvir rock in roll, usar calça jeans, mas sem renunciar as suas conquistas. A contradição era tão profunda que dentro daquele sistema ela não se resolveria. Solução? Derrubar os muros.

Mas, o muro caiu por cima das ideologias da esquerda. Ele soterrou as certezas de uma esquerda que não estava preparada para mudar. O problema é que não caiu um único tijolo no pé de um grande capitalista. No final de 1989, o Papa João Paulo II comemorava o fim

do socialismo e agradecia a Deus por ter nos livrado do perigo vermelho, mas ele reconheceu que não seria bom deixar o mundo nas mãos dos capitalistas. Se o socialismo não resolveu os problemas da desigualdade e fez a liberdade sucumbir, imagine o capitalismo que tem na desigualdade o seu oxigênio. Aquele mundinho chato preto & branco acabou, mas esse que temos hoje não é lá essas coisas também.

Eu só me dei conta disso tudo quando vi um velho comunista chorando ao ver, na TV, aquele muro sendo demolido. É que a utopia, a qual ele dedicou sua vida, ruía feito um castelo de areia e isso doía muito nele e em mim também. O velho Maia não sobreviveu a tudo isso, o coração dele não aguentou. Eu, como se percebe, sobrevivi. E sabe de uma coisa? Eu prefiro mesmo é este mundo em que vivemos. Não temos certeza de nada, mas pelo menos temos alguma liberdade. Há 25 anos atrás eu passava o tempo todo tendo que escolher entre uma coisa e outra. Eu não podia ouvir Chico Buarque e The Beatles ao mesmo tempo. Como diria Belchior: “Não sou feliz, mas não sou mudo: hoje eu canto muito mais”.

PORQUE NOSSAS LEIS NÃO PEGAM? (QUINTA-FEIRA, 22 DE JANEIRO DE 2015)

CERTA VEZ, EU ESTAVA PARTICIPANDO DE UM ENCONTRO DA Associação Brasileira de Ciência Política, em Belo Horizonte, e fui assistir um debate onde se discutia a maneira errática como nós brasileiros lidamos com a lei. Os debatedores tratavam dessa questão, tão nossa, de que tem lei que pega e lei que não pega. Muitos presentes ao debate, inclusive eu, ríamos desse nosso jeito, nem um pouco republicano, de lidar com o instrumento que nos daria alguma civilidade. Foi quando uma professora uruguaia perguntou: “Porque vocês aprovam leis se não estão dispostos a obedecê-las?”. Ninguém conseguiu responder, ou explicar, esse paradoxo político, tão próprio de uma sociedade acostumada a lidar com as leis de forma instrumentalizada. Só cumprimos a lei quando ela nos favorece, do contrário a ignoramos classicamente.

Alguém disse que a professora fez uma pergunta ingênua, pois, afinal de contas, o Brasil é assim mesmo, tem muita coisa que não se explica. A pergunta tanto não foi ingênua, que ninguém conseguiu responde-la. De fato, vivemos selecionando, aqui e ali, as leis que vamos respeitar e as que vamos ignorar. É comum vermos parlamentares, no guia eleitoral, se auto intitulado campeões em apresentação de projetos de lei. Mas, entre apresentar a minuta de uma lei e ela vir a ser aprovada em plenário e sancionada pelo governo vai uma distância siberiana. Não adianta transformar belos projetos em leis reluzentes se elas não forem efetivas, eficazes, abrangentes, vigorosas. A Reforma Política, por exemplo, será sempre um belo

projeto, um sonho dourado para alguns ou um enorme fardo para outros, enquanto não for inserida em nossa Constituição. Por isso que muitos, como eu, falam em revisão constitucional ao invés de Reforma Política.

A eficácia da lei se refere à maneira como a vigência da norma produz efeitos. Aqui, importa perceber a eficácia social, a aplicação prática da lei. Um bom exemplo é quanto ao uso do cinto de segurança que foi uma lei que, literalmente, pegou. Mas, o que importa é sabermos como e porque uma lei vigente, com eficácia comprovada, não consegue ter efetividade. Porque temos leis que não são capazes de causar efeito sobre o cidadão, que não se relacionam com sua realidade? A lei que obrigava motoristas andarem com um kit de primeiros socorros em seus carros é um exemplo de lei que não pegou, que não teve efetividade. É que ela foi feita para favorecer o fabricante dos kits que doara dinheiro para campanhas eleitorais.

A Assembleia Legislativa da Paraíba é, historicamente, pródiga em criar leis que, mesmo vigentes, não são eficazes e muito menos efetivas. Em quase 180 anos de história, o parlamento estadual já criou mais de 10 mil leis. Nossos deputados estaduais são especialistas em criar leis sem serventia. O caro ouvinte sabe que a lei 10.246/2014 instituiu o “05 de outubro” como o Dia Estadual da Democracia? Não? Pudera, isso nunca foi divulgado. Mas, vejam que lei pomposa! O deputado Anísio Maia teve essa brilhante ideia porque foi neste dia que as constituições federal e estadual foram promulgadas. Para que mesmo precisamos ter um dia dedicado à democracia? Será que é porque sempre esquecemos que vivemos numa? E o que dizer da lei 6.597/1998, de autoria da ex-deputada Francisca Motta, que instituiu a “Semana Estadual da Cidadania”? Mesma coisa. Se somos cidadãos, temos que vivenciar a cidadania diariamente. Porque ter apenas uma semana dedicada a ela?

Na Paraíba, temos quase 300 leis para garantir direitos e proteger crianças, adolescentes, mulheres, idosos, portadores de necessidades especiais. Mas, para que tantas leis? Não bastaria se cobrar a efetividade do artigo 5º da Constituição Federal? Aquele mesmo que diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade,

à igualdade...”. Bem melhor do que ter muitas leis, é fazer as mais relevantes funcionarem. Os deputados dizem que as leis são pouco efetivas, porque a população não as conhece. Sim, não se pode exigir o cumprimento daquilo que não se sabe. Mas, não adianta produzir leis no atacado se elas não atentam para nossa realidade no varejo. Se ter leis em grande quantidade fosse garantia de alguma coisa, seríamos a sociedade mais democrática e desenvolvida do mundo. Este não é nosso problema. A questão é que temos leis de mais e vontade de segui-las de menos.

QUANTO VALE A SUA FÊ? (SEGUNDA-FEIRA, 16 DE FEVEREIRO DE 2015)

CERTA VEZ ME DEI AO TRABALHO DE, DISCRETAMENTE, ASSISTIR ALGUNS eventos dos muitos encontros religiosos que acontecem anualmente em Campina Grande. Não, eu não estava buscando uma dessas religiões, ou mesmo uma seita, para aderir. Minha motivação não era espiritual, pois tenho um modo próprio de manifestar minhas crenças sem que tenha que entrar em templos, catedrais, tendas, etc. Na verdade, estava interessado em saber de que maneira os organizadores desses eventos investem, ou gastam, as verbas que a Prefeitura Municipal de Campina Grande lhes entrega a título de subvenção, ou seja, em nome de uma ajuda do poder público.

Estava, ainda estou, interessado em saber como o nosso dinheiro está sendo utilizado nesses eventos religiosos. E qual foi a minha surpresa quando, num desses eventos, ouvi a seguinte pregação proferida por um líder religioso: “Vocês não tem que ter vergonha de ofertar ao Senhor Jesus e podem fazer da maneira que quiserem. Se for em dinheiro é só vir aqui ao lado. Mas, se for no cartão, nossos colaboradores irão até aí com as maquinetas”. Fiquei pasmo, incrédulo em meio a tantos crentes. As pessoas estavam sendo convidadas (ou seria intimadas?) a doarem seus dízimos através do cartão de crédito. Será que poderiam parcelar o dízimo em dez vezes sem juros?

Naquele momento, lembrei as indulgências que os cristãos pagavam, durante a Idade Média. Em seus primórdios, a Igreja impunha pesadas penas morais e carnais para que os cristãos pudessem remir seus pecados. A absolvição só era dada aos penitentes que

reconhecessem seus pecados e se submetessem a pesadas penas. Era comum o pecador ser condenado a jejuar por 40 dias até o pôr do sol, trajando molambos e usando o silício para autoflagelação. Já na baixa Idade Média a Igreja comutou as penitências pelo pagamento das indulgências. Tudo ficou mais fácil. Bastava reconhecer os pecados e por ele pagar uma quantia que era, claro, depositada nos cofres da própria Igreja.

Hoje, muitas religiões cobram de seus fiéis seguidores o chamado dízimo. Não deixa de ser uma forma das pessoas limparem suas consciências. Também é uma maneira de não se perder a esperança de ir para o reino do Todo Poderoso após a morte. Mas, se é assim, porque esses eventos precisam de dinheiro público para serem realizados? Não bastaria as Igrejas pedirem a contribuição dos seus seguidores para a montagem de seus eventos? Baseada em que nossa prefeitura faz essas doações?

Desde que tomou posse o prefeito Romero Rodrigues afirma que, “apesar das dificuldades, o governo não deixaria de apoiar eventos que projetam Campina no cenário turístico nacional”. Certo, eventos injetam recursos na economia da cidade. Mas, a única forma da Prefeitura contribuir com esses eventos é entregando recursos financeiros aos seus promotores? Não custa lembrar que a maioria dos eventos são autossustentáveis do ponto de vista econômico. O Encontro da Consciência Cristão, um evento que congrega quase todas as Igrejas evangélicas da cidade, e que acontece no Parque do Povo, recebeu, a título de subvenção, a quantia de R\$ 160 mil.

O evento é patrocinado por empresas e os evangélicos lotam suas dependências pagando ingressos e doando dízimos. Um dos coordenadores do evento, o pastoreador Euder Faber, tem uma justificativa, aparentemente plausível, para a subvenção da prefeitura. No ano passado, ele afirmou que “a ação do prefeito merece reconhecimento, pois contribui para o crescimento espiritual do povo de Campina Grande”. Mas, porque o poder público deve promover o crescimento espiritual de seus cidadãos? Ao que me conste, cabe à prefeitura promover o desenvolvimento econômico e social de seus cidadãos. Até porque, nunca esqueçamos isso, o Estado brasileiro é constitucionalmente laico, ou seja, ele não pode aceitar ou receber influências

religiosas.

A prefeitura já dá grande contribuição para o evento evangélico quando cede o Parque, que é de todo o povo de Campina Grande, não apenas dos evangélicos, para que um determinado ramo religioso promova seu evento. É estranho que o local onde se realiza nossa festa maior, o São João, seja privatizado por alguns dias para a realização de um evento religioso. Eu fico me perguntando se a coordenação do evento tem alguma contrapartida a dar a prefeitura. O fato é que todos os anos, quando da realização desses eventos, fico a me perguntar se é realmente necessário pagar para se ter fé. Como diria Gilberto Gil, para falar com Deus, é preciso ficar a sós, apagar a luz, calar a voz.

CAPÍTULO IV POST SCRIPTUM OU SCRIPTUM ANTE -

As sobras do “cesto departamento”



O "CESTO DEPARTAMENTO"

REMEXENDO NO "CESTO DEPARTAMENTO" (UM ARQUIVO PARA ONDE vão coisas que finjo que estou jogando na lixeira) encontrei esses artigos, escritos entre 1998 e 2001, e que nunca foram publicados. Não sei, não lembro, porque não "postei" o primeiro, "O que esperar dos eleitos?". Talvez, ele tenha se mostrado tão frágil, que eu mesmo tenha preferido esquecê-lo. Acontece! Os outros dois foram censurados pelo jornal, com o qual contribuía semanalmente. Sobre o artigo "A TV que faz chorar", a justificativa foi que eu estaria (SIC) "indo de encontro à TV da qual a empresa é associada". É que o jornal, onde eu publicava, era afiliado de umas das emissoras que havia criticado. De fato, havia mesmo, mas ... acontece, também! Sobre o artigo "Fé e iogurtes", não lembro que justificativa se deu para o artigo ter "caído", mas desconfio que exploradores da fé alheia não gostariam do texto. Não queria publicar estes três artigos, pois os considerei "datados", mas sob os incentivos de minha editora\filha\leitora Lívia Freitas, resolvi que eles deviam vir a público. Pensando bem, eles não estão tão obsoletos assim!

O QUE ESPERAR DOS ELEITOS? (1998)

CHAMA ATENÇÃO A QUANTIDADE DE VOTOS BRANCOS\NULOS PARA governador e senador nesta eleição. Para se ter ideia, o 2º colocado para governador, Gilvan Freire, teve 175.234 votos, enquanto brancos\nulos somaram 588 mil votos. Uma explicação para isso é a falta de boas opções apresentadas aos eleitores. A apregoada falta de interesse do povo com as coisas da política é frágil, pois gostamos tanto de eleição quanto de futebol e novelas. Tivemos um processo eleitoral onde o governador/candidato, José Maranhão, monopolizou as eleições. Outra questão é que não houve renovação para a bancada paraibana na Câmara Federal, no Senado e na Assembleia Legislativa. Sempre se poderá dizer que muitos não se reelegeram e que outros vão ao parlamento pela primeira vez. Mas, não é desse tipo de renovação que falo.

A renovação que importa é a de ideias e práticas políticas. Não há nada de novo sobre o senador e os 12 deputados federais eleitos. As práticas são as mesmas desde o começo do século, mudam apenas a forma de realizá-las. Um distribui consultas médicas em programas de rádio, outro mal sabe expressar-se, um terceiro ocupou o guia eleitoral para ensinar como votar nele e ainda tem o que se diz herdeiro político de um outro que já faleceu. Sem contar o «senador do povão» que facilmente transita entre o trágico e o cômico.

O que estes senhores irão fazer em Brasília? Será que sabem para que serve um mandato? Eles dizem que vão lutar por verbas para a Paraíba, mas e quanto a “Reforma Política”, que traz a fidelidade partidária e a revisão da reeleição dos prefeitos, e a questão fiscal,

criando e aumentando impostos, além da administrativa para demitir funcionários públicos? E sobre a reforma da previdência social, eles sabem o que fazer? Foi possível, durante as eleições, ver o que eles tem a dizer sobre estes assuntos? Sabemos que um único voto, de um deles, pode mudar totalmente nossas vidas. É por isso que não podemos ficar impassíveis, esperando que eles “ludem pela Paraíba” da forma que bem quiserem, pois não foram eleitos para distribuir cadeiras de rodas e nebulizadores, e sim para envolverem-se nos grandes temas nacionais, como nossos representantes. Além disso, estes senhores, que serão protegidos pelo manto da imunidade parlamentar, precisam ser monitorados pela sociedade civil, caso contrário teremos que viver apenas com a renovação de nomes, não de práticas políticas.

A TV QUE FAZ CHORAR (2000)

É DOMINGO. LIGO A TV E VEJO O APRESENTADOR DE POPULAR PROGRAMA de auditório, com os olhos vermelhos, falando tristemente da vida de uma mulher que, abandonada pelo marido, teve que criar os filhos e ainda teve seu casebre destruído por um incêndio. A mulher está no palco, com os filhos, para dar veracidade a estória do comovido (des)animador. Ao fundo, ouve-se uma música para nos fazer chorar. Por fim, o benevolente apresentador oferta uma casa mobiliada para a família e todos se regozijam. Mas, por ser domingo, quero relaxar, ver algo ameno. Mudo de canal. Aparece-me outro apresentador que, gritando descontrolada e irritantemente, quer comover o público com sofridos detalhes da vida de uma atriz de novelas. Não há interatividade, ele faz as pergunta e ele mesmo as responde. Parece que só ele pensa. Sigo querendo relaxar, mudo o canal e vejo um terceiro apresentador que tenta ser a síntese dos dois anteriores: grita burramente, como o segundo, e faz caridades como o primeiro. Trágico, cômico, bizarro! Minha busca só termina quando me convenço que é melhor desligar a TV.

A questão é que os canais da TV aberta não nos dão opção, possuem uma programação que só considera o baixo nível educacional do povo brasileiro. Com o advento da TV paga e com a programação segmentada (programas dirigidos a grupos específicos) criou-se a lógica de mercado (cruel e excludente) que se o telespectador quer ver boa programação que pague para tê-la, senão aguenta as porcarias que lhe são impostas. Não é à toa que a Rede Globo exhibe seu “apresentador” ao invés de um jogo de futebol. Quer assisti-lo?

Pague para isso! Devido à ausência de um Estado social, que efetive políticas públicas, as populações pobres ficam à mercê da própria sorte e terminam recorrendo aos oportunistas de plantão, no caso apresentadores em busca de pontos no Ibope, que renderão polpidos contratos de publicidade. Se lembrarmos a eles que somos nós que fazemos a audiência, mudando de canal e até desligando a TV, com certeza irão se preocupar em melhorar o nível da programação. Ou não?!

FÉ E IOGURTES (2001)

UM CIDADÃO, COM R\$ 100,00, UMA ATA QUE O DESIGNA REPRESENTANTE de um grupo e um estatuto que regerá este grupo, vai até a Receita Federal cadastrar-se. Em dois dias, ele tem a sua disposição, pela Internet, o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica que permite que o estabelecimento funcione. Não estou falando de um comércio, e sim de uma igreja evangélica. Para se abrir uma igreja no Brasil basta ter fé, pois as facilidades mundanas são muitas. Veja-se que não se cobra taxa de IPTU, nem licenciamentos, e não se paga imposto de renda, já que os templos são considerados entidades filantrópicas. Mas, essas igrejas têm alto poder de lucro que vem, principalmente, da contribuição que cada fiel dá a seu pastor. É o chamado dízimo - aqueles 10% que cada “um oferta a Deus”.

Vi um membro de uma dessas igrejas dizer que (SIC) “o aluguel da sede custa R\$ 2.500,00 e é preciso mantê-la, pois a contribuição está prevista no livro bíblico de Malaquias”. Mas, vemos muitas denúncias de enriquecimento ilícito de pessoas inescrupulosas que, a título de dar conforto espiritual a quem precisa, exploram a fé das pessoas. Para se ter ideia de como se dá a exploração, vejamos o caso das Igrejas neopentecostais, conhecidas pelos seus cultos barulhentos, onde os fiéis gritam a plenos pulmões palavras de exaltação a Deus. Prometem prosperidade material, ou seja, o fiel que contribui, com o dízimo, investe em si próprio, já que “terá em dobro tudo o que doou”. Assim, Deus funciona como uma poupança: entrega-se uma quantia a Ele e após certo tempo Ele a devolve com juros e correção. Mas, é bom lembrar, “pequena” parte fica com o pastor para

investimentos no “negócio da fé”, como diria o cangaceiro do Auto da Compadecida.

Em tempos de crise qualquer um que prometer prosperidade material só pode conquistar adeptos. São palavras mágicas para ouvidos desesperados. O fato é que essas igrejas são negócios privados como outro qualquer, onde o lucro é a meta. Por isso deixemos de hipocrisia e passemos a tratá-las como tal. Já que elas viraram um lucrativo negócio, que explora a fé do povo, como quem vende iogurtes no supermercado, porque o Estado não as trata como tal e passa a cobrar delas impostos para fazer, pelo povo, aquilo que elas mesmas não fazem?

Sobre o livro

Projeto gráfico e capa Erick Ferreira Cabral

Mancha Gráfica 10,5 x 16,7 cm

Tipologias utilizadas Adobe Garamond Pro 11/13,2 pt

Este livro é uma coletânea de artigos, ensaios e colunas já publicados em jornais, sites e no meu próprio blog. Aqui, temos uma espécie de balanço do que produzi até agora. Como pretendo seguir escrevendo, faço um apanhado do que já tratei para ver o que ainda posso abordar em futuras produções. Estou me impondo o desafio de seguir escrevendo, com novos elementos, mesmo que não possa deixar de lado o arsenal (de conhecimentos) que pude recolher ao longo de minha vida profissional, acadêmica e pessoal. O título dessa coletânea diz algo sobre essa intenção. Enfim, estou sempre atento ao oxímoro “democracia autoritária” em que vivemos. É que parte considerável de nossa sociedade se utiliza de procedimentos democráticos (como liberdade de expressão) para pedir o fim da democracia e a implantação de uma ditadura. Tinha mesmo razão Luís Fernando Veríssimo quando dizia que “no Brasil, o fundo do poço é só uma etapa”. Esse estado de coisas me preocupa, me inspira, e me leva a fazer análises, buscando contribuir de alguma forma para o debate. De forma pretensiosa, confesso, o que quero é contribuir para uma saudável polêmica, pois, e como bem disse Berthold Brecht, “em tempos de discórdia, crises e confusão a ausência política é um verdadeiro crime e deve ser combatida”.

